

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**NÍVEL MESTRADO**

**JEANINE FERRAZZA MEYER**

**FAMÍLIAS E SUAS AÇÕES PEDAGÓGICAS DE ACOLHIMENTO: A  
TRAJETÓRIA DOS MENINOS EM FASE DE DESLIGAMENTO DA ASSOCIAÇÃO  
SANTO - ANGELENSE LAR DO MENINO RUMO ÀS SUAS FAMÍLIAS**

São Leopoldo

2009

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**NÍVEL MESTRADO**

**JEANINE FERRAZZA MEYER**

**FAMÍLIAS E SUAS AÇÕES PEDAGÓGICAS DE ACOLHIMENTO: A  
TRAJETÓRIA DOS MENINOS EM FASE DE DESLIGAMENTO DA ASSOCIAÇÃO  
SANTO - ANGELENSE LAR DO MENINO RUMO ÀS SUAS FAMÍLIAS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Educação. Apoio FAPERGS.

Orientador: Prof. Dr. Danilo R. Streck

São Leopoldo

2009

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

M612f Meyer, Jeanine Ferrazza  
Famílias e suas ações pedagógicas de acolhimento : a trajetória dos meninos em fase de desligamento da Associação Santo-Angelense Lar do Menino rumo a suas famílias / Jeanine Ferrazza Meyer. – São Leopoldo : UNISINOS, 2009. 113 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS. – Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009

1. Inclusão familiar 2. Exclusão familiar 3. Abrigamento 4. Acolhimento 5. Educação popular I. Título.

CDU: 316.6

*Responsável pela catalogação:*

*Bibliotecária – Fernanda Ribeiro Paz CRB 10 /1720*

**EM ALGUM LUGAR SOBRE O ARCO-ÍRIS**  
(Somewhere Over The Rainbow - Isreal Kamakawiwo'ole)

Em algum lugar sobre o arco-íris,  
Bem lá no alto  
E os sonhos que você sonhou.  
Uma vez em um conto de ninar.  
Em algum lugar sobre o arco-íris,  
Pássaros azuis voam  
E os sonhos que você sonhou.  
Sonhos realmente se tornam realidade.

Algum dia eu vou desejar por uma estrela,  
Acordar onde as nuvens estão muito atrás de mim,  
Onde problemas derretem como balas de limão.  
Bem acima dos topos das chaminés é onde você me encontrará.  
Em algum lugar sobre o arco-íris, pássaros azuis voam  
E o sonho que você desafiar, realmente se torna realidade.  
Por que, por que eu não posso?

Bom, eu vejo árvores verdes e Rosas vermelhas também,  
Eu vou assisti-las florescer pra mim e pra você.  
E eu penso comigo: Que mundo maravilhoso!

Bem, eu vejo céus azuis e eu vejo nuvens brancas  
E o brilho do dia. Eu gosto do escuro e eu penso comigo:  
Que mundo maravilhoso!  
As cores do arco-íris, tão bonitas no céu,  
Também estão no rosto das pessoas que passam.  
Eu vejo amigos apertando as mãos  
Dizendo, "como vai você?"  
Eles estão realmente dizendo, eu, eu amo você;  
Eu ouço bebês chorando e eu os vejo crescer.  
Eles vão aprender muito mais  
Que nós saberemos E eu penso comigo:  
Que mundo maravilhoso

Algum dia eu vou desejar por uma estrela,  
Acordar onde as nuvens estão muito atrás de mim,  
Onde problemas derretem como balas de limão.  
Bem acima dos topos das chaminés é onde você me encontrará.  
Em algum lugar, sobre o arco-íris, pássaros azuis voam  
E o sonho que você desafiar, realmente se torna realidade...  
Por que, por que eu não posso?

QUALQUER ATO DE AMOR POR MENOR QUE SEJA, É UM  
TRABALHO PELA PAZ.  
(MADRE TERESA DE CAUCUTÁ)

Dedico esse estudo de Dissertação à minha mãe, Nizarete, a qual sempre me incentivou que, estudar é sempre algo bom e prazeroso, e sei que seu sonho é também ser Mestre. Mãe esse título é seu. Obrigada por confiar e sonhar comigo. Ao meu pai, Rui, que de modo diferente, mas não menos carinhoso, contribuiu para que eu pudesse realizar meu desejo; à minha irmã, Janessa, que mesmo longe deu força para que não desistisse; às minhas avós, Nilza e Iralia, que carinhosamente com palavras sempre me confortaram; às minhas amigas, por me suportarem nos momentos de angústia dessa caminhada e a todos que desejam e trabalham por um mundo melhor (sonhadores como eu).

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, Dr. Professor Danilo R. Streck, que soube conduzir as orientações com calma e amorosidade (obrigado por compartilhar comigo seus saberes), à Instituição Lar do Menino, às Famílias e os Meninos. Sem eles esse desejo jamais seria possível – muito obrigada – e às pessoas que por algum motivo pensaram que eu não pudesse dar conta, obrigada também, pois com esses desafios tornei esse estudo concreto. A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram na execução deste trabalho.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>1 SITUANDO O LEITOR: ASPECTOS DO MUNICÍPIO, A RELEVÂNCIA DA PESQUISA, SEU CONTEXTO E A ESCOLHA DO PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>13</b>
1.1. A ESCOLHA DO TEMA E A TRAJETÓRIA PESSOAL DA INVESTIGADORA.....	14
1.2 A ROTINA DOS MENINOS NO LAR.....	16
1.3 PARCEIROS DO LAR DO MENINO.....	19
1.4 CENAS REAIS DE UM COTIDIANO: DO TEMA PARA O PROBLEMA.....	19
1.5 A CONTEXTUALIZAÇÃO E O ABRIGAMENTO.....	22
1.6 O ECA E OS CONSELHOS TUTELARES.....	25
1.7 O PROBLEMA.....	27
1.8 OBJETIVOS.....	27
1.8.1 OBJETIVO GERAL.....	27
1.8.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	28
<b>2 TIPO DE ESTUDO: O PERCUSRO METODOLÓGICO.....</b>	<b>28</b>
2.1 LOCAL E OS SUJEITOS DO ESTUDO.....	28
2.2 OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	30
2.3 MÉTODO DE COLETA DOS DADOS.....	31
2.3.1 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	34
2.3.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	34
2.4 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	35
2.5 ALGUNS PRESSUPOSTOS.....	37
2.6 RUMO ÀS FAMÍLIAS: A ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	38
2.6.1 GOLF 16V TURBO.....	39
2.6.2 FAMÍLIA GOLF 16V TURBO.....	39
2.6.3 PORSCHE 911.....	42
2.6.4 FAMÍLIA PORSCHE 911.....	46
2.6.5 AUDI.....	48
2.7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	52
<b>3 DIÁLOGO COM OS TEÓRICOS.....</b>	<b>55</b>
3.1 A PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE E A EXCLUSÃO SOCIAL.....	55
3.2 O CONTEXTO HISTÓRICO DA INFÂNCIA NO BRASIL, O (IN)TENSO FATOR DE EXCLUSÃO SOCIAL E AS AÇÕES PEDAGÓGICAS.....	61
3.3 A EXCLUSÃO SOCIAL NOS (ENTRE) LUGARES DA POBREZA E O SEU ATRAVESSAMENTO, PELA EDUCAÇÃO.....	67
3.4 PEDAGOGIA DOS VÍNCULOS: A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA.....	67

<b>NO ENTENDIMENTO DAS ESTRUTURAS FAMILIARES.....</b>	<b>75</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PESQUISA: FAMÍLIAS E OS IMPASSES DOS MODELOS DE ATENDIMENTOS DA ASSISTÊNCIA.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>85</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>89</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>98</b>



## RESUMO

O abrigo é uma medida aplicada pela Promotoria Pública e pelo Juizado da Infância e Juventude como um recurso pedagógico, com o objetivo de auxiliar famílias economicamente pobres a se reestruturarem e protegerem os infantes dos riscos sócio-familiares, sob o respaldo Legal do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal 8.069/1990, Art. 227.

A medida é aplicada com o intuito de proteção e disponibilizar a criança, amplo desenvolvimento saudável nas relações sociais, familiares e escolares. Sob essa medida, os meninos são retirados das ruas e abrigados em uma Instituição que acolhe e trabalha de forma pedagógica as relações e comportamento que os levaram para as ruas. Cabe aqui ressaltar que esses meninos não residem nas ruas, mas sim, passam o maior tempo nela, deixando de frequentar a escola.

Ao ocorrer o abrigo desses meninos em Instituições que os acolhem por determinação Judicial, esses Lares provisórios proporcionam uma rotina educacional que após o desligamento da mesma, estimulam os meninos e suas famílias a seguirem. Buscando resgatar os vínculos familiares que se formou nos primeiros anos de vida dos infantes, mesmo sabendo que suas estruturas familiares são complexas.

A presente pesquisa voltou-se a crianças e adolescentes (meninos) que se encontram em situação de abrigo, mas em fase de desligamento, para buscar compreender as ações pedagógicas presente no acolhimento dos meninos pelas suas famílias no processo de desligamento da Associação Santo – Angelense Lar do Menino. Os resultados indicam que os atores da pesquisa vivem às margens aflitivas da pobreza e da privação de bens e direitos assegurados por lei, buscando melhorar as condições econômicas para melhor atendê-los e o vínculo familiar estabelecido entre si é positivo. As famílias demonstram amor e carinho. Não foi relatado nenhum episódio de violência contra os meninos por parte das mesmas.

**Palavras – Chave:** Inclusão e Exclusão Familiar; Abrigo; Educação Popular; Pobreza; Desligamento; Acolhimento.

## RESUMEN

El acogimiento es una medida de la Defensa Pública y del Juzgado de la Infancia y Juventud como un recurso pedagógico, con el objetivo de auxiliar a las familias sin recursos económicos a reestructurarse y proteger a los niños de los riesgos sociofamiliares, bajo el respaldo legal del *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA), la Ley Federal nº 8.069/1990, Art. 227.

La medida se aplica con la intención de proteger y ofrecer al niño un amplio y saludable desarrollo en sus relaciones sociales, familiares y escolares. De acuerdo con esa medida, se recogen a los niños de las calles y se les pone al abrigo seguro en una Institución que los acoge y actúa pedagógicamente en lo que se refiere a las relaciones y actitudes comportamentales que los llevaron hacia las calles. Además, cabe poner de relieve que esos niños no viven en las calles, sino que pasan la mayor parte del día en ellas y, por eso, se ausentan de la escuela.

Cuando esos niños son acogidos en Instituciones que los reciben por determinación judicial, esos hogares provisionales ofrecen una rutina educativa que, tras el cierre del periodo de acogida, estimulan a los niños y sus familias a darle continuidad. Se busca de esa manera el rescate de los vínculos familiares adquiridos por los niños en sus primeros años de vida, aunque sea conocida la complejidad de las estructuras familiares de origen.

La presente investigación se volcó hacia niños y adolescentes (varones) que se encuentran en situación de acogimiento, pero ya en la fase de desligamiento de la Institución de acogida, con el objetivo de mejor comprender las acciones pedagógicas presentes en el acogimiento de los niños por sus familias durante el proceso de desligamiento de la *Associação Santo-Angelense Lar do Menino*. Los resultados indican que los sujetos de la investigación viven al borde de una situación aflictiva de pobreza y privación de bienes y derechos garantizados por la ley. Sin embargo, se busca mejorar las condiciones económicas para bien atenderlos, percibiéndose que el vínculo familiar establecido entre ellos mismos es positivo. Las familias les demuestran amor y cariño. No hubo ningún relato sobre violencia familiar contra los niños.

**Palabras clave:** Inclusión y Exclusión Familiar; Abrigo; Educación Popular; Po  
Desligamiento; Acogimiento.

### **LISTA DE SIGLAS**

CASE - Centro de Atendimento Sócio-Educativo

CEDICA - Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e do Adolescente

COHAB - Conjunto Habitacional/ Companhia Habitacional

CRP - Conselho Regional de Psicologia

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FASE - Fundação de Atendimento Sócio-Educativo

FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FENAMILHO - Feira Internacional do Milho

FUNDIMISA - Indústria de Fundição e Usinagem

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IESA - Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo

JA - Jornal do Almoço

JIJ - Juizado da Infância e Juventude

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MP - Ministério Público

ONGs - Organização Não Governamental sem fins lucrativos

PBF - Programa Bolsa Família

PIB - Produto Interno Bruto

RS - Rio Grande do Sul

SJDS - Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

URISAN - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Santo  
Ângelo

## INTRODUÇÃO

A pesquisa que construí foi constituída a partir do meu interesse em compreender, com mais profundidade, as relações de acolhimento das famílias para com seus filhos que se encontram em situação de abrigo, mas em fase de desligamento da Associação Santo - Angelense Lar do Menino – RS. *Vagabundos, preguiçosos*, é assim que escutei por um bom tempo a sociedade se referir aos pobres (famílias), introjetando esses estigmas nas pessoas, suas crias (filhos); não muito longe são estigmatizados como os coitadinhos (pelas pessoas um pouco mais humanas e religiosas), futuros marginais, ladrãozinhos, pivetes entre outros.

Hoje, essas pessoas recebem inúmeras designações: excluídos, marginalizados, injustiçados e outras, mas nunca são designadas pelos seus nomes próprios, anulados/invisibilizados enquanto cidadãos. Alguns nem registro possuem – *certidão de nascimento* – o que é direito básico e gratuito de todos (não somente dos pobres), por falhas nas políticas públicas – *sociais* – essas pessoas ficam alheias aos seus direitos/deveres de cidadãos.

Convém salientar aqui que uma das designações que mais se aproxima da que me autorizo, quando me refiro a essas pessoas, é à que o Padre Franciscano Roberto Lettiere se reportou em uma palestra ministrada no canal de televisão Rede Vida, onde tive a oportunidade em assistir, relatando suas obras e a luta social pelos *Sofredores de Rua*. Sofredores, porque a busca pela sobrevivência é dura e cruel, não como uma historinha ou roteiro de novela/filme, em que, no final, os protagonistas sempre se dão bem.

Aqui, no mundo real, os *Sofredores de Rua*, podem ser considerados todas as pessoas que buscam nas ruas sua sobrevivência: mendigos, meninos (as) de rua, meninos (as) na rua, famílias catadoras de papel e/ou lixo, etc.

É relevante salientar, que para nós, essa investigação é importante para compreender as questões que levam os meninos para as ruas e a pedirem *trocós* nas portas dos supermercados, shoppings, bares e semáforos, gerando assim, situações de risco social, uma vez que estão vulneráveis nas ruas. Não buscamos, nesse estudo, culpados, e nem lamentar a situação atual em que os sujeitos aqui estudados se encontram.

Confesso que por algum tempo também me deixei levar pela opinião do senso comum, acreditando que as famílias eram as culpadas pela situação em que seus filhos se encontravam e que *não se importavam com a educação e alimentação das crianças*, forçando-as, assim, a saírem para as ruas na busca de uma refeição ou vestuário. A partir do momento em que

passei a trabalhar com esses meninos e suas famílias, esse pré-conceito foi arrebatado e delimitei que estudaria essa problemática com um enfoque direcionado às famílias e suas estruturas complexas.

Esse estudo propõe-se a investigar e a compreender as ações pedagógicas de acolhimento (in) exclusão, das famílias que foram pesquisadas, a partir de um olhar pedagógico, sem desprezar os aspectos sociais, econômicos e psicológicos, para com os meninos em processo de desligamento do abrigo Lar do Menino, que acolhe crianças e adolescentes em situação de risco sócio-familiar, determinados por Lei.

O fato é que, cada vez mais, é visível o aparecimento de jovens e crianças à noite, pelo centro da cidade e isso provoca discussões na mídia, tornando-se um espaço de estudo ainda mais amplo a ser explorado no meio acadêmico.

A investigação é qualitativa, de cunho descritivo, utilizando como apoio, a entrevista semiestruturada e a observação participante na Instituição.

O primeiro capítulo situa o leitor, no contexto da cidade de Santo Ângelo/RS e na investigação; relato a minha trajetória profissional e pessoal e apresento um panorama sobre a rotina dos meninos no Lar. Evidencio algumas cenas do cotidiano dos meninos, os motivos pelos quais os garotos são abrigados; apresento uma entrevista com a Sra. Luciane Escouto – Presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e do Adolescente do Estado do Rio Grande do Sul (CEDICA/RS), expondo sobre os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os objetivos gerais e os específicos estão descritos neste capítulo, bem como a pergunta norteadora pensada ao longo dessa investigação.

No segundo capítulo, está à metodologia e as abordagens utilizadas, a organização das informações apuradas nas entrevistas, compreensão do material coletado, a partir da própria fala das famílias e dos meninos, como pretendem acolhê-los, a percepção da infância, os projetos de vida, a importância da educação continuada após o desligamento do Lar e a rotina das crianças em casa e no turno inverso a escola.

O terceiro capítulo refere-se aos teóricos utilizados como suporte para a compreensão do estudo, como as questões da infância (importância da estrutura familiar nos primeiros anos de vida e a constituição psíquica da criança), pobreza, (in) exclusão e a pedagogia tendo, como autor de referência Paulo Freire.

E por fim as Considerações Finais do Estudo – quarto capítulo – buscando uma abordagem nos impasses dos modelos de assistência social no Brasil e a definição de *meninos na rua* e *de rua*, a seguir, constam as referências bibliográficas, os anexos e os apêndices (roteiro das entrevistas, algumas fotos da instituição e da rotina dos meninos nela,

trabalhos de leitura realizados no ano de 2006), incluindo-se o Termo de Esclarecimento Livre e Consentido.

## **1 SITUANDO O LEITOR: ASPECTOS DO MUNICÍPIO, A RELEVÂNCIA DA PESQUISA, SEU CONTEXTO E A ESCOLHA DO PERCURSO METODOLÓGICO**

A pesquisa foi realizada no município de Santo Ângelo, que tem como marco de sua fundação o ano de 1706. O município foi presenteado com o título de a Capital das Missões do Rio Grande do Sul, e atualmente tem 76.746 habitantes segundo os dados estatísticos do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O Prefeito atual é o Sr. Eduardo Debacco Loureiro e o município está distante da capital, Porto Alegre, 442 km.

Santo Ângelo depende economicamente da agricultura, sendo a soja e o milho a principal moeda para as transações comerciais. No período de dois em dois anos, nosso município sedia a Feira Internacional do Milho - FENAMILHO. Esse acontecimento movimentava vendas no campo logístico, industrial, gastronômico e agronegócios.

A cidade possui diversas instituições, abrigos e clubes de serviço que desenvolvem ações de proteção à infância e à juventude. Por esta razão, esta investigação tem como objetivo, o processo de desligamentos dos meninos abrigados por motivos sócio-protetivos, entre 07 a 16 anos, que estão no abrigo da Associação Santo - Angelense Lar do Menino, procurando-se verificar as condições e o sentido de acolhimento destes meninos, conforme prevê a legislação brasileira. A ênfase, por isso, recai nas famílias que supostamente deveriam acolhê-los, embora se considere também o que pensam os próprios garotos e os profissionais envolvidos com eles.

Esse tema apresenta relevância de investigação no município e nessa instituição e acredito ser pertinente esta pesquisa para possíveis melhoramentos em relação a esta temática. Daí a pertinência da investigação. Após a exploração e realizadas as considerações finais, os dados serão devolvidos para a instituição e para as famílias que irão participar da pesquisa, com o intuito de auxiliá-los no processo pedagógico.

A devolução dos dados apurados para a instituição tem o objetivo de, pelo diálogo, ajudar a equipe, que trabalha com os meninos e suas famílias, a buscar novas estratégias pedagógicas e de trabalho, após o desligamento dos meninos, conforme solicitação da instituição para a pesquisadora. Os resultados apurados e analisados com a investigação serão devolvidos no mês de Dezembro/2009.

## 1.1 A ESCOLHA DO TEMA E A TRAJETÓRIA PESSOAL DA INVESTIGADORA

A escolha dessa temática tem influências da práxis do dia a dia como psicóloga Clínica/Social. Formei-me no ano de 2001, pela URISAN - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus Santo Ângelo. Durante o processo de formação na graduação, atuei em um projeto na cidade de Salvador-Ba, denominado Universidade Solidária/UNISOL, antigo Projeto Rondon. No governo do ex - Presidente Fernando Henrique Cardoso, esse projeto foi reformulado e retomado, sob a direção da Dra. Ruth Cardoso, a qual nessa oportunidade conduziu trabalhos voltados à inclusão social e à redução da pobreza, possibilitando que alunos de diferentes estados, cidades e universidades pudessem desenvolver projetos em determinadas regiões que apresentam significativa miserabilidade.

Fui selecionada juntamente com uma graduanda do curso de Serviço Social da URI – Campus Frederico Westphalen/RS. Em equipe, trabalhamos diversas questões de inclusão e exclusão com meninos e meninas em situação de miserabilidade e risco social, no ano de 2001, nos meses de janeiro e fevereiro. Esta experiência motivou-me a ingressar nesse campo e atuar junto a esses meninos que se encontram vulneráveis enquanto sujeitos na fase de crianças.

Quando aqui me refiro a sujeitos na fase de crianças, é porque, pelo diálogo, observa-se que esses meninos (muitos deles) não se sentem pertencentes a essa fase, embora estando cronologicamente e biologicamente na fase infantil, pois atuam nas ruas, pedindo *trocós* para levarem aos mais velhos. Deixam de estudar e de aproveitar a infância para auxiliar na economia doméstica, passando também por outras situações de risco uma vez que estão nas ruas.

Mais tarde, ainda na graduação, participei de uma seleção para ocupar 01 vaga de psicóloga na antiga Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), hoje Fundação de Atendimento Sócio - Educativo (FASE), com uma unidade na cidade de Santo Ângelo/RS, o Centro de Atendimento Sócio - Educativo (CASE). Durante o ano de 2001, pude trabalhar nessa instituição e atuar em prol destes meninos, oferecendo atendimentos clínicos para eles e atendimento social para as suas famílias.

A escolha do campo empírico - Lar do Menino - deu-se ao meu vínculo de trabalho como psicóloga social/clínica no ano de 2006, quando estava exercendo minhas competências, porém devido a problemas financeiros da instituição, não foi possível a re-



contratação dos meus serviços, bem como a organização futura de uma equipe multidisciplinar.

Essa equipe seria composta por psicóloga, assistente social e um médico clínico geral. Então os meninos não precisariam sair o tempo todo da instituição para essas consultas de rotina. Na atual realidade, os garotos são atendidos no Posto de Saúde Municipal do Bairro e/ou no Hospital do Quartel.

A instituição conta com os serviços de um casal, Sr. V. e Sra. V., que atuam como os *Pais Sociais*<sup>1</sup> destes meninos, 24 horas por dia, seis dias na semana. Os meninos permanecem no Lar, de domingo a sexta feira. O Lar conta também com os serviços de uma assistente social.

Na sexta-feira, quando retornam da escola às 17h30min, eles arrumam as mochilas com algumas peças de roupas e calçados. Em seguida aguardam que um familiar venham buscá-los. Nem todas as famílias os buscam. Os maiores de 13 anos têm permissão do Conselho Tutelar para irem sozinhos para casa. Os meninos ficam com suas famílias, então, desde sexta-feira, à tardinha, até domingo às 17h30min; tempo máximo permitido para que se ausentem do Lar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal 8.069/1990, dispõe na sua estrutura, mais precisamente no Art. 227 o seguinte:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Com respeito ao ECA, a diretoria do Lar do Menino foi orientada a contratar uma assistente social, mediante sugestão do Juizado da Infância e Juventude, pois os meninos que estão no processo de desligamento com a instituição necessitam muito de acompanhamento junto a suas famílias.

Na afirmação dos pais sociais, em conversa, durante uma visita que lhes fiz, afirmam que, mesmo com a contratação da assistente social, *a gente sente falta de te uma psicóloga aqui...que trabalhe junto com os guris e ajude nós...(sic)*, relataram que toda a mudança

---

<sup>1</sup> Expressão utilizada nacionalmente para designar o casal que *desempenha* as funções da família biológica dos meninos. Essa função é perigosa do ponto de vista psíquico – mas não entraremos aqui, nessa discussão.

positiva do comportamento e socialização, em razão da assistência psicológica que estava sendo realizada, alguns regrediram devido à entrada de novos meninos na Casa<sup>2</sup>.

## 1.2 A ROTINA DOS MENINOS NO LAR

A rotina da instituição se dá a partir da organização escolar dos meninos. Todos estão matriculados e frequentando uma escola que geograficamente se encontra o mais próximo possível da Casa, tendo em vista o bem-estar dos garotos, sendo ainda, uma exigência do Ministério Público e do Juizado da Infância e Juventude, assegurado pelo ECA, no Art. 53, que ao legislar afirma que:

a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – direito de ser respeitado por seus educadores;
- III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV – direito de organização e participação em atividades estudantis;
- V – acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência [...].

Os meninos são divididos em dois grupos para frequentar as aulas, um grupo pela manhã e outro, à tarde, de acordo com a faixa etária. No turno inverso à escola, desenvolvem atividades laborais e ocupacionais permitidas por lei, como o cultivo de uma horta para venda à comunidade, organização dos quartos, banheiros, lavanderia; fazem os temas de casa e assistem televisão. Após o almoço, todos organizam as louças e a cozinha. Em seguida, os demais vão à escola.

Logo que terminam o almoço, a Sra. V. apenas sugere aos meninos o que deve ser limpo na cozinha e, por alguns minutos, descansa, enquanto os garotos lavam as louças, panelas, copos, talheres e todos os demais utensílios utilizados para fazer o almoço. Enquanto uns secam as louças, outros varrem o refeitório e alguns passam pano no chão e limpam o fogão.

Essas atividades fazem com que eles passem a assumir uma postura mais responsável com as normas que regem uma família. É uma atividade pedagógica, pois, aprendem valores de cooperação e solidariedade, que muitos deles não têm quando ingressam no Lar, mas desenvolvem ali.

---

<sup>2</sup> Denominarei Casa, o Lar do Menino de Santo Ângelo/RS, pois essa expressão é utilizada pela grande maioria dos moradores da nossa cidade.

Muitas vezes almocei com os meninos; a comida é muito boa e preparada com total higiene. Um exemplo de como a alimentação é farta e o cardápio variado: toda a sexta-feira tem galeto assado ou churrasco com arroz, salada de maionese, suco natural ou refrigerante, em seguida sempre há uma sobremesa.

Antes de cada refeição, um dos meninos realiza um agradecimento a Deus pelo alimento do dia. Era agradável almoçar com eles, pois nos divertíamos e, nesse período, eu não ocupava o lugar de psicóloga, o que permitia uma aproximação mais informal.

Eles adoravam, e me perguntavam coisas como: onde eu morava, se eu tinha filhos, se eu gostava de bailes, se eu me *dava* bem com meus pais, que tipo de música eu escutava, se eu já tinha escutado hip hop, como era fazer psicologia, entre tantas outras. Sempre respondia a todas, pois nunca me senti agredida ou invadida na minha privacidade.

O momento do almoço permitia que me olhassem de uma maneira mais natural e isso fortaleceu nossos vínculos, mostrando que sou uma pessoa que, embora estivesse ocupando um espaço profissional, que exigia certo distanciamento dos problemas que apresentavam, podia haver uma relação de confiança estabelecida.

Com o privilégio de almoçar com os meninos, pude então observar como eles agiam de maneira madura e atenciosa com a Sra. V., pois realizavam todas as tarefas, sem brigas ou discussões. Tudo como ela havia sugerido.

Do mesmo modo atencioso tratavam também o Sr. V.. Sempre o auxiliavam nas tarefas da limpeza do pátio, poda das árvores, recolhimento dos lixos, cuidados com a horta, entre outras.

Cabe ao Sr. V., na Casa, também, a tarefa de ir às reuniões dos pais nas escolas dos meninos - *porque seus responsáveis poucas vezes comparecem, mesmo sendo convidados*<sup>3</sup>, receber o boletim, escutar a queixa do serviço pedagógico da escola quando apresentam comportamento inadequado e/ou quando apresentam dificuldade na aprendizagem, levá-los ao médico/dentista, entre outras funções.

É importante o papel dos pais sociais no processo de escolarização dos infantes, pois, embora o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069/1990 e no Título IV – Das Medidas Pertinentes aos Pais ou responsável, no Art. 129, prevê já que são aplicáveis aos *pais ou responsáveis as seguintes medidas: V – Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.*

---

<sup>3</sup> No período em que trabalhei no Lar, mandávamos bilhetes para os pais comparecerem nas reuniões, mas era rara as vezes que um pai ou uma mãe fossem até a escola de seu filho para manter - se informados da situação escolar da criança.

Na prática, observa-se que as famílias, nem sempre (ou raramente) cumprem este papel, por razões averiguadas neste trabalho.

As relações afetivas que se estabelece entre os pais sociais (Sr. V. e Sra. V.) e os meninos são típicos de uma família; observamos momentos de conflitos, discussões, trocas de carinho e aconselhamento.

Os conflitos e as discussões ocorrem geralmente, quando é solicitado aos garotos que organizem suas roupas e calçados nos roupeiros. Outro momento significativo de discussão é também à hora do banho, pois muitos dos meninos relutam para banhar-se.

A Casa comporta de 13 a 15 crianças e adolescentes, entre as idades de 07 a 16 anos, mas houve relato de um caso em que um menino de 05 anos foi abrigado, devido ao cumprimento de uma medida sócio-protetiva determinada pelo MP e JIJ.

Os meninos, que possuem idade acima de 12 anos, frequentam oficinas de informática, cestaria de jornal e marcenaria, por meio de uma parceria com a Prefeitura, que cede ao Lar um espaço nessas oficinas e a Sra. Presidenta do Lar do Menino, que se responsabiliza pelo transporte dos alunos.

Em observância à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1997 p.7) ao preconizar que:

A educação é dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício consciente da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Os garotos eram atendidos (até Março de 2008) por uma professora de matemática, voluntária, que realizava aulas de reforço escolar em uma sala da Casa, onde há quatro computadores, quadro, giz, apagador, mesas, cadeiras, ventiladores, boa iluminação natural, lápis, borrachas, canetas, folhas, cadernos, entre outros materiais necessários para a realização das tarefas escolares (fotos nos apêndices).

Hoje, a instituição conta com o apoio de duas estagiárias do curso de Magistério do Colégio Odão Felipe Pippi, que auxiliam os meninos nas tarefas da escola e no processo de alfabetização.

A educação no Lar, sempre obteve prioridade. É um processo que auxilia no reforço escolar desses meninos abrigados e nos leva a imaginar o ponto de partida de uma transformação, mas não conseguimos visualizar o ponto de chegada: se após o seu desligamento não continuarem a ser estimulados por suas famílias a estudar, então, esse ponto

de chegada talvez nunca seja alcançado. Possivelmente, essa transformação social fique inerte em relação à justiça social.

### **1.3 PARCEIROS DO LAR DO MENINO**

A Casa é mantida financeiramente em grande parte pelo Lions Clube, e, em parte, por doações da Prefeitura Municipal – Secretaria de Assistência Social, Mercados, em especial, o Pag-Menos, que era um parceiro significativo do Lar, no período em que trabalhei na Instituição, pois toda semana levava frutas, verduras e legumes em grande quantidade. Hoje o mercado que estabeleceu parceria é o Supermercado e Fruteira São Luís; a comunidade em geral auxilia também com alguns alimentos não perecíveis. Em determinados meses aumenta o número de doações devido ao pagamento de cestas básicas e produtos de higiene e limpeza, por penas alternativas, quando o Juiz determina.

### **1.4 CENAS REAIS DE UM COTIDIANO: DO TEMA PARA O PROBLEMA**

A premência de se estudar e provocar diálogos sobre (in) exclusão familiar torna-se cada vez mais um assunto pertinente à pesquisa, tendo em vista a situação socioeconômica do nosso país, que pressiona famílias a buscarem meios de sustentabilidade econômica, os quais muitas vezes colocam em risco a segurança e a integridade das crianças e dos adolescentes.

Para compreendermos os aspectos econômicos e sociais das famílias, e o funcionamento entre seus membros, devemos estar atentos para as mudanças que sofre a sociedade. No campo econômico, nos últimos 05 anos, a região das Missões vem sofrendo sucessivas perdas na agricultura, em função do clima, ora prejudicado por inúmeras chuvas, ora pela estiagem, acarretando, em algumas propriedades rurais, perdas quase que totais nas lavouras de soja e milho. No ano de 2008, foi enfrentada mais uma vez a estiagem.

O empobrecimento da nossa região, provocado pela quebra das safras do milho e da soja, proporciona o aparecimento – visibilidade – de crianças e adolescentes, com significativa presença nas ruas do município, na tentativa de contribuir com a renda familiar.

Especialmente no mês de dezembro, são mais visíveis essas crianças nas ruas do nosso município. Penso que seja devido às festas de final de ano, e como o Natal é uma data que sensibiliza ainda mais as pessoas a ajudar os *menos favorecidos*, essas crianças são

beneficiadas com as *esmolas* que ganham pelas ruas, alguns *trocados* e restos e sobras dos alimentos e bebidas que ficam sobre as mesas nos bares e restaurantes.

Sem dúvida, quem frequenta o centro de Santo Ângelo, principalmente à noite, no período natalino, nota expressivamente a quantidade de crianças mendigando o que estudos apontam como negativo – recebem *esmolas* – fomentando a mendicância. Isso não é um ato pedagógico emancipador para esses meninos.

Com relação ao problema social e econômico dessas famílias, cabe destacar a posição da Senhora Vera Debonni<sup>4</sup>, sobre os dezoito anos da vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente. No seu discurso, relata com precisão a respeito da comunidade e alguns órgãos do governo para com o ECA.

Segundo a Juíza:

As pessoas não têm conhecimento sobre os direitos assegurados às crianças e aos adolescentes que rege o estatuto, e mais, algumas pessoas até conhecem, mas não respeitam, porque sabem que a justiça e os que fiscalizam as denúncias nem sempre cumprem o papel de apurar as mesmas. E então a justiça não tem como apurar e punir essas pessoas que colocam em risco a segurança e a integridade física das crianças... Mas quando chega até o nosso conhecimento, apuramos e punimos sim, quem descumpra com suas obrigações enquanto família que deveria cuidar e zelar pelas suas crianças e jovens (DEBONNI, 2008).

Nessa mesma ocasião estava presente também a Sra. Luciane Escouto<sup>5</sup> – Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e do Adolescente, que discorreu sobre a fiscalização precária dos Conselhos Tutelares e também das famílias das crianças e adolescentes.

A Presidenta do CEDICA/RS tocou no ponto nevrálgico da questão: *é necessário assegurar proteção à infância sem esquecer, no entanto, o amparo à família, propondo ainda, a aplicação de um diagnóstico a fim de detectar os reais problemas desse grupo social.*

---

<sup>4</sup> Vera Debonni, Juíza da Infância e Juventude (JIJ) da Comarca de Porto Alegre/RS em entrevista no Jornal do Almoço (JA) para emissora gaúcha de televisão RBS TV, este sendo exibido no horário do meio-dia, juntamente com a Sra. Luciane Escouto Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, e outros convidados, abordando como tema central o Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA) e a atuação, fiscalização e execução dos Conselhos Tutelares junto às famílias, crianças e adolescente que necessitam dos seus serviços. Esta exibida no dia 14 de Julho de 2008, é de veras importância, para dar orientação às famílias, bem como seus direitos e deveres.

<sup>5</sup> Presidente há pouco mais de um mês, a pedagoga Luciane Escouto foi eleita presidenta do Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Coordenadora de projetos sociais da rede Marista do Estado, ela acredita que ações articuladas entre governo e sociedade civil auxiliam no processo de transformação social.

\* O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICA), instituído pelo parágrafo 2º do art. 260 da Constituição do Estado, é órgão público, normativo, deliberativo e controlador das políticas e das ações estaduais voltadas para a infância e juventude.

Segundo a Presidenta:

Nessa perspectiva de apurar cada denúncia que os Conselhos Tutelares recebem e executam é quase um ato heróico, pois não têm uma estrutura capaz de manter um bom andamento dos trabalhos...nem se quer os Conselhos tem números de viaturas adequados – carros para se deslocarem e registrar as denúncias...o que nos deixa com total vergonha...e concordo com a Juíza porque o ECA foi elaborado para garantir a segurança das crianças e adolescentes, mas na prática, nossa! é vergonhoso – não respeitam...as famílias são o problema e não temos um órgão ou conselho que fiscalize ou faça um diagnóstico dessas famílias (ESCOUTO, 2008)

Acredito serem pertinentes essas colocações para respaldar ainda mais a relevância dessa pesquisa com as famílias. Vemos nessas falas as expectativas que se colocam sobre as famílias, sem levar em conta, muitas vezes as condições sociais e econômicas dessas e o sentido que elas atribuem ao acolhimento.

Não precisamos olhar para longe. Basta observar os meninos nos semáforos, quando paramos com os automóveis. Seguidamente batem nos vidros e perguntam: *tem um troco aí tia?* Ou nas portas dos supermercados e padarias, saídas dos cinemas, portas de shoppings, enfim, estão por toda parte, pedindo dinheiro, *troco*, para auxiliar na economia doméstica de suas famílias.

Essa situação comprova uma dura realidade que vemos em toda a América Latina, em especial, no Brasil: crianças que ao invés de estarem na escola, preferem (ou não, pois alguns são obrigados pelas famílias, o que não é observado nos sujeitos dessa pesquisa) ficar nas ruas, deambulando e garantindo ao final do dia uma renda extra para suas famílias. Segundo Ferrari<sup>6</sup>, após uma conversa informal em frente ao cinema, num sábado, à noite, onde eu e algumas amigas estávamos na fila para assistir ao filme *Tropa de Elite*, disse que: *... não ganhamo muito, às vezes só 15,00, aí chegamo em casa e aí brigam com nós...* Ferrari (12 anos) estava acompanhado de Lamborghini<sup>7</sup> seu amigo (10 anos).

O Projeto Raízes pertence à Associação Evangélica, entidade social sem fins lucrativos que, em meados de 1995, passou a atender crianças e jovens em situação de miserabilidade; hoje dispõe de um site com informações sobre pesquisas e dados da pobreza no Brasil. Essas pesquisas apontam que em 1999, 22% (37 milhões) da população estavam abaixo da linha da pobreza e em 2000, o número de indigentes era 16,31% e 32,74% dos brasileiros vive em situação de miserabilidade, e o número de crianças pobres é de 45,99%.

<sup>6</sup> Ver o subcapítulo 2.2 OS SUJEITOS DA PESQUISA no segundo capítulo **PERCURSO METODOLÓGICO**.

<sup>7</sup> Os dois meninos fazem parte do Lar, e nessa noite estavam garantindo um *troco* a mais.

No Rio Grande do Sul, 37,41% vivem com renda inferior a 1/2 salário mínimo conforme a pesquisa Aspectos Qualitativos da Pobreza no RS, de Flávio Cominn e Izete Bagolin, do Departamento de Economia da UFRGS.

Outro dado significativo da UNICEF e da Campanha da Fraternidade da Igreja Católica revela que morrem, no Brasil, 16 jovens de 10 a 18 anos por dia, vítimas de porte ilegal de armas, tráfico de drogas e homicídios. Muitos desses dados não são apontados pelos veículos de comunicação.

Sob o ponto de vista de Demo (2002, p. 10) renda mínima e salário mínimo não são políticas protetoras dos direitos sociais dos cidadãos, mas, ao contrário, máquinas de excluir. E podemos comprovar através dos dados apurados acima pelas pesquisas.

Na nossa cidade não foi possível levantar esses números, pois ao entrar em contato com a Secretaria de Ação Social de Santo Ângelo informaram-nos que não há pesquisas que apontem esses dados.

Sabemos também, que no ano de 2008 onde estávamos levantando os dados ocorreriam as eleições municipais e todas as prefeituras protegem-se, não repassando nenhum dado que possa prejudicar sua campanha/imagem política. Sem esses dados, fica difícil precisar nesse momento, o quanto Santo Ângelo possui de sujeitos em situação de miserabilidade. Mas basta olhar a poucos metros e já avistamos, no centro da cidade, mendigos e crianças pedindo esmolas – *trocós* – para auxiliar suas famílias (criança exercendo papel de adultos).

## **1.5 A CONTEXTUALIZAÇÃO E O ABRIGAMENTO**

Partindo desse olhar, o objeto dessa pesquisa são as famílias dos meninos em situação de abrigo, por medidas sócio-protetivas, determinadas por lei e em processo de desligamento da Associação – Santo-Angelense Lar do Menino.

O abrigo dos meninos tem como objetivo proteger a criança e o adolescente dos mais variados riscos/perigos que possam correr, quando estão deambulando pelas ruas e pedindo esmolas ou *trocós* e também a partir da não frequência escolar. No caso da inclusão desses meninos nessa Casa, a medida só é aplicada após alguns contatos verbais do Conselho Tutelar com o menino e sua família.

No ECA, o Título V – Do Conselho Tutelar, capítulo I – Disposições Gerais, Art. 131 conceitua o Conselho Tutelar como: Órgão permanente e autônomo, não



jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos por lei.

Por essa razão, não ocorrendo comprometimento familiar, o Conselho Tutelar entra em contato com a equipe da Promotoria Pública e do JIJ, que formalmente intima a família e o menino para comparecerem ao Fórum, a fim de averiguar a situação familiar. Caso não ocorram mudanças no cumprimento do acordo estabelecido, o Juiz determina o abrigamento, estipulando o período que o menino ficará no abrigo.

A Casa é um lar de passagem de curto período (segundo a Presidência da Instituição). No máximo os garotos deveriam permanecer por um ano, mas geralmente o tempo é longo: aproximadamente de 03 anos ou até que o garoto alcance os 16 anos. Durante esse período, espera-se que a Instituição trabalhe/prepare a(s) família(s) e o(s) menino(s) para a inclusão familiar – desligamento do Lar.

Segundo Peruzzolo (2002, p. 250), essa preparação gradativa para o desligamento pode ocorrer objetivando a volta à família de origem ou à família substituta. Mas não havendo possibilidade de armar vínculos familiares, as crianças vão crescendo dentro da Instituição até alcançar a idade de 18 anos. Neste período, já adolescentes, são desligados da Instituição mesmo não estando preparados para iniciar um novo momento de suas vidas, sozinhos; isto é, sem a tutela, os cuidados, o carinho, e muitas vezes, sem nenhuma referência externa ao abrigo que possa acolhê-los nos momentos futuros.

Observei que esses meninos (geralmente) não estão cientes do real motivo do abrigamento nessas Casas, por três motivos: o JIJ não comunica com clareza, as famílias dizem aos garotos sempre a mesma coisa: *que é para o bem deles*, e os próprios garotos utilizam-se de mecanismos psíquicos de defesa para fantasiar sua estadia na Casa e assim, diminuir seu sofrimento emocional.

Ao ocorrer o abrigamento por motivos protetivos, essas crianças passam por situações constrangedoras. Na escola, por exemplo, sempre lhes perguntam por que estão no Lar, essas perguntas já vêm mescladas com um cunho de maldade e curiosidade. Maldade porque como nosso município não é de porte grande, quando realizado esse questionamento curioso, a notícia se espalha muito rápido na escola e geralmente os meninos acabam por ter amizades limitadas, ou seja, pouco colegas/amigos. Durante os atendimentos que realizei, sempre havia essa queixa por grande parte dos meninos.

Observa-se ainda, a cisão com o vínculo familiar. Em decorrência, alguns meninos sentem-se deprimidos, o que pode levá-los a uma série de sintomas e conflitos psicológicos, como baixa autoestima, melancolia, agressividade, comodismo, angústia, entre outros.

Uma de minhas funções determinadas no contrato quando fazia parte da instituição, consistia em trabalhar a inclusão/acolhimento desses meninos junto às suas famílias. Embora tivesse todo apoio da Casa, desde os materiais para utilização com os meninos até estrutura física, mesmo assim, era difícil trazer as famílias para realizar reuniões; trabalho este que acredito ser fundamental para a permanência dos meninos nos seus núcleos familiares e na boa conduta.

A dificuldade em obter a concorrência das famílias ocorria porque algumas mães e pais trabalhavam nos horários em que eu estava de trabalho e depois das 18 horas, eles diziam que ficava *muito difícil (sic)*, porque tinham que preparar a janta e organizar a casa. E algumas delas, embora não trabalhassem, afirmavam não dispor de *tempo*<sup>8</sup> para ir ao Lar.

Segundo relatos dos antigos pais sociais, em conversa informal, os mesmos contam que muitas famílias, vão até a Casa e perguntam para eles *como é que se faz para que seus filhos entrem para o Lar do Menino*. O casal explica que somente mediante ordem do JIJ, é que podem residir ali.

Durante o período em que trabalhei na Casa, presenciei a seguinte cena: numa tarde de muito calor, em pleno dezembro, uma mãe bateu na porta do Lar e logo foi atendida pela Sra. M.(ela era mãe social), que um tempo depois me chamou e disse: *essa mãe qué deixá o filho aqui, mas expliquei que não somos nós que ‘pegamo’ é a Promotoria. (sic)*. Olhei para a mãe e em seguida para o menino e lhe perguntei quantos anos tinha. Respondeu-me erguendo os dedinhos e mostrou que tinha apenas 04 anos.

Então convidei os dois a adentrar e explanei as regras da Casa e que não nos cabia a decisão de acolhê-lo, uma vez que a justificativa da mãe foi que não podia mais sustentar seus filhos, que no total eram seis, sendo esse que ali estava o quinto. Mostrou a barriga e disse que estava esperando mais um. Orientei-a para que procurasse o Serviço Social da Prefeitura e que solicitasse acompanhamento médico para fazer pré-natal e também algum programa social que pudesse assistir a essa família.

Muitas mães já vão com os filhos, na esperança de imediatamente deixá-los ali, o que nos remete a pensar num comportamento semelhante ao da Roda dos Expostos<sup>9</sup> no Brasil durante os anos de 1726-1950: onde as mães largavam seus filhos recém-nascidos aos cuidados de freiras.

Nesse caso, quem cumpre o papel das freiras são os pais sociais que cuidam e zelam pelo bem-estar desses meninos, durante o período que ficam na Casa. Nega assim a

---

<sup>8</sup> Era assim que as famílias se referiam no seu discurso.

<sup>9</sup> Retomarei esse assunto no segundo capítulo.

legitimidade da família biológica e os garotos passam a assumir novas regras de convivência – social e familiar – o que nos primeiros meses de instituição, demonstra certa dificuldade e rebeldia na aceitação das regras da Casa (seu novo lar).

## **1.6 O ECA E OS CONSELHOS TUTELARES**

Cabe aqui ressaltar que no dia 10/07/2008, o Estatuto da Criança e do Adolescente completou dezoito anos de vigência no Brasil. Jovens e crianças de todo o país receberam um presente, um novo instrumento para garantia de seus direitos. Ao atingir a maioridade, o Estatuto da Criança e do Adolescente, firma-se como uma das legislações mais avançadas do mundo, instituída pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Esse documento está em constante processo de construção e reconstrução, para garantir que seus operadores ajam de forma articulada e em redes para o cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes.

No Brasil, existem mais de 60 milhões de crianças e adolescentes, segundo os dados do Portal Social do Rio Grande do Sul.

Além de uma mudança na legislação, o Estatuto trouxe ao nosso país uma nova forma de se perceber e respeitar esse público sem distinção de raça, classe social ou qualquer forma de discriminação. Os mecanismos de proteção assegurados por lei garantem atendimento nas áreas de educação, saúde (física e emocional), trabalho e assistência social.

Apesar de ser o marco regulador de inúmeros projetos, o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda é desconhecido, como apontam os dados do Portal Social do Rio Grande do Sul, para a maioria das pessoas.

De acordo com a Lei – ECA – nenhuma criança ou adolescente pode ser alvo de negligência, discriminação, exploração, violência ou opressão. Estabelece também a criação de Conselhos Tutelares e varas especializadas em Direito da Juventude. Além da universalização de creches e escolas públicas.

O Estatuto assiste também a família, a comunidade e os direitos individuais de cada jovem. As crianças e adolescentes passaram a ter deveres e não só direitos. A partir dos 12 anos, podem cumprir medidas socioeducativas de internação e já são responsáveis por seus atos.

A grande maioria dos municípios e grandes centros brasileiros possuem Conselhos Tutelares. O Conselho é composto por cinco membros, eleitos pela comunidade, que

acompanham as crianças e os jovens, decidindo junto com o Ministério Público e o Juizado da Infância e Juventude, qual a melhor medida de proteção.

O Portal Social do Rio Grande do Sul também aponta que quase 90% dos municípios brasileiros contam com Conselhos Tutelares. A grande dificuldade é a falta de estrutura. Pesquisa da Subsecretaria de Promoção dos Direitos Infante-Juvenis; apontam que mais da metade dos conselhos tutelares funciona de forma precária com falta de equipamento e escassez de funcionários qualificados.

Em alguns lugares o Conselho se reúne na praça pública, por falta de sede. São 70 mil conselheiros no país, mas a grande maioria não possui capacitação.

Apresento, neste espaço, uma entrevista concedida ao Portal Social da Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social/RS, com a Presidenta do CEDICA/RS, Sra. Luciane Escouto.

Imprensa SJDS - Qual o balanço dos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil?

O Estatuto da Criança e do Adolescente firmou-se como uma das legislações mais avançadas do mundo, porque rompeu com o paradigma anteriormente estabelecido no país, presente nos dois códigos de menores de nossa história, um de 1927, conhecido por Código Mello Mattos, e outro de 1979. A Constituição de 1988 consagrou garantias fundamentais, baseadas num sistema de direitos, garantias e proteção à infância e à adolescência. O modelo se fundamentou no princípio da dignidade humana se constituindo como um valor supremo e fundante do Estado Democrático de Direito. O ECA institui a concepção de Proteção Integral em que as crianças são consideradas sujeitos de Direitos, em situação peculiar de desenvolvimento e em suas relações com a família, à sociedade e o Estado.

Imprensa SJDS - O Estatuto conseguiu garantir o acesso de crianças e adolescentes à educação no país durante os anos de vigência?

Historicamente a questão da creche e da pré-escola ganhou força após a implantação do Estatuto onde a concepção passa a ser de caráter educacional e não apenas de cuidados. A lei de Diretrizes e Bases da Educação também foi criada após o ECA. Também a matrícula da criança em escolas próximas a sua residência aproximou-o de sua comunidade de origem. Temos pontos a avançar na estrutura de Rede de Proteção, mas estamos em processo.

Imprensa SJDS - Quais são os instrumentos mais eficazes no cumprimento das diretrizes do ECA? Como o CEDICA trabalha na execução do Estatuto?

O Estatuto da Criança e do Adolescente tem como uma de suas premissas intensificar e fortalecer as políticas públicas. Este fortalecimento se dá a partir das diretrizes, em que as ações e projetos devem ser articulados entre Governo e Sociedade Civil e harmônicos entre si. Considerando que estas ações e projetos auxiliam no processo de transformação social, é desafiador trabalhar o conceito de Rede, descrito no Art. 87. Com o ECA foram criadas estruturas institucionais, Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares que priorizam a doutrina da municipalização na política de atendimento relativo às discussões sobre os problemas pertinentes. É neste contexto que o CEDICA trabalha no sentido de deliberar políticas públicas na garantia, defesa e promoção de nossas crianças e adolescentes.

Imprensa SJDS - O Estatuto ainda é um documento válido ou deve ser reformulado?

O Estatuto é um documento em processo de construção e reconstrução permanente, este é tão complexo que não se tinha a noção real de sua operacionalidade, sendo que o mesmo instituiu o princípio da incompletude institucional. Princípio este que faz com que todos os atores do sistema de garantia de direitos ajam de forma articulada e conjunta para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes.

Imprensa SJDS - É possível dizer que caminhamos para a consolidação dos direitos das crianças e adolescentes?

Para que se tenha êxito nas mudanças é preciso, desenvolver um processo educacional que passa pela ampla divulgação e conhecimento do Estatuto, para então se perseguir a conseqüente mudança de atitudes em prol de uma infância e adolescência protegida integralmente.

A opinião da Presidenta do CEDICA/RS, esclarece a função do ECA e amplia o panorama sobre a questão do menor (de idade) ao destacar que o êxito nas mudanças necessita de um processo educacional (para toda a população) consistente e efetivo para a proteção da infância.

## **1.7 O PROBLEMA**

A partir de experiências com as famílias e os meninos, com a problemática social/financeira atual e com as informações que buscamos sobre o tema (in) exclusão familiar, surgem questionamentos e preocupações que foram objeto da investigação.

Por essa razão, o problema de pesquisa vai ao encontro do objetivo da pesquisa norteando os processos metodológicos que foram empregados na busca por respostas e para que as análises e as considerações finais da dissertação levem o leitor a visualizar o alguns pontos dessa investigação.

Sendo assim, a pergunta foi formulada da seguinte forma:

- Quais as ações pedagógicas presentes no acolhimento dos meninos pelas suas famílias no processo do desligamento da Associação Santo – Ângelense Lar do Menino?

## **1.8 OBJETIVOS**

### **1.8.1 OBJETIVO GERAL**

O grande objetivo dessa pesquisa propõem-se a investigar e compreender as ações pedagógicas de acolhimento (in/exclusão) das famílias, a partir de um olhar pedagógico, sem desprezar os aspectos sociais, econômicos e psicológicos em que essas famílias estão

inseridas, para com os meninos em processo de desligamento do abrigo Lar do Menino, que acolhe crianças e adolescentes em situação de risco sócio-familiar, determinada por Lei.

### **1.8.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Averiguar o que influenciou os meninos a saírem para as ruas;
- Analisar a representação dos filhos para as famílias e o que entendem por crianças;
- Contextualizar a situação socioeconômica da família, levando em conta o processo de globalização no Brasil e suas consequências;
- Investigar o processo histórico atual da (in) exclusão social, partindo do olhar pedagógico, relacionando-o com os aspectos econômicos e,
- Reconhecer, por meio das entrevistas, as práticas pedagógicas de acolhimento utilizadas pelas famílias no processo do desligamento dos meninos;

## **2 O PERCURSO METODOLÓGICO**

Nessa etapa, detalhamos o percurso metodológico que foi percorrido na coleta e análise dos dados empíricos, a tentativa positiva de buscar respostas aos objetivos e questões norteadoras em relação ao tema pesquisado. Apresentamos o tipo de estudo e o contexto de sua realização, a seleção dos sujeitos participantes, as técnicas utilizadas na coleta de dados no desafio de apreensão da realidade, a técnica de análise dos dados e as considerações éticas que foram observadas na presente pesquisa.

### **2.1 A PROPOSTA DE PESQUISA**

Essa investigação caracteriza-se como um estudo qualitativo do tipo exploratório descritivo, pois, na expressão de Minayo (1992), refletir qualitativamente uma realidade pressupõe pensar o indivíduo e sua história, suas relações, suas representações, suas crenças, percepções e opiniões emergidas de sua interpretação enquanto sujeito no mundo, considerando-se que essa realidade pode ser mais complexa e profunda que a descrição e análise que dela se faz. Essa autora explica que este método, além desvelar processos sociais

ainda pouco conhecidos referentes a determinados grupos, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação, argumentando que a pesquisa qualitativa constitui-se em entidade capaz de incorporar questões relativas ao significado e à intencionalidade como inerentes aos atos e relações e às estruturas sociais. Nessa perspectiva, sujeito e objeto confundem-se e se complementam na totalidade.

Toda pesquisa exige do (a) pesquisador (a) dedicação, persistência, além de qualificação, recursos humanos, financeiros, materiais, tempo, equipamentos eletrônicos e muita leitura.

A pesquisa também é uma atividade voltada para a solução de problemas. Pretende-se apresentar os dados coletados e analisados para a sociedade através de publicações em jornais, revistas, livros e etc., dão margem para juntos pensarmos em soluções para auxiliar os sujeitos pesquisados sem expor os mesmos.

Através da investigação, não buscamos somente a resposta para o nosso problema de pesquisa no emprego de processos científicos e com atenção do pesquisador, observamos questões que aparecerão no decorrer da mesma e não as desprezamos.

Para Triviños, a pesquisa é realizada por duas razões:

Em primeiro lugar, para se ter uma ideia mais clara, para se conhecer uma situação problemática que nos preocupa. E, em seguida, para modificar o mundo em que vivemos, aprimorando-o, ou rejeitando aspectos que consideramos negativos. Porém, ao realizar uma pesquisa, podemos descobrir que a realidade, o fenômeno, que havia surgido como problema – e sobre o qual tínhamos dúvidas -, tem aspectos satisfatórios que não podem ser ignorados (TRIVIÑOS 2001, p. 59).

Ou seja, toda investigação pressupõe uma série de conhecimentos anteriores e um emprego metodológico adequado para que tenhamos fidedignidade nos resultados finais. Segundo Minayo (2001, p. 59), “a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade e ocupa um lugar central no interior das teorias, fazendo contínuas referências a elas”.

Nas opções metodológicas que utilizamos, além da abordagem qualitativa de cunho descritivo, tivemos também como base e apoio a observação participante, utilizando como recurso também a entrevista semiestruturada.

A pesquisa qualitativa descritiva preocupa-se com o nível de realidade que não pode ser quantificado; Trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes; Isso corresponde a um espaço mais aprofundado das relações.

Nas investigações do tipo descritivo, o objetivo primordial é a descrição das características de determinada população ou comportamento e nesta pesquisa, detalhamos cuidadosamente ao discorrer sobre cada sujeito investigado.

Por meio da pesquisa podemos contribuir com a sociedade não somente como tom de denúncia, mas sinalizar aspectos: de violência, negligência, miséria, desrespeito, humilhações, abandono, entre tantos outros, assim como aspectos positivos: laços de afetos, relacionamentos familiares, vínculos sociais e o acolhimento, que apareceram também no seu desenvolvimento.

Triviños (2001) declara que a pesquisa qualitativa deve ser de fato, interpretativa e não um aglomerado de números. Não ocorreram nessa pesquisa, generalizações, apenas pretendemos obter generalidades, as ideias predominantes, tendências que apareceram definidas entre os sujeitos que participaram desse estudo.

## **2.2 LOCAL E OS SUJEITOS DO ESTUDO**

A presente pesquisa teve como campo empírico os processos de acolhimento das famílias dos meninos em situação de abrigo economicamente pobres, residentes nas periferias do município de Santo Ângelo/RS e com idades acima de sete anos.

O objetivo da pesquisa qualitativa é com os processos que se estabeleceram na relação da investigação e não simplesmente com resultados (produto final).

Os contatos com as famílias que investigamos foram mantidos através de visitas ao Lar nos dias em que as mesmas buscam seus filhos, ou seja, nas sextas-feiras e domingos, à tarde. Sempre observamos receptividade por parte das famílias em contribuir com o estudo. Conversamos também com os meninos e averiguamos a possibilidade de a entrevista ser realizada no primeiro momento em suas casas. A resposta foi positiva e notamos também uma ansiedade positiva para que iniciasse brevemente a coleta de dados.

Como todas as pesquisas estão sujeitas a mudanças, esta não fugiu a regra; não nos foi aconselhado irmos até as residências por motivos de segurança física, pois alguns bairros do município são demasiado violentos e não conhecemos ninguém; além, é claro, das famílias que pudesse mediar a entrada em dois deles. No primeiro momento, pensamos em solicitar que o Conselho Tutelar nos acompanhasse nas visitas domiciliares – e não nas entrevistas –



mas para não expormos e/ou constrangermos as famílias; optamos por realizar as mesmas na própria Instituição (Lar do Menino), mediante autorização verbal da Presidenta da Casa Sra. L.

No primeiro momento, ocorreu tudo muito tranquilo; explanei detalhadamente para a assistente social e para a Senhora Presidenta, como seria a coleta dos dados e o objetivo do estudo em si. Como havíamos combinado com antecedência, nos foi verbalizado que seria *bem vinda* à pesquisa e que serviria como fonte de melhoramentos para a instituição. Seguindo assim, a mesma tendência que a ex-Presidenta do Lar havia desejado e combinado quando autorizou a pesquisa na Casa.

Realizei então, quatro visitas – observações participantes – e pude apontar algumas mudanças na rotina da instituição, que não faziam parte da rotina da Casa alguns anos atrás. Percebi que, logo após o almoço, os garotos ficam livres para atividades como: jogar jogos no computador, assistir DVD (músicas e filmes) e brincar com materiais lúdicos. Não que nos anos anteriores essas atividades após o almoço fossem proibidas – não – pois o Lar jamais ditou normas ou manteve regime *autoritário* ou *ditador*, mas havia algumas rotinas pré-estabelecidas, democraticamente eleitas por todos, com finalidades pedagógicas – os meninos deveriam realizar as tarefas escolares – sendo que, após o término das mesmas estariam prontos para essas e outras atividades de lazer.

### **2.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA**

O critério de escolha recaiu nas famílias cujos filhos estão sendo desligados da Casa.

A investigação foi realizada, no ano de 2008 com quatro famílias que acusam os desligamentos da Casa nesse período. Como não é respeitado o limite do tempo do abrigo, a pesquisa foi limitada apenas à data citada, pois não podemos fixar aqui, um padrão de data inicial em que os meninos foram desligados de suas famílias, mediante sugestão do Juiz da Infância e Juventude.

Como já mencionamos, a pesquisa sofreu algumas alterações, não por vontade da pesquisadora, mas sim, por parte da Presidência da Instituição, que curiosamente num domingo à noite, por volta das 22hs, ligou-me e determinou que, *a partir desse momento, as entrevistas só poderiam ser realizadas com a supervisão da assistente social*. Sem entender, naquele momento, a razão para essa mudança, respondi para a Sra. L. que eu não poderia expor as famílias a uma terceira pessoa, uma vez que, possivelmente, o conteúdo do material correria o risco de não ser fiel e por também não permitir que as famílias ficassem à vontade

para verbalizar seu conteúdo psíquico livremente. Embora a finalidade da coleta do material não tenha cunho terapêutico, como em uma sessão de psicoterapia, a ética não permitiu que agisse conforme a vontade da instituição – a assistente social e a presidenta já haviam recebido na primeira visita da pesquisadora há Casa, uma cópia do roteiro das entrevistas.

Nesse caso, ao invés de realizarmos quatro entrevistas com as famílias, apenas foram permitidas duas e três entrevistas com os garotos.

O primeiro contato com as duas famílias foi através de um diálogo franco e aberto, com a intenção de estabelecer um vínculo de confiança com a mãe ou alguém que desempenhe esse papel (neste caso houve uma peculiaridade, foram entrevistados os pais dos garotos) para que a entrevista fluísse com amorosidade, a fim de que não sentissem a sensação de estarem sendo avaliados negativamente. Embora a pesquisadora já houvesse realizado um primeiro contato com algumas famílias, sempre é importante reforçar o diálogo antes das entrevistas previamente marcadas.

*A priori*, pensamos em entrevistar não só as Famílias (APÊNDICE A), mas também os Meninos (APÊNDICE B), os Pais Sociais (APÊNDICE C) que os atendem no abrigo, e a Assistente Social (APÊNDICE D) que trabalha junto a eles. No caso da assistente social, nos foi negado coletar o material sem nenhuma explicação concreta, procurei dialogar com a Presidente e a assistente social, mas frustradamente não obtive resposta que me convencesse sobre essa atitude. Seria importante o contato com a assistente social para nos dar uma noção de como ela processa o seu trabalho no dia a dia com as famílias e os meninos sem a conotação de avaliação do seu trabalho.

Com essas entrevistas, obtivemos respostas significativas que nos auxiliaram na análise dos resultados finais. Sem desmerecer a importância que seria a realização das quatro entrevistas, resolvemos aprofundar ainda mais as análises dos conteúdos, o que não invalida a pesquisa ou a fará desmerecer.

No início da coleta dos dados, explicamos a importância de os sujeitos participarem da pesquisa, bem como pedimos autorização para gravar em áudio as entrevistas, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido previamente assinado (APÊNDICE M), resguardando a identidade dos sujeitos.

A obtenção do consentimento informado de todos os indivíduos pesquisados é um dever moral do (a) pesquisador (a). O consentimento informado é um meio de garantir a voluntariedade e o anonimato dos participantes; isto é, a busca de preservar a autonomia de todos os sujeitos. Dessa forma, o Consentimento Livre e Esclarecido deve ser voluntário, pressupondo que o indivíduo esteja plenamente de acordo para exercer a sua vontade.

Os depoimentos colhidos dos sujeitos participantes da pesquisa foram transcritos com fidelidade, na íntegra, sem alteração dos vocábulos utilizados. A partir dos dados coletados, por meio das entrevistas semiestruturadas, foi realizada a análise das informações e, para registrar essas informações, foram observados alguns critérios importantes, sugeridos por Negrine:

- criar uma simbologia para identificar cada participante do estudo, o que facilitará a descrição das informações;
- utilizar um gravador de boa qualidade para, posteriormente, transcrever, na íntegra, tudo o que foi dito pelo entrevistado;
- fazer alguns registros pontuais no momento da entrevista, o que facilitará a organização das informações, inclusive para definir categorias e/ou subcategorias de análise;
- uma vez transcritas as entrevistas, devolvê-las aos entrevistados, com a finalidade de validar o seu conteúdo. Esse procedimento aumenta o nível de confiabilidade do estudo. Nesse momento, é permitido ao entrevistado que altere, retirando ou acrescentando o que achar conveniente;
- extrair informações relevantes, pertinentes ao estudo em questão, para proceder à descrição, análise e interpretação das informações (2004, p. 78).

Durante uma visita que realizamos em dezembro de 2007 aos meninos no Lar, expliquei a eles sobre a minha pesquisa e como ela seria desenvolvida. Explicamos como seria também a coleta das entrevistas e a receptividade foi positiva; então, logo em seguida, relatamos que no decorrer da escrita, inevitavelmente, utilizaremos suas falas e que por esse motivo deveríamos escolher um codinome para cada um.

Organizamos um grupo, sendo que todos os 14 meninos estavam presentes (nesse momento ainda não sabíamos quem seria desligado), pois a atividade ocorreu às 18 horas. Em seguida, através de sugestão, solicitei a eles que pensassem em algo que mais os atraísse, e que fosse compatível à substituição de seus nomes. Democraticamente, eles escolheram o que mais gostavam e almejavam ter algum dia no futuro: nomes de carros importados.

Brevemente, cada um escolheu o seu codinome-carro e como não poderia deixar de acontecer, houve pequenas discussões/brigas, porque os adolescentes escolheram primeiro e as crianças ficaram bravas, pois algumas marcas já haviam sido escolhidas. Retomei a coordenação da atividade e em seguida tudo se acomodou. Apontei na minha agenda, conforme eles citavam as marcas com os respectivos nomes; notei que todos estavam satisfeitos com suas escolhas e encerramos a atividade.

Respeitar e preservar a identidade dos sujeitos participantes da pesquisa denota responsabilidade e ética por parte do (a) pesquisador (a), o que permite uma relação de maior credibilidade e confiança com os sujeitos da mesma.

Seguindo essas premissas, os dados da pesquisa que levantamos brevemente analisados na defesa final desta dissertação, sugerem total fidelidade pelo uso de instrumentos de apoio às entrevistas e às observações, permitindo um avanço pedagógico, nesse campo empírico, para futuros pesquisadores que se interessem por essa área.

## **2.4 MÉTODO DE COLETA DOS DADOS**

No percurso metodológico utilizamos duas técnicas de coleta de dados que são: entrevista semiestruturada com as famílias, os meninos e os pais sociais.

A segunda técnica de pesquisa constitui-se na observação participante do cenário em que ocorre o abrigo no Lar.

### **2.4.1 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

Na presente investigação, a entrevista semiestruturada sugere ser a mais adequada, pois se desenvolveu a partir de um esquema básico, previamente organizado, oferecendo flexibilidade na condução do diálogo. Nesta investigação ocorreu a realização de 02 entrevistas, como já mencionei, com as famílias e 03 entrevistas com os meninos e 01 entrevista com a mãe social.

O roteiro das entrevistas (APÊNDICES) constituiu-se em perguntas e proposições de temas que indagaram acerca da percepção dos meninos, da família e da mãe social, sobre aspectos relacionados aos tipos de vínculos, situação econômica, entre outros citados no roteiro. As entrevistas (perguntas) foram utilizadas aqui, de maneira muito clara e simples de serem entendidas pelas famílias, pois os pais são semianalfabetos e os demais entrevistados também possuem baixo grau de escolaridade.

O local definido para a efetivação das entrevistas foi o Lar, sendo que a duração oscilou entre 45 minutos à 1h com as famílias, mediante gravação em áudio, posteriormente transcrição e análise do conteúdo.

As entrevistas mencionadas acima são instrumentos privilegiados para coletar informações e corresponderam às nossas indagações. Entretanto, é fundamental que se tenha um roteiro organizado a partir das ideias básicas que emolduram o tema e o problema de interesse investigativo.

Um roteiro deve dar condições de responder e percorrer nossas indagações livremente, buscando também sensibilizar os colaboradores com a investigação. A grande vantagem da

entrevista semiestruturada, é que ela permite uma captação imediata das informações desejadas e pode ser empregada em qualquer pessoa.

Conforme Triviños (2001, p.89), a entrevista se transforma em um diálogo vivo no que se caracteriza como um processo de interação social entre duas pessoas, em que uma procura saber e/ou obter informações sobre a subjetividade da outra, de um determinado assunto. Entrevistado e pesquisador procuram construir um conhecimento coletivo a partir da realidade pessoal do sujeito da pesquisa. Na entrevista semiestruturada, o conjunto básico das perguntas aponta fundamentalmente para o problema que preocupa o investigador, sendo, também, uma ferramenta da pesquisa qualitativa para buscar com sucesso os objetivos.

Brandão (2003, p. 35), reafirma que, na perspectiva libertadora, a pesquisa como ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes; de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares; e, como objetivo a ser desvelado, a realidade concreta. Esse autor aponta também que, na medida em que vamos fazendo pesquisa, educamos e estamos sendo educados, juntos aos grupos populares da pesquisa. Pesquisar e educar se identificam em um permanente e dinâmico movimento.

#### **2.4.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE**

Outro recurso que utilizamos foi a observação participante, sendo uma das principais técnicas empregadas pela pesquisa qualitativa. Segundo Triviños (2001, p. 89), “a que envolve a interação social entre o pesquisador e os informantes no meio destes últimos, e durante a qual se recolhem informações de modo sistemático e não intervindo”. A participação nas atividades dos grupos, ou seja, na participação da rotina dos meninos e das suas famílias é uma oportunidade de entender melhor a mecânica das relações, os valores e os costumes que caracterizam essas pessoas.

O objetivo de observar alguns comportamentos ou manifestações que interessam para a pesquisa serviu para realizar uma descrição minuciosa dos sujeitos, quanto para enriquecer na formulação de futuros pressupostos.

Na segunda visita que realizei (logo após o almoço, por volta das 12hs 55 min), pude então verificar que a minha presença, de certa forma, perturbava a mãe social; notei que sua expressão facial ficou notavelmente sisuda, e não gostou de eu estar ali; demonstrou sem muitos rodeios que eu estava atrapalhando suas tarefas, mal me cumprimentando. Ao perceber, transferi a ela um sorriso e logo a abracei dizendo-lhe que a minha presença não iria

atrapalhar suas tarefas e que meu objetivo de estar ali, era os meninos (mesmo eu sabendo, que isso serviria de material precioso para minhas considerações finais).

Senti, nesse mesmo dia, que os garotos estavam agitados, mais que o normal e quando percebi o momento certo, solicitei a Sra. V. que me indicasse um dos meninos que não estivesse participando de alguma atividade, para dar início à entrevista. Quando me dirigi até o refeitório onde a Sra. V. estava, parecia que seu humor havia melhorado e se prontificou em chamar um deles.

Na entrevista, constatei que essa agitação era uma mistura de alegria e euforia por saberem que quatro dos meninos seriam desabrigados/desligados e voltariam para suas famílias.

Assim como foram realizados todos os procedimentos legais (explicar o estudo para Presidenta e assistente social), também ocorreu da mesma forma com os pais sociais; mostrei uma cópia da entrevista que seria realizada com eles e o consentimento foi positivo de ambas as partes – mãe e pai social – então, nesse dia, percebi que não seria o melhor momento para coletar o material com eles. Agendamos no dia seguinte e para minha surpresa, apenas a mãe social compareceu, justificou que seu marido estava fora da instituição por alguns dias. Na entrevista, a Sra. V. utilizou de diálogos muito curtos, apressando a coleta do material.

O momento da observação é muito importante no processo da pesquisa, pois com esse instrumento pode-se confirmar evidências e complementar o roteiro das próprias análises das entrevistas semiestruturadas. Para o autor Eisner (1998, p. 226): “La indagación cualitativa está marcada por la manera en la cual se ve y se retrata el mundo, y por la orientación conceptual utilizada para ver y dar sentido a lo que se há visto. La indagación cualitativa ser histórica, sociológica, política o educativa, y más cosas”.

As observações no Lar ocorreram entre outubro e novembro/08, visitando o local uma vez na semana. Elegeram-se os turnos da manhã e da tarde para a realização das observações, por serem os que mais apresentam movimentações dos meninos na Casa.

O segundo momento que havíamos planejado consistiria na observação do ambiente familiar, tendo como foco de investigação, os aspectos que interferem na afetividade, autonomia e proteção aos meninos. Essa observação ocorreria em um turno, agendado antecipadamente com a família, durante o processo de desligamento do garoto; pensamos em realizar essa observação uma vez na semana, no período de dois meses, totalizando oito encontros. Mas infelizmente por motivos de segurança, não foi possível coletar esse material, o que pensamos na possibilidade de em outro momento, dar continuidade a esse foco.

## 2.5 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A análise dos conteúdos das entrevistas iniciou-se com a leitura de primeiro plano das falas, para aprofundarmos de tal modo que fosse capaz de ultrapassar os sentidos manifestos do material. Dessa maneira, os procedimentos utilizados convergem para o relacionamento de estruturas significantes, com estruturas sociológicas (significado) articulando com suas variáveis psicossociais, contexto cultural e processo de produção de mensagem, segundo Minayo (1992). Essa Autora sugere três etapas para a operacionalização da análise dos conteúdos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação:

**1ª Etapa:** A pré-análise é o momento em que o pesquisador faz a escolha dos documentos a serem analisados, retoma as hipóteses e os objetivos iniciais da pesquisa. Estabelece relações entre as etapas realizadas, elaborando indicadores que orientem na compreensão do material e na interpretação final.

A pré-análise pode ser decomposta nas seguintes tarefas: leitura flutuante do conjunto das comunicações obtidas, momento em que o pesquisador toma contato direto com o material de campo, deixando-se impregnar pelo seu conteúdo; constituição do corpus que consiste na organização do material de tal forma que possa responder a algumas normas de validade, tais como a exaustividade, representatividade, a homogeneidade, a pertinência visando a dar respostas aos objetivos do trabalho; formulação de hipóteses e objetivos confrontando-os com os iniciais, o que pode significar a correção de rumos interpretativos ou abertura de novas indagações.

**2ª Etapa:** Exploração do Material consiste essencialmente na codificação das respostas dos entrevistados, quando ocorre a transformação de dados empíricos, visando alcançar o núcleo de compreensão do texto. Nesta fase, o pesquisador geralmente adota, como primeiro passo, o recorte do texto em unidades de registro, que podem ser uma palavra, uma frase, um tema, um personagem, um acontecimento. O segundo passo classifica e reúne os dados, detalhando as categorias teóricas ou empíricas que orientarão a especificidade dos temas.

**3ª Etapa:** A interpretação dos resultados obtidos constitui-se no momento em que as informações obtidas são colocadas em relevo, para realização de inferências que forneçam outras pistas ou sinais em torno de dimensões teóricas. A articulação do material empírico com a teoria pode embasar a construção de novas formas de apreensão e compreensão da realidade.

A análise e as considerações finais na pesquisa têm como finalidade básica ressaltar o alcance e as consequências dos resultados obtidos, empregando métodos científicos na coleta dos dados, a fim de indicar o que pode ser transformado para torná-lo mais significativo.

É mister nessa etapa, também apontar as questões que não puderam ser averiguadas pela pesquisa, bem como as questões que surgirem com o seu desenvolvimento, seguidas de sugestões quanto a pesquisas futuras que possam respondê-las.

## **2.6 ALGUNS PRESSUPOSTOS**

Ao realizar uma investigação qualitativa descritiva, de certa forma, quem pesquisa já tem de antemão algumas respostas para o seu problema de pesquisa. E essa pesquisa não é diferente, pois é fruto de minhas experiências profissionais observadas e que orientaram o nosso olhar enquanto pesquisadores.

Na práxis do meu dia a dia, algumas questões me chamavam a atenção e com isso me fizeram pensar sobre o tipo de vínculos que se estabeleciam com os garotos nas famílias.

As ações pedagógicas de acolhimento, dessas famílias para com seus filhos que estão abrigados no Lar do Menino, são complexas e conflitivas. Por exemplo: por que os garotos, após as 17 horas de sextas-feiras, quando são liberados para ir para suas casas, optam por ficarem nas ruas até madrugada cuidando de carros em frente a bares e clubes?

Outra observação da minha práxis é que o Lar não é uma Casa de passagem de curto período de moradia (no máximo um ano), mas alguns meninos ficam até três anos residindo nela.

Penso que, se esses comportamentos que mencionei acima ocorrem, precisamos investigar e trabalhar não só os efeitos, mas as causas que levam esses meninos para as ruas, pois o trabalho preventivo ainda é o melhor caminho para diminuir o tempo do abrigamento dos mesmos no Lar do Menino.

Ninguém inicia uma investigação com total desconhecimento da realidade da pesquisa. É bem provável e não definitivo que esses pressupostos se confirmem e que se entrelacem na busca de possíveis alternativas para se estabelecer relações de práxis pedagógicas no acolhimento desses espaços familiares, através da dialogicidade. E na análise dos conteúdos foram se confirmando. Triviños (2001), contribui, dizendo ainda que, muitos dos pressupostos vão se construindo durante o processo da investigação.

## **2.7 RUMO ÀS FAMÍLIAS: OS QUATRO MENINOS E SUAS FAMÍLIAS**

### **2.7.1 GOLF 16V TURBO**

Golf é um menino quieto, tem comportamento discreto e quase passa despercebido pela Casa; conversa o necessário e tem problema na fala; na pronúncia de algumas palavras



ele troca o G pelo C. Um exemplo: quando indagado sobre a série que repetiu na escola, ele responde: *secunda série...eu repeti uma veis (sic)*. No que se refere a sua estatura física é baixo, magro e, devido à falta de alimentação adequada durante a sua gestação e nos primeiros anos de vida, em que apresentava um quadro de desnutrição conforme relato de sua família, o menino está abaixo da estatura que muitos outros apresentam, pela idade e sua estrutura cognitiva é comprometida. Prova disso é que está na segunda série e ainda não consegue se alfabetizar; apenas escreve seu nome e algumas poucas palavras.

Golf é um dos meninos que fazia parte da Casa quando eu trabalhava na Instituição. Em um dos atendimentos, perguntei a ele se essa restrição em se comunicar era devida ao seu problema na fala, e ele afirmou que não, e revelou que sempre foi assim. Enquanto trabalhei no Lar, nunca presenciei uma briga ou confusão iniciada pelo garoto; ao contrário, ele era a vítima muitas vezes. Segundo relato do sujeito na entrevista, realizada no dia 27/10/2008, logo após o almoço por volta das 13hs, o mesmo revela que o motivo pelo qual está abrigado no Lar é porque, enquanto morava com sua família, deambulava pelas ruas do município a pedir dinheiro. Questionado sobre quanto lucrava por dia, diz que era *dez pila (sic)*, e, conforme ele, esse dinheiro era para comprar comida para os pais e para os seus cinco irmãos; ele afirmou que ninguém da sua família o mandava para a rua pedir, e o local que ficava para arrecadar uns *troco* era *em fenti ao eutauantes (sic)*. Era em frente aos restaurantes e nas padarias que o garoto lucrava dez reais, mas não eram todos os dias que saía para as ruas a pedir. Golf 16V Turbo, foi abrigado no dia 13/06/2006, conforme prevê o ECA, como medida sócio-protetiva e sua idade era de nove anos; seu desligamento estava previsto para Janeiro de 2009, após o término do ano letivo/2008.

Segundo o filho mais velho, Golf tem onze anos. Tem uma irmã com treze anos e o seu irmão mais novo tem dois anos; revela também que sua mãe está *esperando mais um (sic)*, grávida de três meses; a família aumentará para nove pessoas. Outro ponto explorado na coleta dos dados refere-se ao convívio social no Lar; nessa questão mostrou-se mais falante e diz que o que mais gosta de fazer na Casa é jogar bola, jogar joguinho no computador (essa atividade é a preferida do sujeito) e ajudar a *tia* nas tarefas da casa. Sobre o que não lhe agrada na Casa, observei, pela expressão do seu rosto, que algo lhe incomoda, mas não quis dizer o que lhe aborrece, pois quando perguntei novamente sobre o que lhe incomodava, ficou em silêncio e de cabeça baixa. Participa também das aulas de reforço com a estagiária D. (21 anos) a qual concedeu, gentilmente, uma entrevista que foi de grande valia para confirmar o que já havíamos diagnosticado; está fazendo magistério no Colégio Estadual Odão Felipe Pippi e há um mês trabalha com os meninos, auxiliando-os nas aulas de reforço escolar, D.

revela que os garotos são *muito educadinhos; eu nunca tinha trabalhado com meninos assim...nessa situação...mas eles aceitam bem o conteúdo que eu trago...eles têm bastante dificuldade na escrita e números; contas de menos é a maior dificuldade deles...(sic)*. Pergunto a ela sobre o Golf e D. mostra-se otimista para com ele, *acho que se ele tivé um acompanhamento de perto ele aprende bem logo e deslança na escrita e na leitura...e toda vês que eu venho aqui, eu venho né duas vezes na semana, nas terças e quintas feiras de manhã...eu pego ele de perto pra acompanhá e do também umas tarefinhas pra próxima semana...pra ele faze (sic)*. O garoto expressa dificuldade na aprendizagem, e seu histórico escolar nos remete a observar seu caso com mais atenção; GOLF assume que pouco ia à escola quando morava com sua família, preferia ir com o pai (padrasto) para as ruas, recolher papel ao invés de frequentar assiduamente a escola. O reflexo desse comportamento é que hoje está com onze anos e inserido na terceira série.

Com relação à equipe técnica que o assiste no Lar, Golf reporta-se a eles com carinho e aponta que não tem problema de relacionamento com os *Pais Sociais*; quando indagado sobre como é seu relacionamento com eles, o menino responde que *é bão, eles são legal (sic)*; com a assistente social, ele afirma também que *é bão também (sic)* e percebo que com os outros meninos seu relacionamento é positivo. Em observância a sua família, reporta-se a eles com carinho e saudades; em determinados momentos mescla sentimentos de ansiedade e preocupação. Ansioso para retornar ao seu núcleo familiar, pois explana que adora seus irmãos e irmãs, e gosta muito de brincar com eles nos finais de semana, quando está em casa; brincam no pátio da casa de bola e andam de bicicleta. Demonstra preocupação, em relação à sua audiência com o Juiz da Infância e Juventude, em não o desligar da Casa este ano. Sua mãe Sra. L. (28 anos), separou-se do pai biológico do GOLF há dez anos, sendo que o menino tinha apenas um ano de vida quando a Sra. L. foi *abandonada*, segundo Golf, pelo marido e quando lhe pergunto sobre o atual companheiro da sua mãe, o garoto refere-se a ele como seu legítimo pai, e conta que sua relação com ele é *muito boa, a gente se dá bem...ele me dá presente e me cuida...(sic)*; pergunto a ele se mantém contato com seu pai biológico e Golf responde que *...nunca mais vi ele...ele não mora aqui, ele mora em Novo Hamburgo...peto de Poto Aleugre (sic)*. Comenta, também, que só tem uma irmã por parte de pai e mãe, e tem mais quatro irmãos por parte de mãe com o companheiro atual Sr. S. (33 anos), sendo ele que busca o Golf todas as sextas-feiras, às 17h, no Lar.

Em outro ponto da coleta dos dados, refiro-me sobre seus planos para o futuro, suas expectativas para após o desligamento do Lar e seu projeto (sonho) de vida, pois quando trabalhava na Instituição tínhamos um projeto pedagógico que trabalhávamos com os meninos

sobre suas expectativas após o desligamento e incentivávamos para que dessem prosseguimento a eles. Golf, refere que sonha em ter um *serviço...pra trabalha e ajuda minha família...* (sic), pergunto: *...se tu pudesses escolher uma profissão qual que tu queria ter?* e ele responde *qualquer uma* (sic). Reforço e dou exemplos de profissões e, após um tempo, ele diz que gostaria de ser *jogadô de futebol* (sic), e, num momento de descontração, pergunto a ele para que time torce ; nesse momento sorri (único momento que expressa alegria no discurso), e afirma que *é pro grêmio* (sorrindo) (sic). Sobre seu desligamento e seus planos para sua saída do Lar, Golf espera que algo de bom aconteça, mas não sabe explicar o que seria essa *coisa boa* que poderia acontecer. Pergunto a ele também se há algum projeto ou escolinha de futebol que ele participa e o mesmo afirma que não há projeto e que não participa de escolinha de futebol, mas gostaria de frequentar uma.

Quanto à existência de projetos pedagógicos para trabalhar o desligamento dos meninos do abrigo, Golf afirma que não existe. Pergunto a ele: *alguém prepara vocês pra ir pra casa, depois do desligamento do Lar? Alguém conversa com vocês como vai ser?* E o garoto responde apenas *não* (sic), e em outro momento ele afirma que *nunca me falaram nada...de como vai se* (sic), e finaliza, dizendo que nunca deixou de vir para o Lar e que ele sempre vem sozinho de casa para a Instituição; sua chegada é por volta das *seis da tarde* (sic).

## 2.7.2 FAMÍLIA GOLF 16V TURBO

Compareceu na entrevista somente o pai (padrasto), Sr. S. (33 anos) do Golf, no dia 31/10/2008, sexta-feira às 17hs15min, pois a mãe Sra. L. (28 anos), está grávida de três meses e por estar muito quente nesse dia que marcamos o encontro na Instituição. Ela não compareceu. Seu companheiro justificou que: *semo pobre, não temo carro só uma bicicleta e como minha esposa ta grávida não podia vim...*(sic). O Sr. S. confirma que estão morando juntos há dez anos, e que o pai biológico do Golf, mora em Novo Hamburgo/RS, sendo que, quando a Sra. L. estava grávida do Golf, eles se separaram e o Sr. S. assumiu as responsabilidades paternas do garoto e da irmã. Relata que *o pai verdadeiro do Golf não paga pensão... mas assim pra dize pra Senhora, não...é não...corremo atrás, como diz, pra recebe nada...essas coisa assim...e até quando ela tava grávida do Golf, se separaram, o pai do Golf é...ele é ruim...ele espancava muito ela, então através disso ai mesmo, ela fico com medo de si*

*incomodar, depois...ai ela não quis corre atrás dos direito dela, nada eu também nunca cobrei dela, “vai lá e cobra”...(sic).*

Ao questionar sobre o motivo do abrigamento do menino, o pai confirma o que o Golf havia comentado, e segundo ele *...foi...ele saia junto comigo...ele até e minha guria de treze anos...(sic)...(Sr. S. se refere ao Golf e sua irmão como filhos legítimos dele, e aponta que educou os dois desde pequenos e não consegue olhar para eles sem sentir a legitimidade paterna.)...eles iam pro centro leda com papel, daí através do Conselho Tutela, é proibido criança anda junto, trabalha como se dizem, por direito no colégio, e muita vezes a gente não queria eles, e eles pegavam e vinham junto lá pro centro, e daí a dona N. nego uma vês eles lá, daí viram as condição da gente, que a gente não tinha muita condições, de sustenta tudo eles, ai a única coisa que ela teve como ajuda, ela disse: “olha nós podemos bota o Golf no Lar, lá ele vai te, vai te o colégio, vai te...tudo lá...daí final de semana vocês podem pega ele...” senti muita falta, acostumado junto, foi isso ai (sic). O pai revela também que muitas vezes eles saiam para o centro do município sem almoçar, com fome e *por duas, três veis ele dizia assim pra mim: pai posso i ali, eu penso, da pra mim ganha cachorro quente, eu vô lá, é, diz no restaurante derepente eu ganho uma comida pra nós passa o dia, pra mim não passa sem come...ai eu dizia pra ele, não, fica ai no carrinho, o pai da um jeito, quando eu voltava ele não tava mais ali, daí tua ia procura, ele tava na frente do restaurante...eu nunca dei idéia pra ele, tu vê dicerto também por dó e muitas veis com fome...(sic).* Devido a esse comportamento do menino, a família recebeu uma advertência verbal e como não conseguiram sanar esse problema, Golf foi abrigado no Lar no dia 13/06/2006, conforme documento arquivado na Instituição. A reação do menino ao saber que seria abrigado e da família, segundo Sr. S., foi um *choque, porque a minha esposa, eles apenas pegaram o Golf, trouxeram pra cá e a gente não sabia, ai apenas avisaram lá, que ó, o Golf ta bem, nós levamo pro Lar, porque não adianta ta na rua, e daí ela (a esposa) choro e tudo mais na hora, ai nisso ela veio aqui com o Conselho...chego aqui...ele tava brincando, tava animado, ta claro no primero dia ele tava estranho...(sic).* E o pai explana que com o passar dos dias Golf foi acostumando, e a cada domingo que o garoto deve retornar ao Lar *é aquela choradera...mas ele não falha, vem...eu digo assim olha filho, se a gente pudesse, a gente não te levaria, ficava em casa, só que tem que cumpri as normas do Lar (sic).* Golf, segundo o pai, não tem problema com o casal novo, os *Pais Sociais*, e diz que *esses aí não tenho quexa nada...acho que tão cuidando bem...pelo menos o Golf a gente pergunta ó ta gostando, o que tu acha lá do tio e da tia do Lar, ele ta gostando...(sic).**

A estrutura familiar está desenhada da seguinte forma: Golf (11 anos) é o segundo filho mais velho, sendo a adolescente de treze anos a filha mais velha, fruto do primeiro relacionamento da Sra. L.; e com o companheiro atual Sr. S., é quatro o número de filhos, mais a gestação, totalizando sete crianças. Sobre a idade dos demais filhos o pai disse que não lembrava...*me deu um branco...* (sic). O relacionamento do menino com os demais irmãos é positivo e afetivo; há conflitos como todos os demais relacionamentos entre irmãos, mas na opinião do pai é muito boa, brincam, andam de bicicleta e de balanço, juntos. E por esse motivo GOLF, nos domingos, chora dizendo que não quer mais retornar ao abrigo.

Outro ponto significativo levantado no encontro é a situação econômica da família. Segundo o pai, trabalha de papelheiro e somente ele trabalha da família arrecadando por mês em torno de R\$ 380,00. Comenta que recebem o Bolsa Família (R\$ 122,00) e uma Sacola Colonial da Prefeitura; nessa Sacola *vem dois kilos de arroz, as vezes vem mandioca, batata doce, não vem azeite...nem sal, as vezes vem também massa...as vezes vem uma coisa, e as coisas outras não vem, vem fruta também, bergamota, laranja, ai agora tão querendo aumentar, diminuir um pouco o lado das verduras essas querem diminuir...ai vai vim mais arroz, farinha de trigo também vem e agora querem diminuir o pão, tão dando o pão e ainda querem diminuir o pão e querem dá mais farinha que dá pra nós fazer o pão...pra não te perigo de estragar...(sic)*. O pai afirma que recebem pouco alimento nessa Sacola e uma vez ao mês; revela, também, que a Prefeitura está pensando em melhorar a qualidade dos produtos e querem incluir outros alimentos não perecíveis como azeite, uma quantidade maior de arroz, feijão, açúcar, café, entre outros. Sr. S. diz que a Sacola dura para a sua família no máximo uma semana, *pela turma de criança que tem lá em casa, dá no máximo dois, três dias a mandioca, das frutas três cozinhada, arroz lá em casa dá dois kilos, é, no máximo dois dias e se foi...vamos calcular tudo uma semana...e como se diz, a gente tem ordem até do Juiz Saraiva que é pra pegar uma cesta básica da Assistência da Prefeitura também, e quantas vezes a gente precisa e quantas vezes a gente vem e é tudo contrário tá...uma latinha de azeite, um kilo de arroz, um kilo de farinha de milho, um pacotinho de massa, até inclusive agora minha esposa nem tá indo, porque uma vizinha foi lá, ganhou um pacote de trigo e, e parece um kilo de arroz.* (sic). O pai aponta que muitas verduras e frutas vêm estragadas na Sacola; um exemplo é o repolho que vem, segundo ele, a metade estragada; e a mandioca, umas quatro ramas também estão estragadas e servem apenas para alimentar o suíno. Alimentos não perecíveis vêm muito pouco na Sacola e com o que arrecada juntando papel nas ruas gastam, praticamente, mais da metade na alimentação. A estrutura da casa onde reside a família é de apenas quatro cômodos, sendo a casa em si de madeira e não pertence à família e sim ao pai

do Sr. S., que cedeu a casa para o filho residir. O pai Sr. S., descreve a casa da seguinte maneira...*tem uma despensa grande, onde é guardado as coisa, e daí tem a sala, e a cozinha, até nem é da gente a casa...e a casa que nós ganharmo ta em fase de construção, mas ta já um ano...(sic)*. O banheiro é utilizado na casa do pai do Sr. S., pois as casas estão construídas no mesmo terreno, e conforme o pai, a casa que ganharam é uma casa popular da Prefeitura e não há previsão de entrega para a família. Prometeram também para eles o banheiro... *e não tem nem pensamento se vão dá o banhero ou não ainda...(sic)*.

Com relação à escolaridade do pai, Sr. S. estudou até a terceira série do ensino fundamental e sua esposa estudou até a quinta série do ensino fundamental. Afirma também que seus filhos estudam, mas estão enfrentando sérios problemas com a filha mais velha, pois não quer mais estudar *só qué namorá...vai pro colégio mas não entra na aula, fica na frente namorando, já fui chamado lá umas quantas veis, mas a gente fala com ela e ela não melhora...só se eu amarrá ela no pé da cama mas isso é proibido...(sic)*. Indagado sobre a frequência escolar do Golf, quando morava com a família, Sr. S. respondeu que Golf faltava às aulas apenas quando ficava doente, ou quando não podiam levar os filhos mais novos na creche, então eram o Golf e a menina de treze anos que ficavam em casa e cuidavam dos irmãos que segundo o pai, *temo uma escadinha de filhos (sic)*. Mas o Sr. S. afirma que o Golf faltava às aulas no máximo duas ou três vezes no mês. O real motivo pelo qual o menino foi abrigado é devido ao fato de estar nas ruas pedindo *troco* para ajudar na economia doméstica.

Conversamos sobre a concepção de infância e o que o mesmo entende por *ser* criança, e o pai com convicção verbaliza que *eu acho que a criança, primera coisa...eu tiro uma base por mim, que me criei na colônia, se eu tivesse estudado um, pelo menos umas quatro ou cinco série a mais, hoje eu não tava ai, precisando fazer o supletivo pra consegui um emprego...graças que eu tive, chega e quase me ajoelha, implorá pra consegui esse emprego na FUNDIMISA, então eu penso assim e aconselho meus filho, ó primero pensem em estudá o máximo que puderem, o que o pai pudé te ajudá nos estudo pra você eu vô ajudá...agora quando tem que pagá daí, quando se diz, de maior idade, que de pra vocês também trabalhá pra ajudá a pagá os estudos de vocês e a gente pudé ajudá, a gente paga vai ajudá o máximo que pudé...porque os estudo é a primera coisa (sic)*. O Sr. S., através do seu irmão, ficou sabendo que a FUNDIMISA estava necessitando de pessoas para trabalhar, e no mesmo dia que soube dessa oportunidade foi até a empresa e conversou com o pessoal do RH e lhe encaminharam para o SENAI, para iniciar um curso de capacitação de 20 h no SENAI; conforme o pai é para prevenção de acidentes, pois nesse trabalho *é muito perigoso de acidente...é onde é fabricado as peça...então precisa desse curso (sic)*, mas como o Sr. S. não

tem escolaridade mínima que a empresa exige - ensino fundamental completo - então *pela soledariedade comigo, me ajudo...decerto viu minhas condição...ela disse ó S. se tu me promete pra mim que tu vem trabalha na FUNDIMISA e vai voltá a estudá no turno inverso, trabalhando de noite e estudá de dia, não tem problema nenhum, a gente vai aceita...aí tomei meu pensamento lá trás, sai com treze ano dá terceira série, porque tive um problema de saúde fui operado da pêndicite, o pai me tiro com setenta falta do colégio e assim mesmo a professora queria que eu voltasse, aí eu penso assim porque depois que eu melhorei, porque depois que eu cheguei nem certo tempo eu não voltei a estudá, a gente começa a pensá então, a gente não que isso pros filho da gente sabe, de menor idade sai do colégio (sic). A família deixa claro que, a criança não deve trabalhar e sim, deve estar na escola, e pelo discurso do pai, sente-se parcialmente culpado pela situação em que o Golf se encontra – abrigado no Lar – pois, para ele, os planos para o filho, após o desligamento, são de que não será interrompido seus estudos. O pai relata também que espera que seu filho *seja uma pessoa do bem...que não beba, que seja um rapaz desenvolvido...(sic)*. Comenta que quando o filho saía para as ruas recolher papel junto com o pai, presenciavam situações constrangedora para o Golf, roubos, furtos, bebidas e drogas, *a gente via de tudo...coisa ruim e boa...e daí eu dizia pra ele, Golf tu não seja aquilo lá...não fume...não beba, não faz nada que vai te prejudicá...eu sempre tava aconselhando (sic)*. Explana que, nos finais de semana, quando Golf está em casa, o casal pergunta ao filho como ele está na escola e nota que o filho demonstra melhoras em relação à aprendizagem, *a gente vê que ele melhora, ta lendo melhor e escreve ainda com dificuldade...mas em vista do que era, hoje ta melhor (sic)*. A família tem planos para colocar o menino numa escola melhor, e perto do bairro onde moram, pois segundo ele, as professoras são mais atenciosas e compreensivas na hora de ensinar.*

### **2.7.3 PORSCHE 911**

Porsche 911(10 anos) está cursando a quarta série do ensino fundamental; é um menino comunicativo, de personalidade marcante, determinado nas atitudes, educado e está abrigado no Lar junto com seu irmão BMW-Convertível (08 anos) que cursa a segunda série do ensino fundamental e apresenta uma personalidade mais passiva; delicado e amoroso no trato com as pessoas – sempre me recebe com um forte abraço e um beijo – apresenta-se comunicativo e tímido ao mesmo tempo. A entrevista com foi realizada no dia 28/10/2008 pela manhã; os irmãos foram abrigados na Instituição no início desse ano de 2008, por estarem deambulando nas ruas; segundo Porsche 911, *é que nós ia eu e o BMW-Convertível,*

*da casa da mãe pra casa do pai...ai nós ficava na rua brincando...(sic)*. Os garotos moravam com a mãe Sra. S. (45 anos), pois seus pais são separados há mais de quatro anos e residem na COHAB com uma tia dos garotos. O menino Porsche conta que quando estavam na rua *brincando (sic)*, nunca utilizaram drogas e nem bebidas alcoólicas; e questionado, diz que não pediam dinheiro porque a mãe dava a eles quando pediam a ela; apenas brincavam de bola *em frente ao meu colégio (sic)* e tomavam *refri (sic)*. Aponta que a conselheira tutelar Sra. N. perguntou a eles *se eu não queria vir pro Lar, ai eu disse que sim...eu disse que ia experimenta essas coisa, que eu ia fica aqui (sic)*, e seu irmão também foi consultado se gostaria de ir morar um tempo no Lar. Porsche e BMW dizem que gostam de estar no Lar e que é bom, gostam do casal que desempenha a função de *Pais Sociais* e da assistente social; inclusive, comentou que ela e seu marido ajudaram Porsche a participar da escolinha de futebol no Colégio Adventista; quando pergunto do que ele (PORSCHÉ) não gosta, ele afirma sorrindo que *não tem nada do que eu não gosto...só das briga (sic)*, e conta que não brigam muito, apenas discussões leves, como assistir outro programa da TV, escutar outro tipo de música, na hora do banho quem vai por primeiro, entre outras. Porsche demonstra ter amizade com todos os outros meninos da Casa, em especial com o Audi (09 anos), que também será desligado do Lar em Janeiro/2009, *e também meu irmão...é meu melhor amigo aqui (sic)*.

Por conta de sua agilidade e facilidade na aprendizagem, Porsche 911, auxilia os demais garotos nas tarefas escolares: *Eu ajudo eles a fazer os tema ali na salinha...e a fazer as continhas (sic)*. A estagiária D., reforça dizendo que o menino *é esperto e faz tudo bem direitinho como eu coloco no quadro...ele tem facilidade na aprendizagem (sic)*, e o relacionamento dos dois é tranquilo...*ele é bem educadinho...(sic)*; já a Sra. V., a mãe social, aponta que Porsche *é um menino doce...respeitoso, obediente, não arruma confusão...ele é bem esperto, não é paradinho...(sic)*. A estagiária e a Sra. V. dizem também sobre BMW, que o garoto possui facilidade na aprendizagem e realiza as tarefas propostas com *atenção e capricho...(sic. D.)* e a Sra. V. *eu acho ele um menino calmo, bem amoroso com a gente...talvez seja carência...(sic)*.

A estrutura familiar dos meninos é desenhada da seguinte maneira: o pai Sr. A. (48 anos) já havia sido casado antes de morar com a mãe dos meninos, e do primeiro relacionamento, o pai adotou um menino, T. (24 anos) que reside com a mãe em Caxias do Sul/RS. Após a separação da primeira esposa, Sr. A. casou-se com a mãe dos meninos Sra. S., e possuem cinco filhos, três meninos e duas meninas; hoje, está morando com a companheira B. que já havia sido casada, também, e desse relacionamento nasceram dois meninos que moram com o Sr. A. e com Sra. B.. Porsche conta que *a namorada do pai ta grávida...agora*



vamo ter dez irmão...( sorri)...(sic). A mãe dos meninos, Sra. S. tem mais uma filha – bebê – que é de um outro namorado, comenta BMW.

Porsche explana, quando indagado, que sente *muita falta da família...da mãe e do pai...(sic)*, e explica que é o pai que vem sempre buscar eles nas sextas-feiras para levá-los para casa; residem nos finais de semana com o pai e a companheira no Bairro Harmonia, em conversa com a assistente social do Lar, *...a mãe perdeu a guarda de todos os filhos...uns estão no Centro de Apoio e o Porsche e o BMW estão aqui...o pai ta lutando pra conseguir a guarda deles...de todos os cinco filhos...a historia dessa família é muito complicada... (sic).*

Porsche é o filho mais velho, com dez anos, seguido por BMW com oito anos, a menina L. com seis anos; em seguida sua irmã C. com cinco nos e o irmão P. que há bem pouco tempo, teve reconhecida a paternidade pelo Sr. A., com três anos.

Em relação aos estudos, Porsche afirma que gosta de estudar e nunca reprovou de ano, segundo ele *eu não encomodo mais a profe...nem essa que vem aqui da reforço pra nós...eu não encomodo...ai eu não rodo...(sic)*. O garoto apenas tem dificuldade em *estudos sociais...um poco (sic)*, seu irmão BMW, também nunca reprovou de ano e o colégio não tem queixa do menino; ele apenas apresenta certa dificuldade *nas continhas de menos...e nos problema que a profe passa no quadro (sic)*.

Com relação aos planos para depois que ocorrer o abrigamento, Porsche 911, demonstra vontade em continuar os estudos e fazer concurso para a Brigada Militar; sua profissão almejada para o futuro é ser *brigadiano (sic)*, e verbaliza que espera, após o desligamento, que a situação da sua família melhore. Outro ponto que conversamos, foi em relação à preparação para o seu desligamento e o possível desligamento também do seu irmão BMW-Convertível, Porsche revela que ele não recebeu nenhuma orientação mais precisa, de como será o seu desligamento e sua volta para a casa do pai; afinal o garoto morou, desde que nasceu, com a mãe e, após passar por essa experiência do abrigamento, deverá residir com o pai até que a audiência pela guarda das crianças seja realizada. Porsche apenas disse que recebeu a seguinte orientação, *...a tia diz que é pra mim me comportá...quando eu for pra casa...(sic)*.

#### **2.7.4 FAMÍLIA PORSCHE 911**

A entrevista com a família foi realizada no domingo dia 02/11/2008 à tardinha, por volta das 17h30min. O pai chegou com os dois garotos e demonstrava preocupação ao falar

com a mãe social Sra. V.; disse-lhe que BMW-Convertível passou mal durante o final de semana e precisou levá-lo ao médico. Segundo ele, o filho teve uma crise de asma, com falta de ar; explicou a Sra. V. sobre os medicamentos que ele deveria tomar e os horários. Eu estava na cozinha tomando chimarrão e os meninos vieram me abraçar. Logo em seguida que o pai explicou sobre a medicação me apresentei a ele e solicitei se ele poderia dispor de um tempo para conversarmos. O pai, gentilmente, prontificou-se e iniciamos nosso diálogo na sala que eu trabalhava na Instituição; compareceu apenas o pai dos meninos, pois a mãe Sra. S. (45 anos), não possui mais a guarda dos cinco filhos, fruto do relacionamento com o pai dos garotos e mais uma menina que é fruto de um outro relacionamento recente, devido ao mau comprometimento para com eles, segundo o pai Sr. A. (48 anos),... *a mãe deles deu uns atrito ai...problema de drogas e namorados...em novembro do ano passado...ela teve um problema sério com a polícia...então o Conselho pegou as crianças...eu não tava aqui, eu tava fora, eu trabalho de pedreiro...(sic)*. O pai revela que a mãe perdeu a guarda de todos os filhos por problemas com drogas. Já as duas filhas, mais o pequeno de três anos estão no Centro de Apoio e os dois filhos mais velhos, estão abrigados no Lar...*ela tava até vendendo, ela e o namorado novo dela...e parece que a polícia federal ando batendo lá...eu não sei se é, eu não convivi com ela...mas é o que o Conselho me disse...(sic)*. Perguntei ao pai se ela era usuária de droga e ele, com a cabeça, sinaliza positivamente, mas não sabe responder que tipo de droga a mãe é usuária.

Sendo assim, o real motivo do abrigamento dos meninos no Lar, foi porque estavam pedindo dinheiro na rua, segundo o pai, e o mesmo diz que *...até de repente pegando uma coisa alheia...(sic)*, o Sr. A., explica que sempre pagou a pensão para os filhos no valor de R\$ 200,00 e com o semblante demonstrando indignação aponta que *nunca podia ir visitá as crianças...ela sempre arrumava um atrito...então eu chamava eles na rua e nós se via assim, na rua...e eu sei que é pouco R\$ 200,00 mas era o que o juiz determino...(sic)*, e se mostra indignado ao saber que os filhos estavam pelas ruas pedindo dinheiro ou até mesmo furtando, porque o pai sinaliza que *...jamais filho meu precisaria ir pra rua pedir, deus do céu...(sic)*, Sr. A. aponta que a mãe das crianças recebia o Bolsa Família e não precisava pagar o aluguel, porque era a avó materna que arcava com essa despesa.

O pai diz que as crianças faltavam à escola e a mãe não tomava nenhuma providência quanto a essa atitude, e por esse motivo ela foi intimada a esclarecer no Conselho Tutelar e assinar uma advertência que a mesma estava ciente do ocorrido, mas o pai afirma *...ela não cuidava direito, pra se franco...(sic)*. Segundo o pai, a mãe durante a noite, saía para vender drogas e para ir a festas, deixando as crianças sozinhas em casa sem a supervisão e os

cuidados de um adulto. Sr. A. afirma, pois o filho Porsche lhe contava. O Sr. A. sente-se extremamente culpado pela situação atual de seus filhos e durante nossa conversa, se emocionou por diversas vezes, vindo a chorar, e está disposto a fazer o possível para obter a guarda dos cinco filhos.

A situação financeira da família do pai dos meninos é positiva, trabalha como pedreiro autônomo e sua renda mensal oscila entre R\$ 600,00 à R\$ 700,00 e...*tem mês que eu tiro até mais, que eu tiro mil reais...depende da época e do tempo ajudá...(sic)*, sua atual companheira Sra. B. trabalha como doméstica e possui carteira de trabalho assinada, e sua renda mensal é de R\$ 400,00. A casa que é própria do pai, está localizada no Bairro Harmonia... *tem a ponte...passa é a primeira ruazinha, ali nós temo morando há quatro anos, desde que nós se separemo...eu aluguei uma casa na COHAB...pra ela...perto do colégio onde os guri estudavam...só que infelizmente ela não cultivo e teve que entregá e ai começaram a se bate pra lá e pra cá...(sic)*. O pai explica que nunca passaram por dificuldades como: comprar os alimentos, comprar roupas e calçados, remédios, pagar a luz e a água,...*inclusive eu todo mês faço a media de rancho em casa...de R\$ 250,00 e não comemo mal...tudo bem saudável...arroz, feijão, carne e salada não falta...graças a Deus (sic)*, mas cortou a pensão que passava todo mês para a mãe das crianças, e está investindo no que os filhos precisam...*cortei total a pensão, como lhe disse...não vô alimenta vagabundo dormindo até dez, onze horas da manhã, mantendo dinheiro pra compra droga...(sic)*.

Outro ponto significativo da nossa conversa é a concepção de infância que a família tem e o vínculo com os filhos; o pai pontua que a sua infância foi *curta (sic)*, pois precisou trabalhar ainda criança para auxiliar sua família na economia. Aos dez anos, o Sr. A. ia para a lavoura com o pai ajudá-lo a *carpi (sic)*, e não restava muito tempo para brincar com os irmãos ou amigos...*nós pegava uma enxada e ia pra lavora...nascimo pra numa fazenda, me criei lá fora...mas a minha infância foi uma coisa boa...eu tinha todo o apoio do pai e da mãe...e como eu perdi meu pai com onze anos, então eu tive que me expandi trabalhando pra ajudá, porque eu tinha mais irmão mais novo...eu não tive muito que nem a criança de hoje...de brincá, arruma amiguinho, colega...porque tinha que trabalhá...(sic)*. Hoje Sr. A. deseja que Porsche e BMW, assim como os demais irmãos, tenham todo tempo possível para estudar, brincar,...*curti a infância...(sic)*, pois não deseja a eles o que o pai enfrentou na sua infância...*ela tem que ta na escola, tem que estudá até a mãe e o pai puderem apoiá e ajudá eles tem que estudá...nem que seja por intermédio de alguém...porque a pessoa sem estudo não tem sobrevivência...(sic)*, o pai gostaria também, que seus filhos aprendessem junto com os estudos uma profissão que possa os auxiliar no futuro...*se tivé a possibilidade de alguém*

*ensiná mais alguma coisa é bom, porque vai levá pra sempre, porque algum dia vai precisá...(sic).*

Ao ser indagado sobre como é seu relacionamento com os filhos nos finais de semana, o pai diz que *é muito bom quando eu venho levá eles comigo, e quando eu venho traze eles...(silêncio)* – neste momento, o pai se emociona e chora por um longo tempo; então eu vou até o banheiro para providenciar um papel para ele enxugar as lágrimas – *dói sabe...é por causa...que eles não teriam precisão de ta aqui, derepente tomando lugar de otros, a senhora me entende, claro que eu não tenho todo aquele conforto pra dá pra eles* – se emociona e chora novamente – *em casa eles tem todo apoio nosso...faz dias que eu trabalho nervoso e me preocupo...desculpa* – emocionado chora – *...me desculpa...tá (sic)*. Neste momento, percebo que o pai precisa de uma palavra de conforto frente ao seu sofrimento e conversamos sobre sua dor. Reporto-me ao pai dizendo que a Casa e os profissionais cuidam bem de todos os meninos e zelam pela integridade física e emocional, embora a Instituição não disponha de uma Psicóloga no quadro técnico; caso um menino venha a precisar desse acompanhamento, o mesmo é encaminhado aos serviços da profissional do Conselho Tutelar ou do Posto Municipal de Saúde – o pai então verbaliza que – *eles tão bem cuidadinho...a tia qué bem eles..(sic)*.

Sr. A. relata um pouco da rotina com os meninos nos finais de semana, e verbaliza que busca os garotos com felicidade, e todos da sua família, se organizam para lhes proporcionar os sábados e os domingos com afeto e atividades que os meninos solicitam como: pescar, ir ao rio, jogar bola no campinho da vila, assistir filmes no DVD, fazer churrasco, entre outras.

Embora o tempo que os garotos passam com sua família seja curto, o pai afirma que *...a gente tenta faze de tudo pra eles se senti bem...(sic)*, os garotos sempre perguntam para o pai *...pai amanhã tem churrasco né?...eles sabem que todo sábado de noite eu faço uma carninha assada, um churrasquinho dentro de casa, fizemo arroz, salada e quando é dez, onze hora já comemo e ta tudo arrumado, eles ficam feliz e eu também (sic)*. Sr. A. apenas pode conviver com Porsche e BMW, pois os outros três filhos que estão no Centro de Apoio, não podem sair da Instituição, até que o processo de solicitação da guarda dos filhos seja julgado favorável ao pai. Enquanto isso, somente pode visitá-los sob a supervisão de um funcionário.

Segundo o pai dos meninos, a casa onde residem é grande, e tem espaço suficiente para acolher os filhos após o processo da guarda; a casa é mista, sendo dois quartos construídos de madeira, e o restante é de alvenaria. A casa tem oito peças e um quarto é dividido pelos meninos, *...esse quarto só o Porsche e BMW dormem, é deles, e tem uma TV*

*também...eles adoram deitá e assisti TV...tem duas camas e um ropero só pra eles, inclusive eles tem as ropa boa, que eu comprei e a B. pra eles, coisa boa mesmo...tudo pra eles se senti bem, te uma referencia...(sic).*

Quanto ao futuro dos meninos após o desligamento da Casa, o pai verbaliza que os meninos serão acolhidos em casa, por ele e por sua família, da melhor maneira possível, e aponta que os filhos da companheira Sra. B. e ela, estão, também, ansiosos para recebê-los; explica que Porsche e BMW, mantêm um bom relacionamento com a sua família atual.

A organização da casa, para acolhê-los, está sendo efetuada positivamente e inclusive já pensou na escola para eles continuarem os estudos no ano letivo de 2009, e em atividades no turno inverso da escola,...*eu já pedi pra assistente social me ajudá a arrumá alguma atividade pra eles fazerem, tem tanta coisa hoje pra criança...(sic)*, Sr. A. solicitou para as assistentes sociais do Fórum e do Lar, para que o auxiliem na busca de um projeto social para os meninos, no turno inverso ao da escola, para prevenir que os garotos fiquem na rua no período que não estão estudando...*precisamo melhorá a situação dessas criança, porque eles merecem...(sic)*.

O pai tem planos de comprar um terreno, próximo à casa da família, para no futuro construir uma casa para os filhos, com o dinheiro que está por receber de uma ação trabalhista...*a minha idéia é pegá esse dinheiro e compra um terreno pra eles e na medida do possível i construindo...dexo lá, porque algum dia eu vô faze falta, e o Porsche é o mais velhinho...a gente não sabe o dia de amanhã...porque se a gente não trabalha não tem nada...(sic)*.

Conversamos nessa tarde, também, se há algum tipo de atendimento pedagógico realizado pelo Lar, que os auxilie no acolhimento dos meninos após o desligamento dos mesmos, e o pai afirma que...*não, não, até agora não...(sic)*, explico melhor ao pai, se eles recebem alguma palestra ou se há reuniões onde comentam sobre o desligamento dos meninos e novamente o pai diz...*não (sic)*. Quanto ao desejo de receber os filhos em casa Sr. A. verbaliza que...*tamo feliz lá em casa...(sic)* e responde também que...*to até mais, como digo...(sic)*, preparado para acolher Porsche 911 e BMW-Convertível, após o desligamento do Lar do Menino.

### **2.7.5 AUDI**

A entrevista foi realizada no dia 28/10/2008, pela manhã e por volta das 9h, Audi (09 anos), foi abrigado no Lar no dia 26/09/2005, conforme documento da Instituição e o seu desligamento está previsto para Janeiro/2009. Audi fazia parte dos meninos que era da época em que eu trabalhava na Casa, ele e seu irmão W. (16 anos, hoje) foram abrigados ao mesmo tempo e, em Janeiro/2008, W. foi desligado do Lar. O menino tem estatura abaixo da média, devido à precária alimentação que recebeu na infância, tímido, fala muito pouco com todos da Casa, demonstra carência afetiva – sempre beija e abraça as pessoas – possui déficits na atenção, na concentração e na área cognitiva acentuada. Cursa a segunda série do ensino fundamental e, segundo a estagiária D., *...ele tem bastante dificuldade pra lê e escreve...não consegue se concentrar parece e as continhas que eu passo no quadro, são bem simples ele demora muito pra resolver...sempre um dos meninos ajuda ele e eu também claro...então eu vò e ajudo ele e não só ele, tem outros também que tem bastante dificuldade ai na hora ele pega e depois de u tempinho eu passo de novo o exercício e ele já esqueceu... (sic)*. A estagiária relata que a dificuldade dos meninos é muito acentuada e principalmente do Audi *....nem dois menos um ele sabe...(sic)*, o problema do menino é o raciocínio lógico...*porque tu dá uma historinha pra ele, tu conta uma e depois pede pra ele ou pra eles conta ou criar uma tendo essa como base, é perfeito...(sic)*.

O motivo pelo qual foi abrigado no Lar, segundo ele, e confirmado pela assistente social da Casa, é que o menino não frequentava a escolinha – creche – e não obedecia a sua irmã mais velha, *...eu ia pra rua e não avisava a minha irmã...não obedecia só ficava na rua lá perto de casa, eu não saía de lá...eu brincava na rua de pega-pega, assim eu não ia pra casa...(sic)*, segundo ele, nunca pediu dinheiro na rua, apenas brincava.

Não foi possível entrevistar a família do Audi. No domingo, dia 02/11/08, por volta das 21hs50min, recebi uma ligação via celular da presidenta do Lar do Menino, Sra. L. questionando-me sobre... *até quando vai a tua pesquisa...(sic)*. Respondi que, se tudo ocorresse bem, na próxima sexta-feira, dia 07/11/08, realizaria a última entrevista com a família do Audi e com a assistente social. O motivo não ficou bem esclarecido; porém, a Instituição determinou que as entrevistas da pesquisa fossem supervisionadas pela assistente social da Casa. Após conversarmos sobre esta questão, decidi que não iria expor o sujeito da pesquisa a terceiros, seguindo com ética o termo que assegura sigilo dos entrevistados. As informações que possuo sobre a família do menino, são embasadas apenas nas informações transmitidas pelo Audi, e pelo tempo que trabalhei no Lar.

No decorrer da entrevista com Audi, o menino disse que a mãe Sra. M. (43 anos), separou-se do pai do garoto quando ele ainda era bebê...*meu pai mora em Porto*

*Alegre...nunca vi ele...(sic)*; perguntei se a sua mãe possui outro companheiro ou namorado e Audi sinaliza que não. O garoto ao ser indagado sobre quantos irmãos tem, relata que...irmão? *tem dois...e irmãs...i um monte (risos)...eu tenho subrinhas também...tenho a minha irmã L., V., L., e irmão o W. e o B...(sic)*. A irmã pela qual Audi não obedecia, segundo ele é a V. (11 anos). A casa onde o menino passa os finais de semana tem apenas três peças, e a casa da irmã L., é no mesmo terreno que a da mãe, totalizando três peças também. Nas duas casas residem dez pessoas e aumenta para onze nas sextas-feiras, quando Audi vai para casa, e o irmão W. é quem está buscando-o no Lar. O garoto demonstra e logo verbaliza que sente falta da mãe...*eu sinto mais falta da mãe (sic)*.

O vínculo de Audi com sua família é bom...*só as veis eu que eu brigo com a mãe...com a minha irmã...(sic)*, segundo ele, elas não deixam ele...*a faze nada...ela não dexa nada...(risos) (sic)*, e o menino aponta que a sua irmã V. é que auxilia sua mãe no serviço da casa, e o garoto diz que sente-se feliz quando está junto de sua família.

O seu relacionamento dentro da Casa sempre fora tranquilo. Durante o período que trabalhei na Instituição, praticamente não presenciei brigas que Audi iniciasse. Por ter estatura baixa, era o alvo de algumas confusões; questionado do que mais gosta do Lar, Audi verbaliza que é...*de jogá no computador, brincá...esconde-esconde, jogá futebol lá fora...(sic)*. Seu relacionamento com os demais meninos é positivo, e seu amigo na Casa é J. (10 anos), revela que sempre conversam, vão para a escola juntos e brincam.

Com relação ao casal – *Pais Sociais* – Audi mostra-se feliz e comenta que gosta do casal,...*mais desse do que do outro...eu não brigo com eles...(sic)*; já com a assistente social, sinaliza que é conflitante, ...*(suspira)...não gosto dela...não gosto (sic)*, e não revela o motivo pelo qual não simpatiza com a moça. Outra questão que dialogamos é em relação o que o garoto não gosta na Casa, e incisivamente, Audi diz que...*é quem fica fofoquiando quem faz fulia...só que é o fofoquero que faz a fulia...(sic)*, apenas essa questão que o deixa nervoso.

Com respeito aos estudos, Audi é franco em dizer...*eu não gosto de estudar...eu não ia na aula...(sic)*, conta que repetiu o primeiro ano porque não cursou a pré-escola, e seu relacionamento com as professoras da escola atual é positivo,...*não brigam comigo, só as veis que brigam...porque eu me levanto e não peço pra me alevantá (sorri)...(sic)*.

Audi pensa no futuro em trabalhar para ajudar a sua família, e comenta que gostaria de ser jogador de futebol,...*futibol é mais melhor...gostaria de se futibol, jogador, é futibol...(sic)*, pergunto a ele se joga bem futebol, ...*aham, eu ai na escolhinha, só que ai não deu...(sic)*. A escolinha de futebol é no Colégio Adventista, e o esposo da assistente social é quem ministra as aulas, e quando o garoto se refere à profissional que não lhe gosta, acredito que seja devido

ao fato de Audi não ter conseguido a vaga para treinar. O desejo é explícito de treinar em uma escolinha, pois alguns de seus amigos na Casa participam dos treinos. Audi também verbaliza o quanto admira seu irmão W. (16 anos),...*o W. quase sempre assiste jogo de tarde...ele joga futebol também...quando se grande também vai jogá futibol (sic)*, um momento de descontração, Audi diz que...*eu so do grêmio e o W. é inter (risos)...eu não quero se do inter...(risos)(sic)*.

O desligamento do menino está previsto para Janeiro/2009, após o término do ano letivo escolar/2008, sua audiência que determinará o fim do seu abrigamento no Lar, ocorrerá no mês de novembro. Quando indagado sobre os procedimentos do desligamento da Casa, Audi refere-se que não há um projeto pedagógico de desligamento,...*não tem ninguém que converse com nós (sic)*, conversamos sobre o que Audi vai fazer quando estiver em casa e responde...*ficá em casa brincando (sic)*, o menino verbaliza com muita convicção e ansiedade de estar em com sua família o mais rápido possível. Novamente o questiono sobre os estudos após o seu desligamento da Casa e Audi não denota interesse em prosseguir nos estudos,...*por que estudá?...eu não gosto é ruim (sic)*; me reportei a ele explicando, ou melhor, fazendo com que Audi percebesse o motivo do seu abrigamento e mais tarde na conversa...*porque eu só ia na rua e não estudava (sic)*. Neste momento, percebo que o garoto necessita de estímulos positivos para prosseguir nos estudos.

## 2.8 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Através da coleta do material das entrevistas, percebemos alguns pontos que são comuns entre as famílias. Todas elas nos remetem a dialogar sobre o assistencialismo que vem ao encontro para suprir a falta de oportunidades dignas de trabalho, a carência de moradias compatíveis para que possa ocorrer um desenvolvimento familiar adequado, evitando assim, expor as crianças a riscos sociais e os abrigos como solução momentânea para a organização e estruturação familiar adequada.

Outro ponto que podemos evidenciar na coleta das entrevistas com os meninos, é o fato de apresentarem um déficit cognitivo e pouca motivação para a educação. Problemas esses que são discutidos no capítulo a seguir, fomentados pela pedagogia Freireana, educadores sociais e autores que estudaram e pensaram nas questões familiares.



### 3 DIÁLOGO COM OS TEÓRICOS

Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar (FREIRE, Paulo).<sup>10</sup>

No decorrer desse capítulo, apresento um recorte com diferentes teóricos que pensam os processos de exclusão social e familiar, desde o aspecto histórico, envolvendo a infância até a questão pedagógica. Dentre esses autores, destacam-se Paulo Freire, Marcílio, Moreira Leite, Streck, Sawaia, Sarti, Demo, Martins, Winnicott, entre outros, que oferecem um amplo aporte de informações e estudos sobre a temática abordada neste estudo.

#### 3.1 A PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE E A EXCLUSÃO SOCIAL

Alicerçam este estudo os pressupostos do educador Paulo Freire, que elaborou uma teoria educacional original e um método de alfabetização inovador. Suas teorias tiveram repercussão mundial na compreensão crítica da história da educação e dos processos de inclusão social.

Para Paulo Freire (1987), vivemos em uma sociedade dividida em classes, sendo que os privilégios de uns, impedem que a maioria usufrua dos bens produzidos; entre esses a educação, da qual é excluída grande parte da população do Terceiro Mundo. Nesse sentido, apresenta dois tipos de pedagogia: *a pedagogia dos dominantes*, em que a educação existe como prática da dominação, e a pedagogia do oprimido, que precisa ser realizada, e na qual *a educação se instituiria* como a prática da liberdade, a qual deve ser construída a partir dos próprios oprimidos. A pedagogia que decorre dessa reflexão/ação será: "aquela que tem que ser forjada *com ele* e não *para ele*, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade". Portanto, não basta que o oprimido tenha consciência crítica da sua opressão, é necessário que se disponha a transformar essa realidade.

A pedagogia do dominante para Freire (1992) é fundamentada em uma concepção bancária de educação em que predomina o discurso e a prática centralizados na figura do educador como sujeito da educação. Os estudantes, sob essa ótica, seriam como recipientes a serem cheios, derivando, em consequência deste sistema (recebimento, memorização,

---

<sup>10</sup> FREIRE, Paulo. *Política e Educação: ensaios*. v. 23. Coleção Questões da Nossa Época. São Paulo: Cortez, 2004.

repetição), uma prática totalmente verbalista, em que o saber se realiza verticalmente e de forma autoritária. Dessa maneira, origina-se uma prática educacional em que o educando torna-se um objeto passivo. Essa prática pode ser compreendida erroneamente como um universo sem contradições, em que os sujeitos convivem cordialmente. Assim, mantém-se a alienação do oprimido, o qual acaba se acostumando e se acomodando ao mundo da opressão, decorrente de uma educação exercida como uma prática da dominação.

Freire, desde o início dos anos 60, se opunha à Educação Bancária, hierarquizada, conteudista e memorizante, onde o aluno era visto como um “banco”, em que o professor deposita saberes (aluno que não sabe nada, como uma *tábula rasa*, uma folha em branco).

A proposta de uma educação como prática de liberdade oportuniza uma visão e ação com base na horizontalidade (onde eu vejo o outro e esse outro me vê), porquanto objetiva: sair das *filas das carteiras* para o *círculo de cultura*; fazer com que os diálogos circulem entre todos os presentes; pôr em volta à mesa e fazer valer a experiência do diálogo que nunca se esgota, mas sempre se aperfeiçoa. Em vista disso, o educador é uma importante personagem nesse construir para Freire já que:

[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, as suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento (1996, p. 52).

O educador, segundo as teorias freireanas, deve ser permanente aprendiz, alguém mais do que um preparador de aulas e um transmissor de matérias. O educador é aquele que deve estar permanentemente com a mente aberta, buscando novos saberes pelo estudo, pela pesquisa, para criar situações dialógicas mais amplas e sólidas trocas de ensinar-e-aprender com os educandos.

O legado pedagógico freireano contribui não só no campo pedagógico, mas também no campo social, e nos propicia visualizar o quanto são atuais suas ideias, sugerida pelo meio de uma análise reflexiva que a educação pode transformar as pessoas, tornando-as sujeitos e agentes de transformação social.

A educação proposta por Freire (1996) permite que as pessoas busquem sua liberdade perpassada pelo viés da educação, tornando os homens e as mulheres, autônomos, esperançosos e cidadãos capazes de lutar pelos seus direitos, libertando-os do estigma de excluídos/oprimidos. Desse modo, no conceito desse autor, educação é a ação cultural para a libertação dos homens e mulheres, a possibilidade de inserir todos e todas no mundo, visando

transformá-los pela participação na sociedade. Portanto, o ato de educar tem natureza política, instituindo-se, particularmente, em favor das camadas populares, dos menos favorecidos.

A construção de um mundo humanizado, idealizado por Freire, tem como suporte a ação pedagógica mediatizadora do diálogo: educar para também ser educado, pois respeita as classes populares, liberta o homem dos grilhões e torna a sociedade com menos discriminações e mais justiça social.

Paulo Freire afirma que, a Educação Popular mediatiza a democracia porquanto torna os homens e as mulheres construtores de uma sociedade mais igualitária, no lugar desta tão perversa em que estamos inseridos – uma sociedade excludente e opressiva. Nesse sentido, é importante destacar que:

[...] qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar. Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber (1996, p. 67).

Assim, cabe ao educador grande parcela de responsabilidade pelo fazer e pela atitude pedagógica, promovendo, amparando a liberdade e a autonomia do sujeito. É a ação pedagógica de educar como prática de justiça social.

Podemos enfatizar que os oprimidos/excluídos, na pedagogia freireana, podem e devem, conscientemente, alcançar sua liberdade e autonomia, pelo viés da educação, com as raízes na esperança da prática libertadora, já que devem contar com o apoio do educador, que na opinião de Freire deve ser progressista:

Uma das tarefas do educador ou educadora progressista, através da análise política, séria e correta, é desvelar as possibilidades, não importam os obstáculos, para a esperança, sem há qual pouco podemos fazer porque dificilmente lutamos e quando lutamos, enquanto desesperançados ou desesperados, a nossa é uma luta suicida [...] (1992, p. 11).

Nessa citação, observa-se a reincidência e a força da expressão “esperança” como fator de construção do processo educacional das classes menos favorecidas econômica e socialmente. A esperança é algo que existe, é da criação humana - está presente na afirmação do sujeito como poderosa aliada para a transformação do meio que vivemos: menos discriminações, mais amorosidade, liberdade e autonomia.

O ato pedagógico de educar com amorosidade e responsabilidade pode ocorrer em diversos espaços: dentro das salas de aulas ou em outros locais, inclusive no espaço familiar,

de acordo com a Educação Popular, já que esta se constitui em uma prática de educação humanizada e com competência e responsabilidade social por quem a realiza. Nesse sentido, o educador ao se contagiar pelas propostas de Freire, ao transmitir o conhecimento, percorrerá o viés da dialogicidade e não do autoritarismo conteudista.

Paulo Freire em seus escritos esclarece que não gostava de *receitas*, de *mandamentos* na educação, propondo que as pessoas tomassem suas ideias como um depoimento de vida. Esse educador deseja que nos baseemos numa pedagogia de liberdade, onde temos a opção de poder mudar e transitar entre outros cenários pedagógicos, aceitando o *outro* e a diversidade, porém contrariando o ensino bancário.

Sempre há uma dimensão pedagógica em todos os encontros entre pessoas, momentos de pluralidade e dialogicidade na educação, nos quais ocorrem também momentos de socialização de saberes, de experiências e de ideias. Sempre saímos com algo a mais dessas trocas, da ação do ensinoaprendizagem. É a ação da prática pessoal solidária, crítica, reflexiva e sempre dialógica.

É importante exercitar-se contra as discriminações de alguma modalidade de ideias e de propostas que possa ferir qualquer dimensão dos direitos humanos a começar pelo direito à diferença. Com isso, reduzimos a evasão escolar, uma das preocupações de Freire, e as fugas dos abrigos que acolhem jovens em situações de risco sócio-familiar.

As ações pedagógicas contra as discriminações e as diferenças devem perpassar todos os espaços escolares e não somente os escolares/acadêmicos. É tarefa do educador ou da educadora oferecer propostas que auxiliem os educandos a pensar sobre a sociedade em que estão permanentemente inseridos, com a esperança de transformá-la por meio da *Educação Progressista e Humanizadora*<sup>11</sup>.

A ação pedagógica de *educar* é um trabalho político que, passando pela cultura e pela educação, deve propor que homens e mulheres tornem-se críticos, criadores de sua condição social e que pela dimensão política da história partilhem e aprendam criticamente a recriarem a si mesmos, enquanto partilham com outros a produção de seus próprios mundos.

Outro aspecto importante na tarefa educacional refere-se à dimensão política que propõe a ação de trabalhar com ética e responsabilidade social, sem descuidar-se do plano dialógico, pois a prática do diálogo sugerida por Freire *a priori* perpassa a relação entre educador e educando. O diálogo é pluridimensional: saber conviver com as diferenças, saber

---

<sup>11</sup> Grifo nosso.

ensinar e aprender entre diferentes não é um processo fácil, mas um desafio a mais nas práticas diárias de ensinoaprendizagem.

Para que esse processo ocorra num ambiente educacional é preciso que o projeto pedagógico das instituições escolares e não escolares, viabilizem a transição entre o diálogo e o ato de ensinar, sem opressão e imposições de saberes que sejam pertinentes apenas para quem educa, já que o educador é um praticante da utopia, pois ser educador e fazer educação é estar sempre comprometido com a vida.

É possível fazer educação para transformação social, porém aparentemente não se fará nada de novo apenas com a crítica, mas com novas relações que deverão ser estabelecidas; que indiquem esperança e possibilidade de transformação e libertação com comprometimento e luta social.

Esse paradigma indica a necessidade de mudança na postura epistemológica dos intelectuais da educação e de quem trabalha diretamente com crianças e jovens em situação de miserabilidade e risco social.

O conhecimento que promove a transformação social não nasce nos gabinetes ou nas academias, mas, da ação comprometida com a transformação, e só é capaz de educar quem possui conhecimento que nasce no dia a dia do trabalho, junto aos jovens e às crianças. Por isso, Freire afirma em sua reflexão que:

As práticas vividas ao longo daqueles dez anos reforçaram intuições que me tomavam desde a juventude e que viriam sendo confirmadas ao longo de minha experiência profissional. Uma delas: você só trabalha realmente em favor das classes populares se você trabalha *com* elas, discutindo com respeito a seus sonhos, seus desejos, suas frustrações, seus medos, suas alegrias (1987, p. 85).

Assim, para termos esperança nas mudanças sociais, precisamos nos engajar junto a movimentos de luta ao lado dos oprimidos/excluídos. Os oprimidos necessitam lutar pelos seus interesses e pela própria libertação da opressão que eles mesmos podem estar operando inconscientemente.

Para quem trabalha junto a ONGs, instituições ou abrigos que atendem sujeitos em situação de vulnerabilidade social, é mister incentivá-los a buscarem seus direitos e fazer valer sua cidadania, buscando o diálogo com as autoridades.

Nas indagações de Freire,

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os

efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? A resposta ratifica o pensamento desse pedagogo ao concluir que os oprimidos: não chegarão à libertação [...] pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (1987, p. 31).

A educação para a cidadania, proposta por Freire, implica em uma luta pacífica, porém concreta, contra todo o sistema que negue o direito de ser cidadão, pois se o educador ensina determinados conteúdos ou transmite determinadas informações aos educandos, também imprime valores sociais e ideológicos, mas não necessariamente o educando precisa seguir esses valores.

Não só o educador tem responsabilidade na formação do cidadão, o próprio cidadão precisa buscar valores positivos. É preciso que haja políticas públicas consistentes para assistir as classes populares a fim de materializar as possibilidades de uma sociedade, onde a opção política possa fazer a diferença na construção da cidadania plena do sujeito oprimido. Mesmo existindo um descompasso entre o discurso e a teoria, Freire (1987) sugere que não podemos ficar de braços cruzados e *luvas*<sup>12</sup> nas mãos. É preciso tirá-las e trabalhar ao lado dos oprimidos. Essa seria a função do educador - pesquisador.

Frente ao discurso humanista de esperança, autonomia, novas pedagogias, não podemos nos contaminar pelo pessimismo que a sociedade atual nos apresenta. Não é romantismo crer em esperança e autonomia na práxis pedagógica, nas relações familiares e sociais, mas ter a certeza de que tempos melhores virão com o exercício da dialética entre o tripé: comunidade – governo – escola; para que assim, possamos desenvolver um trabalho conjunto e relevante, observando não só o que a escola e o governo pretendem ensinar, mas observar com atenção as reais necessidades e interesses da comunidade.

### **3.2 O CONTEXTO HISTÓRICO DA INFÂNCIA NO BRASIL, O (IN) TENSO FATOR DE EXCLUSÃO SOCIAL E AS AÇÕES PEDAGÓGICAS**

Legiões de homens negros como a noite, Horrendos a dançar... Negras mulheres, suspendendo às tetas Magras crianças, cujas bocas pretas Rega o sangue das mães: Outras moças, mas nuas e espantadas, No turbilhão de espectros arrastadas, Em ânsia e mágoa vãs! (ALVES, Castro)<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> A expressão grifada é empregada por Paulo Freire.

<sup>13</sup> ALVES, Castro. *O navio negreiro* Disponível em: [www.bibvirt.futuro.usp.br/content/view/full/1599](http://www.bibvirt.futuro.usp.br/content/view/full/1599). Acesso em: 29 ago. 2008.

A partir do século XX, Leite *apud* Freitas (2006, p. 19) comenta que a infância tornou-se uma questão cadente para o Estado e para as políticas não governamentais, para o planejamento econômico, para legisladores, psicólogos, educadores e antropólogos, para a criminologia e para a comunicação de massa.

Ao serem atraídas (crianças) da casa para as ruas, por vários motivos, desde a luta pela sobrevivência (alimentação) até por pseudo sonhos de consumo que não fazem parte de sua condição econômica, a infância foi ao encontro da marginalidade social e da morte prematura, pela desnutrição ou violência que silenciam os sonhos e as expectativas de milhares de jovens e crianças.

Devido aos problemas da infância nos dias atuais, projetou-se nessa fase de vida, um interesse e uma preocupação que até bem pouco tempo não recebia tanta ênfase. Leite *apud* Freitas (2006, P. 19) afirma que o aparecimento de problemas forçou o Estado e a sociedade a pensarem sobre a infância com mais responsabilidade. O crescimento desordenado das cidades e a explosão demográfica abriram novos rumos sociais inesperados, gerando graves consequências que determinaram ações urgentes. Por isso, a infância, concordando com Freitas (2006), nunca foi como na atualidade uma causa emergente.

Estudos de Leite *apud* Freitas (2006, p. 20) sobre a infância, narram que, no século XIX, as crianças eram derivações das criadas pelos que lhes deram origem, ou seja, os pais biológicos. Denominavam-se as *crias* da casa, de responsabilidade, mesmo que nem sempre fossem assumidas, inteira ou parcialmente pela família consanguínea.

Essa autora faz um apontamento significativo sobre o descaso para com a infância, sublinhando que:

Além de não serem um foco de atenção especial, as crianças eram duplamente mudas. Não eram percebidas, nem ouvidas. Nem falavam, nem delas se falava. Tornando-se a população como um todo, uma caracterização nítida é a do período de 0 a 3 anos, em que, como ainda não andam, os pequenos são carregados pelas mães, pelos irmãos ou pelas escravas. [...]. Para o código Filipino, que continuou a vigorar até o fim do século XIX, a maioria se verificava aos 12 anos para as meninas e 14 anos para os meninos, mas para a Igreja Católica, que normatizava toda a vida das famílias nesse período, 7 anos já é a idade da razão (LEITE *apud* FREITAS, 2006, p. 21).

No contexto atual, descrito por Outeiral (1994), vemos que algumas crianças e jovens, economicamente pobres, entre as idades de quatro a treze anos, precisam auxiliar na economia doméstica e passam a maior parte do tempo nas ruas, mendigando ou realizando pequenos trabalhos, os *bicos*, e sendo considerados adultos-aprendizes. Sobre esse aspecto, a infância, Leite *apud* Freitas (2006) passa a ser visível a todos, especialmente à classe média, às

autoridades, quando o trabalho deixa de ser realizado apenas em casa, e as famílias, ao deslocarem seus filhos para as ruas, os empurram para a criminalidade, para a delinquência e, conseqüentemente, para a morte. De outra forma, tornam-se, não raras vezes uma ameaça àqueles que os oprimem.

Abandonados, mendigos, infratores; não importa a nomenclatura pela qual sejam denominados, os jovens e as crianças, frequentemente, são confundidos sob o nome de *menor*, que nunca designa filhos das famílias das camadas média e altas da sociedade, e tem conotação negativa como fator de exclusão para Leite *apud* Freitas (2006, p. 21). O abandono de crianças e o infanticídio foram práticas encontradas por pesquisadores entre os índios, brancos e negros em determinadas circunstâncias, em especial, diante das questões da perversa distribuição de bens e serviços entre as camadas sociais mais vulneráveis à pobreza.

O desamparo e a vulnerabilidade da infância e os sujeitos mergulhados nela: *as crianças e porque não citar os adolescente/jovens*, além de muitas famílias, pertence ao curso da história que remonta há muitos séculos quando surgiram as *Casas, Abrigos e Instituições*, e suas ações e práticas pedagógicas, para cuidar e proteger esses sujeitos desvalidos/desprovidos dos seus direitos enquanto cidadãos, pessoas vulneráveis à lei social do homem. Os registros históricos anotam que, ao puxarem suas redes do fundo do Rio Tibre<sup>14</sup>, os pescadores romanos do século XIII não traziam apenas peixes para os seus barcos, mas corpos de recém-nascidos, lançados ao rio por seus próprios pais.

O Papa Inocêncio III, em Roma, tomado pela compaixão, e não podendo mais permitir tantas mortes dos bebês abandonados, criou a primeira Roda dos Expostos e o primeiro Hospital de Santa Maria *in Saxia* (1201-1204).

Marcílio *apud* Freitas esclarece na sua obra: *História Social da Infância no Brasil*; que:

O sistema de rodas de expostos foi inventado na Europa medieval. Seria ele um meio encontrado para garantir o anonimato do expositor e assim estimulá-lo a levar o bebê que não desejava para a roda, em lugar de abandoná-lo pelos caminhos, bosques, lixo, portas de igrejas ou de casas de família, como era o costume, na falta de outra opção (MARCÍLIO *apud* FREITAS, 2006, p. 54).

Logo esse sistema se espalhou por toda Europa e, séculos mais tarde, foi exportado para outros continentes.

---

<sup>14</sup> Cf. relatado no site do HOSPITAL DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SALVADOR.



O mecanismo da Roda<sup>15</sup> possuía a forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era muito bem fixada no muro ou em janelas das instituições ou hospitais, no tabuleiro inferior e em sua abertura externa; a pessoa que enjeitava seu filho depositava-o ali sobre um pequeno colchão. Havia também uma corda no lado de fora que ao puxar tocava uma sineta, logo que girasse a roda e imediatamente a rodeira vinha buscar o bebê. A pessoa que depositava a criança nela, jamais era identificada ou visualizada.

Na história do Brasil, algumas medidas governamentais foram tomadas e aplicadas na prática para minimizar o abandono de crianças e bebês enjeitados que alarmava o período de 1726-1950, inclusive devido ao alto número de mortes na *Roda dos Expostos*.

A tradição da Roda passou para o Brasil, no século XVIII conforme Marcílio *apud* Freitas (2006, p. 59-60) em Salvador-BA, no ano de 1726, pois as autoridades estavam preocupadas com o crescente fenômeno do aumento de abandono de bebês - meninas pela cidade. Na capital, Rio de Janeiro foi instalada em 1738, a segunda Roda, em razão de os bebês estarem sendo devorados por cães, morrendo pelo frio, fome e sede. A terceira e última roda a ser instalada no período colonial foi em Recife, em meados do ano 1789, que já havia recolhido em poucos dias cerca de quarenta meninos e dados a criar para as amas de leite. E inegavelmente um modelo de exclusão familiar e social, já se instalava junto a elas.

Essa atitude demonstra que as crianças abandonadas sempre foram, com relutância, aceitas pelas autoridades. Marcílio *apud* Freitas (2006, p. 54) descreve que, em 1825, foi implantada a roda também na cidade de São Paulo, no Hospital de Caridade. Em 84 anos foram contabilizados 3.468 batizados de expostos.

Deve-se destacar que “a primeira província a entrar nessa nova sistemática foi a do Rio Grande do Sul, que desde logo criou três rodas de expostos. [...]. A infância desamparada da capital gaúcha encontrou, pela primeira vez, uma solução asilar de assistência”. O interior da província sulina, a exemplo da capital, passou a adotar o modelo e em Rio Grande, no ano de 1838, e, em Pelotas, no ano de 1849, ambas implantaram a roda dos expostos com pequenas proporções conforme Marcílio *apud* Freitas (2006, p.64).

Em Santa Catarina, também foi criada a roda na capital Desterro (Florianópolis), no ano de 1828, e no Mato Grosso foi implantada na cidade de Cuiabá, no ano de 1839, com apenas três bebês enjeitados, depositados na roda, sendo um menino e duas meninas, de acordo com Marcílio *apud* Freitas (2006, p.64).

---

<sup>15</sup> Mecanismo cf. descrição no site do HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SALVADOR: [www.santacasaba.org.br](http://www.santacasaba.org.br).

A Roda dos Expostos, sem dúvida, foi uma das instituições brasileiras que mais perdurou, sobrevivendo a três regimes da nossa história: Colonial, Imperial e República. Só extinta por completo na recente década de 50, sendo o Brasil o último país a abolir o sistema dos enjeitados. Essa instituição, na época, cumpriu o papel de dar assistência à criança abandonada em todo o país que expressa Marcílio.

O registro abaixo demonstra que as mães solteiras, mesmo as que dispusessem de recursos econômicos para criarem seus filhos, também utilizavam o sistema de rodas, conforme acusa o documento<sup>16</sup>:

(...) Entra hoje, 26 de maio de 1902, o inocente que se chamará José Maria, branco, nascido a 24 de maio de 1902, natural deste Estado. Será retirado por quem apresentar um documento idêntico a este no dia que completar três anos de nascimento. Não é levado ahi por abandono de sua Extremosa Mãe; pois ella comprehende o verdadeiro Amor e Deveres Maternais e tem recursos intellectuais e pecuniários para ministrar-lhe o indispensável. É unicamente por Dignidade Pessoal e de Família, que é indispensável cohonestar por algum tempo, isto é, não tendo a criança em casa alguma particular, para não apparecerem maos juízos ou conclusões que comprometam, pois é fructo de um - Amor Infeliz!!! [...]

Esse registro comprova que as jovens a fim de evitar sua desonra e a de sua família utilizavam o sistema de rodas, pois a sociedade da época não aceitava a *função*<sup>17</sup> de mãe solteira.

Além do abandono de infantis pelas mães, fenômeno que desde o período colonial começa a desenhar o mapa da exclusão social no Brasil, observa-se que naquela época, também:

[...] os meninos abandonados supostamente deveriam ser assistidos pelas câmeras municipais. Raramente as municipalidades assumiram a responsabilidade por seus pequenos abandonados. Alegavam quase todas falta de recursos. Havia de fato descaso, omissão, pouca disposição para com esse serviço que dava muito trabalho. A maioria dos bebês que iam sendo largados por todo lado acabavam por receber a compaixão de famílias que os encontravam. Estas criavam os expostos por espírito de caridade, mas também, em muitos casos, calculando utilizá-los, quando maiores, como mão-de-obra familiar suplementar, fiel, reconhecida e gratuita; desta forma, melhor do que a escrava (MARCÍLIO *apud* FREITAS, 2006, p.54).

Nesse período, mais da metade dos expostos não chegava à idade adulta, morrendo por falta de recursos médicos, e os que conseguiam sobreviver às péssimas condições, não tinham seus direitos de *filhos de criação* reconhecidos e garantidos por lei.

<sup>16</sup> Registro sobre o abandono de um recém-nascido na roda dos expostos, cf. site do HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SALVADOR, numa época em que uma mãe solteira era motivo de desonra para a família. A grafia foi respeitada de acordo com formato original.

<sup>17</sup> Expressão utilizada na Psicologia Clínica que determina o “ser” mãe na totalidade e nas suas obrigações.

No Brasil, no final do século XIX, partiu dos médicos higienistas, horrorizados com os altíssimos números dos casos de mortalidade infantil que reinava dentro das casas dos expostos, a iniciativa para que fechassem essas casas. Mas esse movimento não vingou e perdurou até o século XX: as de São Paulo e Salvador fecharam somente no ano de 1950, sendo a única do gênero existente em todo o mundo ocidental segundo Marcílio *apud* Freitas (2006, p.54).

Cabe salientar que as crianças ficavam nessas instituições até os três anos de idade, aos cuidados das amas de leite, que recebiam uma quantia irrisória de dinheiro para cuidar das crianças. Essas mulheres eram estimuladas pelas religiosas a ficarem com as mesmas até os sete anos de idade. Há casos de crianças ficarem com as amas até os doze anos. À Santa Casa cabia o ônus de pagar a essas famílias para cuidarem dos bebês até os doze anos. A partir dessa idade as crianças já poderiam ser exploradas pelo trabalho, devendo ajudar a família que os acolheram ou apenas trabalhar na casa em troca da comida e hospedagem, como era o mais comum, como coloca Marcílio *apud* Freitas (2006, p.54).

Essa autora informa que as Rodas de Porto Alegre, antes que as de São Paulo e Salvador fecharam em 1940, e a do Rio de Janeiro no ano de 1938, pois a prática de adotar filhos começou a crescer cada vez mais no Brasil. Hoje, ainda se encontram números os casais em filas de adoção. Como se observa, de certa forma a história da infância se perpetua, herança do tempo das Rodas.

As associações filantrópicas, de acordo com Marcílio *apud* Freitas (2006, p.78):

Foram sendo criadas, notadamente a partir dos anos de 1930, para amparo e assistência à infância desamparada. Uma delas, de grande ação, foi a Liga das Senhoras Católicas; outra foi o Rothary Club: ambas fundaram ou apoiaram inúmeras instituições asilares.

Assim, filantropia e caridade se permeiam, adquirindo características mútuas: de um lado, as estratégias filantrópicas de prevenção à desordem; de outro, os preceitos religiosos da caridade.

A partir da promulgação do primeiro Código de Menores no Brasil, em 1927, foram criados abrigos para atender crianças e jovens, com o objetivo de protegê-los, durante um período que passam por uma ou diversas situações de risco sócio-familiar. Hoje, esses menores, são chamados de crianças e adolescentes, porém essa denominação se refere ao mesmo sujeito – crianças e jovens.

Marcílio *apud* Freitas (2006) relata que somente em 1990, o Estado assume sua responsabilidade sobre a assistência à infância e à adolescência desvalidas, e essas se tornam sujeitos de direito, pela primeira vez na história, por meio do ECA e a LEI Nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 - LOAS, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências, de acordo com o decreto:

CAPÍTULO I - Das Definições e dos Objetivos:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

De acordo com essa Lei, os programas sociais e os abrigos são criados para atender a crianças e adolescentes, no entanto, devem observar alguns procedimentos, tais como: de que modo atendê-los e qual a melhor pedagogia de atendimento para suporte de suas famílias? E também, em como “escondê-los” da sociedade, uma vez que estão mendigando nas ruas para auxiliar na renda familiar? Esses programas acabam por implantar, na grande maioria, políticas de uma educação pobre, quase que sem regras e com uma pedagogia onde não se tem a preocupação em proporcionar atividades educativas, capazes de garantir o desenvolvimento de seu potencial, de sua autonomia e de sua liberdade.

Enquanto objeto de estudo, a infância segundo a autora Lajolo *apud* Freitas (2006, p.229) é sempre *outro*<sup>18</sup> em relação àquele que a nomeia e a estuda. De objeto, os infantes passam a sujeitos quando são ouvidos, quando obtêm o direito de voz, e, com o decorrer dos anos, os sujeitos que se encontraram na infância, vêm ocupando lugares que significativamente lhes dão amparo pelas Leis que garantem sua sobrevivência, protegendo seus direitos e deveres também, que os auxiliam nos processos de crescimento e amadurecimento pessoal.

No Brasil, ainda falta muito para sermos modelos de amparo e proteção às crianças, mas em vista do que fomos no passado, crescemos e amadurecemos com as propostas e Leis de proteção à criança e aos jovens.

Observamos também que, paradoxalmente, de um lado, alguns abrigos que se instalaram entre os séculos XX (final) e XXI, continuam repetindo antigos comportamentos abrigam as crianças por tempo indeterminado; outros, por força da Lei, destituem o pátrio-poder; de outro lado, muitas ações pedagógicas se modificaram, tais como: crianças em situação de abrigamento frequentam escolas, oficinas laborais, aulas de reforço, além de

---

<sup>18</sup> Grifo do autor.

receberem atendimentos por diversos profissionais como psicólogos, pedagogos, psicopedagogos, assistentes sociais, entre outros, que as auxiliam nas dificuldades, nos medos, nas angústias e nos seus projetos de vida, tornando assim, sua passagem pelos abrigos um pouco menos dolorida.

### **3.3 A EXCLUSÃO SOCIAL NOS (ENTRE) LUGARES DA POBREZA E O SEU ATRAVESSAMENTO, PELA EDUCAÇÃO**

No caso dos “meninos de rua”, certamente prepondera à exclusão econômica das famílias, mas é muito relevante a desagregação familiar. Para que a postura teórica se tornasse mais visível, seria o caso mostrar que o problema da coesão social é tão grave quanto o da precariedade dos mercados de trabalho, o que ainda não se fez de modo adequado (DEMO, Pedro)<sup>19</sup>.

Para algumas pessoas, a pobreza é considerada intolerável no âmbito social e o autor Paugam *apud* Sawaia (2007, p.67-69) refere que a pobreza se reveste de um *status social* estigmatizado e desvalorizado. Essa situação faz com que a grande maioria dos pobres viva em lugares isolados e sofra a humilhação que os impede de se sentirem pertencendo a uma classe social que não seja fora da miséria; conseqüentemente, as pessoas classificadas como miseráveis, pobres e desvalidos de direitos unem-se a outros na mesma situação, sendo forçados, empurrados para lugares fora dos olhares das camadas classificadas como média / altas, ocupando assim, os cinturões periféricos das cidades – *favelas*.

Esses lugares periféricos, onde residem, são considerados, pelas pessoas que residem em bairros *melhores*, lugares inabitáveis, pois não apresentam condições mínimas de residência ou, quando as apresentam, caracterizam-se pela precariedade de infraestrutura, tais como: saneamento básico, esgoto a céu aberto, lixos em córregos, insetos e doenças provindas de contaminações, difícil acesso a postos de saúde e o crescente aumento do fenômeno da marginalidade, das drogas, da violência, impedindo algumas vezes, que trabalhos sociais atuem ou se estendam por longo tempo junto a essas comunidades carentes. Essa problemática caracteriza o que Wanderley *apud* Sawaia (2007, p.18) denomina de o declínio do *Welfare States*.

Os bairros pobres ou as favelas são historicamente inabitáveis por pessoas que estão acima da linha da pobreza, por justamente, pensarem na questão da marginalidade – drogas – violência que ali perdura há séculos e que, nos dias de hoje, toma grandes e alarmantes proporções.

---

<sup>19</sup> DEMO, Pedro. *Charme da Exclusão Social*. 2002, p. 31.

Em Santo Ângelo/RS, não é diferente, temos entre outros, um bairro/favela, que inegavelmente apresenta situações semelhantes à de centros maiores. O bairro Harmonia (elegemos esse como referência devido o fato de uma das famílias pesquisadas residir nesse), localizado próximo ao IESA - Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo, tem suas peculiaridades: comandado pelo tráfico de drogas, ninguém entra ou sai do local, sem que tenha autorização dos narcotraficantes. Caso alguém se atreva a entrar nesse bairro, depois das 18h, não sendo morador, pode ser assaltado, espancado, roubado e em determinadas situações, como já foi manchete de jornais locais, é até morto.

O município, embora saiba dessa problemática, apontada no bairro Harmonia, não oferece medidas para amenizar a situação. Nesse bairro, há trabalhadores, crianças e jovens que convivem com esses problemas – pessoas de bem – e que sofrem direta e/ou indiretamente sem, no entanto, tomar uma providência, pois há também moradores, entre esses, crianças e jovens que fazem parte do tráfico. Os chamados *aviãozinhos* são responsáveis pela entrega da droga aos consumidores; os *fogueteiros*, responsáveis por avisar aos traficantes a presença da polícia, estourando foguetes e o famoso DDD (discagem direta de drogas) onde os consumidores ligam e fazem sua encomenda sendo em seguida realizada a entrega por um motociclista do tráfico. Em resumo, a entrega e o consumo de drogas ilícitas está cada vês mais facilitada pela agilidade/empreendedorismo dos traficantes.

A exclusão social e a pobreza, como se refere Sawaia (2007, p.08) “são fenômenos culturais que estão em todas as camadas sociais, tendo dimensão subjetiva de sofrimento, a sociedade que exclui, logo, criativamente, elabora projetos sociais que muitas vezes podem ser considerados projetos *super-heróis* ou *fantasmagóricos*”. Sobre situações desse tipo, que propõem uma forma de inclusão desses sujeitos, Sawaia (2007) esclarece que muitos promovem de maneira desigual essas transmutações o que implica o caráter ilusório da inclusão social ou familiar. Notadamente, ao invés de inclusão, devemos propor projetos embasados na justiça social.

Sawaia (2007) afirma que essa lógica dialética inverte a idéia de inclusão social, desatrelando-a da noção de adaptação e normatização, bem como de culpabilização do individual, para ligá-la aos mecanismos psicológicos de coação. Nessa lógica, essa autora ao avaliar que a dialética explicita a reversibilidade das relações entre subjetividade e legitimação social. A culpabilização individual do pobre é mediada pela ação de quem exclui e inclui perversamente nos programas sociais, fazendo com que eles se sintam mais ainda desvalidos e humilhados perante a sociedade como um todo.

A inclusão só sobrevive, ainda hoje, porque ela é parte constitutiva da exclusão, e os autores Sawaia (2007), Martins (2002) e Stoer (2004), concordam que se torna um processo multifacetado, de par simbiótico e com configuração de dimensões materiais, políticas e subjetivas. As políticas de (in) exclusão são produtos de um funcionamento perverso do Estado.

Xiberras (1993) reforça essa ideia, explicando que os excluídos são todos aqueles, que são rejeitados pelos mercados materiais ou simbólicos de nossos valores. Desse modo, infere-se a partir de estudos de Stoer (2004) que existem valores e representações que acabam excluindo as pessoas. Os excluídos não são apenas rejeitados fisicamente, geograficamente, ou pelo mercado de trabalho, pela família, por optarem nos relacionamentos pelo mesmo gênero, mas também há os excluídos espiritualmente, que ao apresentarem valores culturais e religiosos diferentes acabam por ficar isolados.

Contextualizando em nível de America Latina e Brasil, registra-se uma exclusão mediatizada pela globalização. Nosso país faz em nome do progresso um projeto nacional perverso, sem ética e sem princípios de (in) exclusão. Stoer (2004), Martins (2002) e Demo (2004) apontam que, ao adquirir mão de obra barata, privatizam-se ganhos nas construções, desqualifica o pessoal, acumulando gente em repartições públicas sem concurso – *empregabilidade*<sup>20</sup>, protegendo o nepotismo, o compadrismo, entre outros. Assim pobreza e exclusão são como as faces da mesma moeda para Wanderley *apud* Sawaia (2007, P.25).

No entanto, a globalização não traz só consequências negativas, ao contrário, vemos os avanços da medicina, o crescimento dos números de exportação de grãos, minério, carne, couro e ferro, gerando empregos e o aumento do PIB (Produto Interno Bruto), no Brasil.

*Mas o que é ou quem são os produtores da exclusão social e familiar que vemos perdurar por séculos então?*

Os promotores da exclusão social e familiar têm origem em diversas partes do mundo e diferentes causas. Jodelet *apud* Sawaia (2007, P.59) observa que as exclusões são suscitadas, desde o período entre as duas guerras, pela ascensão do fascismo e logo depois pelo nazismo na Europa. Nos Estados Unidos da América vemos também as lutas discriminatórias contra a imigração, não só de latinos, como de outros países. Há um conflito contínuo entre grupos de todas as espécies e seus estereótipos. Essa autora utiliza também, como apoio a linguagem cognitivista da psicologia, para o tratamento dos estereótipos, são esquemas concernentes, especificamente, aos atributos pessoais que caracterizam um

---

<sup>20</sup> Expressão utilizada pelo autor STOER, no livro *Os lugares da exclusão social: um dispositivo de diferenciação pedagógica*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 9.

determinado grupo ou categoria social, e são considerados como resultado de um processo de simplificação próprio do pensamento do senso comum.

Martins faz um recorte desse viés, apontando a má distribuição de renda como fator de exclusão social:

Não se trata apenas de gerir a distribuição de renda, como pensam muitos que se deixam fascinar pelo economicismo ideológico produzido pela mesma economia iníqua causadora da pobreza que condenamos. Trata-se da distribuição equitativa dos benefícios sociais, culturais e políticos que a sociedade contemporânea tem sido capaz de produzir, mas não tem sido capaz de repartir. A questão é muito mais social do que econômica (MARTINS, 2002, p.10).

Sob a ótica de Martins (2002, p.10) “é difícil reconhecer que haja desenvolvimento, quando os benefícios se acumulam longe da população, e também é difícil de reconhecer a legitimidade de um modelo de desenvolvimento que exclui os sujeitos das oportunidades de participar, não só da riqueza, mas na produção da mesma”.

Demo (2002) amplia essa visão ao afirmar que, a exclusão mais drástica não é só não dispor de bens essenciais, é, sobretudo, não conseguir alçar-se à condição de sujeito capaz de comandar seu destino. Nega-se não só o acesso material, mas principalmente, a autonomia emancipatória.

No modelo atual do governo federal, propõe algumas medidas sobre desenvolvimento econômico que Martins (2002, p.13) considera como um “modelo de antidesenvolvimento e exclusão social, pois o desenvolvimento econômico é descaracterizado e bloqueado nos problemas sociais graves que vem assolando, mais do que legitimado nos benefícios sociais que cria e distribui ao povo”.

Um exemplo que nos fez refletir sobre essas políticas, foi quando estava trabalhando no Município de Ubiretama, interior do Rio Grande do Sul, como psicóloga social. Certo dia escutei um pai falar na fila do Cadastro do benefício Bolsa Família: *...Se me dessem um trabalho, uma oportunidade eu não tava aqui, precisando desse dinheiro...* Na análise do discurso desse pai, a revolta e a humilhação de estar ali, naquela situação constrangedora de necessitar desse auxílio por não ter oportunidade de trabalho, e não conseguir prover com dignidade o sustento primário de sua família. O desemprego e as situações imprevistas levam os projetos das famílias pobres a serem constantemente refeitos.

No dia 20 de outubro de 2003<sup>21</sup>, o Programa Bolsa Família (PBF) foi sancionado pela Medida Provisória Nº 132, convertida na Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004. É um

---

<sup>21</sup> Dados levantados do Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.



programa de transferência condicionada direta de renda que beneficia famílias pobres (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extremamente pobres (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00).

Para 85,6% das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, a qualidade da alimentação melhorou depois que passaram a receber o benefício. Esse é um dos resultados da pesquisa sobre segurança alimentar dos beneficiários do programa, divulgada no dia 07 de Junho de 2006, pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

O PBF, segundo, o Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pauta na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza:

- Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações;
- Coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Descrito no Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as famílias com renda mensal *per capita* de até R\$ 60,00 podem ser incluídas no programa independentemente de sua composição. Elas recebem benefício fixo de R\$ 50,00 sendo acrescentado um benefício variável de R\$ 15,00 para cada gestante, nutriz, criança e adolescente de 0 a 15 anos de idade, até o limite de R\$ 45,00 – perfazendo um benefício total de R\$ 95,00. Por sua vez, as famílias com renda mensal *per capita* entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00 podem ingressar no programa desde que tenham gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes entre 0 e 15 anos de idade. Essas famílias recebem benefício mensal variável de R\$ 15,00 por membro familiar, podendo chegar a R\$ 45,00. Tais valores podem ser acrescidos por contrapartida de municípios e estados, dependendo de pactuação firmada por estes, com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O PBF está implementado em 100% dos municípios do país e atende 67,1% das famílias pobres.

Sobre a política de combate à fome, Martins explica que:

A alternativa têm sido as políticas sociais compensatórias, sem dúvida, necessárias nessas circunstâncias, por meio das quais se procura atenuar os efeitos danosos do modelo econômico. Elas apenas confirmam e legitimam a exclusão por meio de benefícios que não constituem legítima apropriação social dos resultados da economia (MARTINS. 2002 p.14)

Na expressão de Pereira (2001) o estado gerencia a questão social e familiar dos grupos *menos favorecidos*, por suas concepções, planejamentos, execuções e planos diretivos para atender às denominadas necessidades básicas da comunidade carente. Nesta visão, são famosos os planos da casa própria, da cesta básica, o tudo pelo social, a escola para todos, entre outros. Através dos meios de comunicação, visam difundir o cuidado e a proteção para os *menos favorecidos*, de *menos sorte*, de *menos recursos*<sup>22</sup>, e abandonados. É a proliferação do discurso da falta e do carente, na propaganda do governo federal.

A verdadeira exclusão moderna, na opinião de Martins (2002, p. 21) “é um problema social que abrange a todos; atinge uns porque os privam do básico para viver com dignidade e como cidadãos, e a outros porque lhes impõe o horror das incertezas quanto ao seu próprio destino e de sua família”. “A verdadeira exclusão está também legitimada na desumanização da sociedade atual, que torna muitos de nós indiferentes em relação aos nossos semelhantes, os oprimidos, sem teto, sem trabalho e sem esperança”; Martins (2002, p. 21). “A inclusão exige muito mais que assistência, sobretudo, inserção laboral e supremacia da cidadania”, conforme Demo (2002, p. 12).

Streck (2004) apresenta uma reflexão sobre a sociedade ideal, oferecendo um panorama das ideias de diversos pensadores, entre os quais, Rousseau, Aristóteles e Locke. Para o primeiro, o ideal de sociedade é aquele onde os cidadãos conseguem ter uma participação direta na vida da comunidade. Para esse filósofo, a liberdade deve ser acompanhada da igualdade, tendo também uma dimensão comunitária. Igualdade significa, perante as leis e os costumes da *polis*, que todos os cidadãos possuem os mesmos direitos e devem ser tratados da mesma maneira. Aristóteles afirma que a primeira tarefa da justiça era igualar os desiguais, ao contrário de Locke, para quem a liberdade se funda no direito individual de propriedade.

Stoer (2004) contribui em termos pedagógicos e sociais, apontando que nos últimos trinta anos, o trabalho ganhou um destaque funcional nos processos de exclusão/inclusão. Logo, ser alguém significa estar incluído no mercado de trabalho, o que indica que a identidade depende em muitos (entre) lugares que se ocupa de estruturas ocupacionais, derivadas de uma organização do processo laboral.

Nessa acepção, Sarti (1996) menciona outro elemento importante: a atividade ocupacional laboral que pertence a cada sujeito e depende do nível de escolaridade que

---

<sup>22</sup> Grifo nosso.

possui. Seu sucesso e/ou fracasso está intrinsecamente ligado a esse fator, e as pessoas que não possuem escolaridade ou os iletrados são desvinculados enquanto força de trabalho no contexto do capitalismo. Sobram, apenas para eles, trabalhos informais – *bicos* com baixíssima renda diária que é a realidade da maioria das famílias.

É paradoxal, conforme Stoer (2004) que nessa altura, a exclusão surja como norma, quando toda a ênfase parece ser colocada na questão da inclusão, na chamada sociedade inclusiva e na educação para todos. O paradoxo reside no fato de a inclusão ser promovida com base na erradicação das diferenças e não com base nelas mesmas.

Sarti (1996) faz um recorte sobre o que fala ou se falou dos pobres nesse percurso, e que muitas coisas foram ditas e escritas sobre eles, e algumas categorias usadas para defini-los, pois cada uma corresponde uma maneira de vê-los. As ciências sociais brasileiras construíram diferentes imagens sobre esse tema, mas nota-se uma identificação mesmo que por contrastes, nomeando os pobres como um *outro* e que, muitas vezes, fala mais do que de quem se fala, apoiados no mecanismo do tipo projetivo.

A partir dos anos 70, a percepção de pobre identificou-se como: pobres como sujeitos políticos. Já a pobreza, como problema social, levou a uma reflexão crítica da sociedade. Nessa perspectiva, os pobres foram enquadrados como agentes da transformação social, pois foram identificados com “os trabalhadores”, os pobres passaram a constituir a “classe trabalhadora”, sendo, então, definidos fundamentalmente por sua forma de inserção na produção para Sarti (1996).

Mas, por outro lado, os pobres/trabalhadores foram analisados e percebidos como produto do capitalismo. Sarti (1996) explana que esse produto levou à concepção do homem como *homo economicus*, destituído de meios e bens materiais, vendedor de força braçal, olhado apenas em sua condição de dominado. A pobreza deixava de ser vista em termos morais, como prova de má índole, de pessoas que não queriam trabalhar – *vadios*, e passa a ser reconhecida como exploração da *mais valia*.

O método de estudo da sociedade proposto por Rousseau: “É preciso estudar a sociedade pelos homens, e os homens pela sociedade; quem quiser tratar separadamente a política e a moral nada entenderá de nenhuma delas”, Rousseau *apud* Streck (2004, p. 75.) nos faz pensar que a educação é um importante caminho nos processos de exclusão, social e familiar.

*Mas onde entra a educação nesses processos de (in) exclusão sócio-familiar?*

Educação também engloba ensinar e aprender. É um fenômeno visto em qualquer sociedade, conforme algumas definições. Nos mais variados espaços de convívio social ela

está presente. O processo de aprendizagem é permanente, desde a infância até à idade adulta de um indivíduo. A prática educativa formal – observada em instituições específicas, se dá de forma intencional e com objetivos determinados, como no caso das escolas.

O ato de educar para Freire (1987) é um processo aberto, transpassa os muros das instituições escolares, e nesse caso, é o processo único e capaz de auxiliar os sujeitos pobres a atravessar os (entre) lugares das exclusões. A educação leva o sujeito a autonomia e sua emancipação enquanto cidadão portador de direitos e deveres.

A autonomia não legitima a desigualdade social, ao contrário, está garantida no novo contrato social, onde a educação dos sujeitos é aquela que faz cada um, um ser cidadão. “Tudo o que não temos ao nascer e de que precisamos quando grandes nos é dado pela educação”. Rousseau *apud* Streck (2004, p.36).

No trânsito educacional, a família tem papel fundamental para despertar a independência da criança e proporcionar-lhe um sentimento de continuidade existencial saudável, permitindo que não se enquadrem nas exclusões mais drásticas. Segundo Freire (2003): “ninguém nasce feito, vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tomamos parte”.

Não podemos falar de educação e de (in) exclusão, sem retomar aqui alguns escritos de Freire (2003) onde o autor, afirma que a educação popular a que se refere é a que *reconhece a presença das classes populares como um sine qua non para a prática democrática no sentido da superação das injustiças sociais*.

No Brasil, a seletividade social ainda é fortemente acentuada, o que pode acarretar fragmentações que reforçarão as desigualdades e as exclusões. Historicamente perpetuamos a cultura da exclusão Latino-Americana e reescrever a história da educação brasileira ou da educação popular sem lembrar de Paulo Freire, *seria uma injusta lacuna*<sup>23</sup>.

Streck (1999) faz um apontamento pertinente mencionando que é possível fazer educação e escola para transformação social, quando novas relações deverão ser estabelecidas, que indiquem esperança e possibilidade de transformação e libertação por meio do comprometimento e da luta radical com amorosidade, diálogo e tolerância.

O ato transformador do comportamento e das atitudes dos homens e mulheres no mundo só é possível se perpassado pela educação. Não se imagina uma educação que contribua para que as pessoas fiquem inertes no mundo, pois a verdadeira educação é aquela

---

<sup>23</sup> Grifo da autora.

que legitima a ação transformadora dos processos sociais. Por essa razão, devemos pensar na educação popular.

A educação popular proposta por Freire (1992, 1996) é um fenômeno de produção e apropriação dos produtos culturais, expresso por um sistema aberto de ensino e aprendizagem, constituído de uma teoria de conhecimento referenciada na realidade, com metodologias (pedagogia) incentivadoras à participação e ao empoderamento das pessoas, com conteúdos e técnicas de avaliações processuais, permeados por uma base política estimuladora de transformações sociais e orientados por anseios humanos de liberdade, justiça, igualdade e felicidade.

Na atualidade, não é exagero pontuar, segundo Moraes (1997), que se conhecem discursos de educadores que aspiram construir espíritos críticos, mas na prática, as crianças e os adolescentes ouvem passivamente, desses educadores, os conteúdos que lhes são transmitidos exaustivamente.

A ação de ensinar para Moraes (1997) pode contribuir não somente para a tomada de consciência da sociedade, mas também para possibilitar que esta consciência se traduza em vontade de concretizar práticas mais cidadãs entre os seres humanos. O sistema de ensino como um todo precisa objetivar práticas que fortaleçam a cidadania vontade de concretizar práticas mais cidadãs entre os seres humanos.

Moraes (1997) pensa que um paradigma de educação dá formação ao cidadão, tornando-o capaz de conceber e construir sua emancipação político-econômica. Na escola, ele conhecerá e vivenciará o espaço e o tempo necessários à concepção e à construção de sua cidadania, *aprendendo* e *apreendendo* conteúdos e conhecimentos, como também vivenciando valores e sentimentos.

Na sociedade, ele poria em ação a sua consciência crítica, sua reflexão relacional, sua criatividade despertada, sua conduta libertária, ampliando seu espaço de entendimento e renovando seu tempo de ação.

### **3.4 PEDAGOGIA DOS VÍNCULOS: A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NO ENTENDIMENTO DAS ESTRUTURAS FAMILIARES**

Não vamos nesse subcapítulo, focar apenas os vínculos materno-infantis, mas sim, as relações familiares e suas contribuições para um saudável desenvolvimento emocional e vínculos afetivos significativos.

Pensando sobre esse tema, vale lembrar que o desenvolvimento e a estruturação emocional da criança parte do pressuposto de que sua estruturação se dá a partir da não organização psíquica (primeiros anos de vida), e vai se organizando sob condições especializadas (no caso as famílias) até que consiga separar-se do núcleo familiar (matriz) que proporciona tais condições.

A família ou a matriz como alguns autores nomeiam, possui um lugar amplamente definido no ponto em que a criança em desenvolvimento luta com as forças que operam na sociedade e para que se tenha um crescimento sadio, pensa-se que o núcleo familiar, auxilie, constitua positivamente as três instâncias psíquicas – *id, ego e superego* (FREUD). Cada uma delas é responsável pelo amadurecimento do sujeito nos primeiros anos de vida, podendo se estender até a adolescência. Embora sabendo que é sobre a mãe que recai grande parte da *responsabilidade* da construção psíquica do filho, não podemos pensar essa construção esquizofrenicamente, ou seja, pai e mãe são responsáveis pela elaboração da personalidade de sua prole.

O autor e pesquisador D.W.Winnicott (1993), pensa a família como um referencial universal para a criança, e essa família não precisa ser necessariamente a biológica, pode ser a que cuida e zela pelo crescimento do infante. O autor pensou suas teorias a partir do referencial materno, pois acredita que se estabeleçam intensos e complexos laços (vínculos) de amor e proteção entre mãe-filho – *preocupação materna primária* (WINNICOTT, 1993, p.21), mediante a preocupação materna, vai se estabelecendo o *self* da criança.

Não só Winnicott (1993) pensou ou estudou/pesquisou sobre esse assunto. Melanie Klein estudou os primeiros anos de vida da criança e suas consequências na fase da adultez. Os dois pesquisadores observaram comportamentos muito parecidos e descritos em suas obras. Para educadores infantis, psicólogos e demais pessoas que trabalham com crianças, são de fundamental importância a leitura prévia sobre essa temática.

É grande a responsabilidade quando duas pessoas formam uma família:

A família nunca deixa de ser importante, e é responsável por muitas de nossas viagens. Nós escapamos, emigramos, trocamos o sul pelo norte e o leste pelo oeste devido à necessidade de nos libertarmos; e depois viajamos periodicamente de volta para casa para renovar o contato com a família (WINNICOTT. 1993, p. 59).

Outra característica da família é proteger o filho, “a família protege a criança do mundo; este, porém, aos poucos vai se introduzindo: as tias e tios, os vizinhos, os primeiros grupinhos de crianças e por fim a escola” (WINNICOTT. 1993, p. 60). O sujeito, no início da

vida, depende por completo da família e essa dependência vai diminuindo conforme o sujeito adquire autonomia; mas, a autonomia só é constituída, a partir da relação parental, construída sob forte proteção dos pais pelo infante.

Não obstante, o cuidado materno como já foi referido, transforma-se num cuidado oferecido por ambos os pais, que em comunhão, assumem a responsabilidade pela sua cria e por toda a prole. “O cuidado proporcionado pelos pais evolui para a família e esta palavra começa a ter seu significado ampliado e passa a incluir os avós, primos e outros indivíduos que adquirem o status de parentes devido à sua grande proximidade ou a seu significado especial – os padrinhos, por exemplo,” (WINNICOTT. 1993, p. 130).

O autor acredita que a entidade familiar é a única capaz de ampliar o cuidado materno e atender as necessidades da criança durante seu desenvolvimento.

Parafrazeando, o autor refere que, quando a criança chega ao estágio do desenvolvimento em que consegue perceber a existência de três pessoas, ela própria e mais duas, o infante encontra a sua família. No interior de sua matriz, ela vai construindo relações de confiança e poder percebe que pode confiar em seus pais seu crescimento e visualiza que há uma força maior que ele (criança) – o pai, cuja função, inclui também, organizar as leis da casa. A partir daqui, as estruturas familiares tornam-se complexas.

É o triângulo simples que apresenta as dificuldades e também toda a riqueza da existência humana. Na estrutura familiar, os pais fornecem também a continuidade no tempo, talvez uma continuidade desde a concepção da criança até o fim da dependência, que caracteriza o término da adolescência (WINNICOTT. 1990, p. 57).

Outro ponto que influencia o infante é o ambiente em que a criança está inserida, esse ambiente, segundo o autor – ambiente doméstico – auxilia no período do seu desenvolvimento. Quando a família possui uma base matrimonial satisfatória, a criança descobre condições que suportará na fase da adultes como: ódio, frustrações, sonhos, amor, agressividade, capacidade de perdoar e tolerar as fantasias de morte de seus pais e de possíveis irmãos. Essas condições tornam-no um adulto mais saudável em suas relações tanto parentais quanto sociais.

Nesse ambiente doméstico, a criança deve estar inserida até a fase da adolescência, Winnicott (1990) aponta que se houver uma cisão com o ambiente a criança pode não tolerar as frustrações que a vida lhe imporá. Esse corte da família gera em algumas crianças uma espécie de delinquência, que para o autor não é necessariamente o ato infracional, mas sim, a

desobediência de ordens e limites impostos pelo adulto que auxilia na construção de personalidade normal da criança.

Por esse motivo alguns autores/pesquisadores acreditam não ser a melhor saída para meninos (as) os abrigos de proteção à criança. Sugerem que trabalhos educacionais e sociais devem ser prioridade para contribuir que pais e filhos permaneçam juntos nas dificuldades que possam enfrentar.

Toda separação entre pais e filhos é sofrida:

sabemos que a criança, para fazer uma separação dos pais, padece, sofre. Para separar-se do *Outro* o sujeito precisa forjar recursos psíquicos muito requintados, para suportar, criar suporte...trata-se de uma ficção inventada necessária à criança como recurso para separar-se desses primeiros objetos de amor...com a falta do *Outro*, a criança inventa seus jogos...suas neuroses...angústia – recurso do sujeito para aceder ao seu próprio desejo (FERREIRA. 2001, p. 33, 34).

Além de “ser indesejado, atirado de uma pessoa para outra nos primeiros anos de vida predispõe à doença antissocial” (WINNICOTT. 1997, p.68). O delinquente para o autor é um revolucionário em potencial e que “numa guerra ele está na sua melhor forma, ele espera que as pessoas fiquem felizes por ser roubadas por ele, que as pessoas adorem suas confusões e aplaudam suas demonstrações de agressividade, em resumo, ele ainda está buscando pela mãe ideal do período inicial da vida, que ele nunca encontrou. Mas ele acredita nela, este é o problema”. (WINNICOTT. 1997, p. 69).

O autor pontua que com o passar dos anos:

Ainda que a existência do ambiente doméstico seja muito importante nesse estágio, ele não é essencial, apesar de tudo. Talvez seria melhor dizer que ele se torna gradualmente menos essencial, à medida que o tempo vai passando e a criança se torna capaz de usar situações triangulares substitutas, nas quais poderá extravasar e exaurir a dimensão total dos sentimentos dos quais ela é capaz. É possível dizer que uma vez que a criança tenha alcançado a capacidade para os relacionamentos interpessoais em termos de pessoas totais, ocorre que, se a situação familiar se rompe ainda sim a criança pode ser capaz de sair-se bem, caso seja encontrado um substituto para o lar... (WINNICOTT. 1990, p. 174).

Sabemos como o ditado popular nos diz: *filhos não vêm com manual de instruções*. É comum nos equivocarmos na educação dos mesmos e com o passar dos anos e das experiências vamos aprendendo como lidar com essa situação toda. “A maioria das mães e das pessoas que constituem o mundo que a criança encontra desde o nascimento age a partir da intuição”. (WINNICOTT. 1997, p. 23). Indubitavelmente, algumas mães e pais procuram em livros orientações de como criar sua prole, “é verdade que algumas mães conseguem certa



ajuda nos livros...e tenta aprender o que ela tem de fazer, nós já nos perguntamos se ela é indicada para a tarefa”. (WINNICOTT. 1997, p. 60). O autor sugere que a família busque, através de seus instintos, educarem seus filhos, pois a coisa mais importante que uma mãe ou um pai fazem à criança, não pode ser feita através de palavras.

Muitos médicos, psicólogos, enfermeiros, ensinam mães e pais a função materna, mas quando eles se tornam mães e pais, esquecem toda a teoria que aprenderam e sofrem angústias frente a essa nova experiência de ser uma família.

A família é um elemento centrado em uma sociedade, um elemento orientado para a tarefa de lidar com a chegada de um novo indivíduo, mais cedo ou mais tarde desperta no casal o instinto (pa) maternal. Para a família existe uma complexa discussão, para algumas células sociais, família é composta por pai, mãe e filhos (biológicos ou não), outra parte da sociedade, acredita que quanto mais filhos mais reconhecidos socialmente são; O pai passa a ser considerado um bom reprodutor (saudável) e a mãe uma excelente matriz reprodutiva. Há uma parte social também que não considera casais do mesmo sexo e com filhos uma família, o que nada disso será discutido aqui, mas importante de se mencionar, para que tenhamos uma visão mais ampla de família e suas complexidades.

As famílias, objeto de investigação dessa pesquisa, apontaram para uma outra célula sócio-familiar: famílias constituídas a partir de uma outra família, ou seja, mães separadas com filhos que se unem a outros pais ex-casados e com filhos também, que vivem sob o mesmo teto com suas proles – em uma mesma casa vivem harmoniosamente. Desde que proporcionem aos filhos um ambiente saudável emocionalmente, esse núcleo pode ser considerado uma família apta a criar sua prole.

A ideia de família existe entre outras, o reconhecimento e a necessidade inicial de propiciar ao infante um crescimento emocional essencial, até que auxilia a criança uma capacidade de utilizar um círculo social mais amplo. E toda a energia vital e psíquica, segundo Winnicott (1997, p. 78) “a mãe é temporariamente uma especialista em sentimentos infantis. As pessoas dizem que ela se torna um vegetal, mas na verdade ela passa a se interessar por um mundo mais limitado e, portanto é capaz de acreditar na intensidade dos sentimentos das crianças”. Assim culpar a mãe por erros que acreditamos que sejam, em relação à educação de seus filhos, para Winnicott (1997, p. 91) “é um solo estéril para o semeador”.

Sobre essa temática o autor discorre:

Mas não devemos esquecer que uma mãe normalmente possui, e só ela possui, o valioso conhecimento do progresso da criança desde o nascimento, que torna possível o entendimento da criança agora (à parte de sua análise). Como médico, eu muitas vezes encontrei crianças cujas doenças ou sintomas haviam sido mal-diagnosticados, porque um médico desprezou a mãe considerando-a uma má testemunha (WINNICOTT. 1997, p. 94).

Assim a família contribui de duas maneiras, para a maturidade emocional do indivíduo: de um lado dá-lhe a oportunidade de voltar a ser dependente a qualquer momento, e de outro, permite-lhe trocar os pais por uma família mais ampla, sair dessa em direção ao círculo social e abandonar essa unidade por outras maiores (a sua própria família na adultez). “Os adultos amadurecidos, destruindo e recriando o velho, o antigo e o ortodoxo, infundem-lhe nova vitalidade. Nesse processo os pais ascendem um degrau, depois descem um degrau, e tornam-se avós”. (WINNICOTT. 1993, p. 138).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PESQUISA: FAMÍLIAS E OS IMPASSES DOS MODELOS DE ATENDIMENTOS DA ASSISTÊNCIA**

Nas entrevistas, os meninos expressaram o motivo pelo qual foram abrigados, o convívio no abrigo (aspectos do lazer, atividades desenvolvidas, escola, oficinas, se recebem orientação pedagógica para o desligamento e amizades), relação com a equipe técnica (com os *Pais Sociais* e com a assistente social), relação/vínculo com a família, breve histórico da vida escolar e as expectativas para o futuro.

Com relação à estruturação da análise das entrevistas com as famílias, desenhamos da seguinte maneira: o “real” motivo do abrigamento do filho – o “real” é porque os garotos, muitos deles, fantasiam o motivo do seu abrigamento, como mecanismo de defesa psíquico, para evitar o sofrimento que inevitavelmente deixam marcas na constituição subjetiva das crianças ao passarem pelos abrigos – estrutura familiar (número de filhos e casamentos), situação econômica, relacionamento/vínculo familiar de todos, o que entende por infância, a concepção da escola (importância) e as expectativas para o futuro do filho.

A pesquisa não tem somente um tom de denúncia, mas sim apontar, as (in) exclusões que estão além da estrutura familiar e não sinalizar a culpa para as famílias, pois o problema vai muito além. Está apontado para os aspectos econômicos e sociais do nosso país que vem perdurando desde o período em que o Brasil foi Colônia, passando pelo regime Imperial e República.

A ida para as ruas, quase sempre é provocada pela miséria ou pela ausência de uma rotina bem estruturada, ou ainda, pela desestruturação familiar – é uma saída sintomática. A permanência na rua se dá em função de rupturas – familiares, escolares, entre outras.

A autora Tânia Ferreira na sua obra, *Os Meninos e a Rua* (2001), sustenta que, “a criança... busca na rua um ponto de fuga de alguma situação insuportável experimentada em casa” (p.32).

Baseamo-nos nessa autora para diferenciarmos e definirmos que os meninos pesquisados aqui, não são meninos de rua, mas sim, meninos na rua, pois alguns garotos buscam na rua o sustento para suas famílias – vendem balas, catam papel, cuidam de carros, pedem uns trocos... mas no final do dia, voltam para suas casa, não residem nas ruas do município.

As famílias pesquisadas têm estruturas familiares complexas, como já mencionamos. Possuem números de filhos elevados, as mães e os pais já estão na terceira ou na quarta união matrimonial, filhos de diferentes pais e mães residem em casas conjugadas a outros membros familiares, entre outros. Os atores da pesquisa vivem às margens aflitivas da pobreza e da privação de bens e direitos assegurados por lei, mesmo buscando seus direitos e novas condições de vida, são barrados nas inúmeras fronteiras sociais como: difícil acesso a cestas básicas, saúde (nas quais se inclui exames e consultas), esporte e lazer.

Se abordarmos a questão pelo viés do discurso político-social, corremos o risco de deixar escapar o sujeito e sua implicação. Por outro lado, consentir que um discurso psicologizante impere faz com que deixemos de fora as questões político-sociais. Sabemos que o enlace teórico entre estes dois campos, necessário, ainda é incipiente.

Nessa encruzilhada, será preciso inventar um campo ético que nos permita inscrevê-la (FERREIRA. 2001, p. 57).

A família quando indagada se está preparada para acolher os filhos, responde que está buscando melhorar as condições econômicas para melhor atendê-los e o vínculo familiar é positivo. As famílias demonstram amor e carinho para com seu infante abrigado. Não foi relatado nenhum episódio de violência contra os meninos por parte das mesmas.

Os meninos verbalizam que ao serem institucionalizados, por algumas vezes passam a ter uma condição de vida e moradia mais digna, pois desfrutam de alimentação adequada e saudável, roupas *bacanas* (sic), casacos quentes no inverno, televisão e chuveiro elétrico. A maioria dos garotos e suas famílias esquentam água no fogão a lenha para banharem-se e geralmente a água do banho é reaproveitada para os demais membros da família. Outro direito

desfrutado por eles é em relação à saúde física, mental e bucal, quando estão doentes realizam exames, consultam e recebem medicação gratuita.

Esses recursos deveriam ser garantidos além do processo do desligamento desses meninos da instituição, estendendo-se a suas famílias, para além do espaço do abrigo, “políticas públicas como direito de todos independente de condições sociais” (BARBOSA, 2008, p. 108).

Segundo a autora Ferreira (2001, p. 23) “reconhecer e admitir a exclusão dessas crianças e adolescentes pauperizados, da rede de educação, saúde, cultura e lazer, direito de todo cidadão – decretando a desigualdade. Não se trata, portanto, de criar modelos especiais de atenção, mas de considerar a diferença”.

Percebemos que os abrigos priorizam os valores da família e alguns exemplos são repetidos como já fora descrito no capítulo do Percurso Metodológico como: organização do abrigo, atividades pedagógicas como o auxílio a mãe e o pai social nas tarefas da instituição e o respeito e o afeto transmitido entre os pais sociais e os meninos. “A moral e os valores da casa são tão valorizados que as instituições, muitas vezes, tentam ser uma extensão dela. São comuns expressões, ditas do interior das instituições, como “*Quanto tempo você tem de casa?*; “*Somos uma grande família...*” (FERREIRA, 2001, p. 31).

A cisão entre os laços familiares leva as relações substitutas de afetos – instituição e meninos recriam laços de amor, carinho e respeito. Relações essas, que para alguns teóricos nem sempre são sadias e para outros pensam que assim preservam a saúde psíquica das crianças. Vemos um impasse quando se refere às relações familiares.

Visualizamos durante a pesquisa e o período em que a pesquisadora trabalhou no Lar, que as relações estabelecidas entre os *pais sociais* e os meninos de certa forma contribuíram para um bom desenvolvimento das relações afetivas, mas penso que nada substitui o carinho e o amor reservado nas instâncias das relações pais e filhos.

O diálogo com os teóricos nos remete a observar pontos que até então estavam inertes as condições que levam as crianças para as ruas mendigar. A precária condição social de cada família inevitavelmente conduz esses infantes a colaborarem com a economia doméstica.

Outro ponto investigado é que a instituição não oferece nenhum projeto pedagógico de apoio para as famílias e aos meninos, que trabalhe o acolhimento após o desligamento dos meninos. Outro impasse que chama a atenção é que os garotos também estão sem atendimento psicológico e sem trabalhos voltados para inclusão sócio-familiar.

Agendada a entrevista para a coleta de dados com a assistente social do Lar do Menino, chegada à data, foi terminantemente proibida a coleta do material pela Presidenta do

Lar Sra. L., procuramos a mesma para saber o que estava ocorrendo, simplesmente nos disse que *não permito mais as entrevistas* (sic). Os impasses da Presidenta levaram-nos a pensar *que tipo de atendimento está sendo realizado com esses meninos? Ou porque a instituição está hermeticamente fechada para estudos que possam viabilizar novas pedagogias?* As respostas ficam (sub) escritas no nosso imaginário.

Ao longo dessa dissertação vimos às medidas aplicadas historicamente às crianças carentes, abandonadas e em situação de risco sócio-familiar, que legitimamente perpassaram pelo viés corretivo-adaptativo ou adaptativo-repressivo.

Para essas crianças e adolescentes, tal como era para os loucos, a ordem era a institucionalização, segregação, exclusão do contexto marginalizador, ainda que velada sob o nome de “educação modelar”, “re-socialização”, “reinserção social”. O que correspondia a normatizar, adestrar, operar uma “ortopedia mental”. Ordem embrulhada por uma política social de controle ou, no melhor das hipóteses, de assistencialismo (FERREIRA. 2001. p. 105).

Hoje em dia a situação tornou-se menos agressiva, mas não menos perversa; os cidadãos ao andarem pelas ruas de suas cidades e ao se depararem com crianças retiram-nas das ruas, das suas famílias e institucionalizam em abrigos, lares provisórios, etc. Essa é a medida tomada contra o mal-estar social que meninos e meninas nas ruas provocam.

O que está implícito nessa pesquisa é que mesmo com a institucionalização dos meninos, se não houver um plano pedagógico de atendimento que trabalhe as reais situações e problemas das famílias e das crianças é perverso incluí-las no sistema, retirando-as de suas famílias e atirando-as em abrigos. O ideal seria que pudesse haver uma mudança no modelo de atendimento assistencial, do mesmo modo que os espaços são coletivos as intervenções deveriam incidir no coletivo, trabalhando pais e filhos num sistema harmônico.

Minha esperança é que num futuro não muito distante, acabe a invisibilidade dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. Freire (2000, pg. 133-134), “lutar contra a coisa pública, contra mentira, contra a falta de escrúpulo. E tudo isso, com momentos, apenas, de desencanto, mas sem jamais perder a esperança. Não importa em que sociedade estejamos e a que sociedade pertençamos, urge lutar com esperança e denodo.”

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZAMBUJA, Maria Regina Fay; SILVEIRA, Maritana Viana; BRUNO, Denise Duarte. [org.]. **Infância em família: Um compromisso de todos.** Seção Rio Grande do Sul, Porto Alegre: IBDFAM, 2002. Instituto Brasileiro de Direito de Família.

BARBOSA, Janilson Pinheiro. **Privar e libertar: estudo da contribuição de práticas educativas na construção de autonomia de adolescentes cumpridores de medidas sócio-educativa de internação.** Dissertação (mestrado) – Unisinos, São Leopoldo, 2008.

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores.** 6. ed. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

BONETI, Lindomar Wessler. **Educação, exclusão e cidadania.** Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos: A experiência da pesquisa no trabalho do educador.** São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** 16. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

BRUNO, Denise Duarte. Et.al. **Infância em família: Um compromisso de todos.** [org.]. Instituto Brasileiro de Direito de Família. Seção Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IBDFAM, 2002, p. 250.

CAMPOS, André de. **Atlas da exclusão social no Brasil: Dinâmica e manifestação territorial.** v. 2. São Paulo: Cortez, 2003.

COMIM, Flávio; BAGOLIN, Izete. **Aspectos Qualitativos da Pobreza no Rio Grande do Sul.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de Economia, Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br> Data de acesso: 05 mai. 2008.

D.W. WINNICOTT. **A Família e o Desenvolvimento Individual.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993. \_\_\_\_\_. **Natureza Humana.** Rio de Janeiro: Imago Ed., 1990.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social.** 2. ed. rev. Coleção polêmicas do nosso tempo. n. 61. São Paulo, Campinas: Autores Associados, 2002.

\_\_\_\_\_. **Avaliação qualitativa.** 6. ed. Coleção polêmicas do nosso tempo. n. 25. São Paulo, Campinas: Autores Associados, 1999.

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Federal nº. 8.069 de 1990: São 1990.

EISNER, Elliot W. El ojo ilustrado: **Indagación cualitativa y mejora de La práctica educativa.** Barcelona: PAIDÓS, 1998.

ESCOUTO, Luciane. História do ECA.. Disponível em: <http://www.stcas.rs.gov.br/portal>. Data de acesso: 01 jul. 2008.

FERREIRA, Tânia. **Os meninos e a rua**; uma interpelação a psicanálise. Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à práticas educativas. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. notas Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Indignação**: Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Política e Educação**: ensaios. v. 23. Coleção Questões da Nossa Época. São Paulo: Cortez, 2004.

FREITAS, Marcos Cezar de. Et. al., **História social da infância no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: Um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, J. M. S.; HERNÁNDEZ, F.; NEGRINE, A.; MOLINA, R. M. K. A. **Pesquisa Qualitativa na Educação Física**: Alternativas metodológicas. MOLINA Neto, V.; TRIVIÑOS, A. N. S. [org.]. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Sulina, 2004.

GOLDIM, José Roberto. **Projeto de pesquisa**: Aspectos Éticos e Metodológico. Disponível em: <http://www.bioetica.ufrgs.br/projetos.htm>>. Data de acesso: 29 mar. 2008.

HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SALVADOR. **A roda dos expostos**. Disponível em: [www.santacasaba.org.br](http://www.santacasaba.org.br) Data de acesso: 28 de jul. 2008.

LINO, Maria Helena. Ética na pesquisa. Disponível em: <http://www.ghente.org/etica/index.htm> Data de acesso: 15 jul. 2008.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. **Planejamento de pesquisa**: Uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002.

MARCILIO, L. M. **A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950**. IN: Freitas, M. [org.]. História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2002.

MEYER, Jeanine Ferrazza. **Paulo Freire na sociedade desigual e excludente:** As contribuições de seu legado pedagógico, para uma postura mais reflexiva e participante do sujeito pela luta da transformação social. Trabalho apresentado no 10º Fórum de Estudos Leituras Paulo Freire. São Leopoldo: Unisinos, 2008.

MINAYO, Maria C. S. **O Desafio do Conhecimento:** Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1992.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente:** Os desafios da Educação no mundo globalizado. São Paulo: Papirus, 1997.

NUÑEZ, Hurtado Carlos. **Educar para transformar, transformar para educar:** Comunicação e educação popular. Tradução Romualdo Dias. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1992.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. **Marx e a exclusão.** Pelotas: SEIVA, 2004.

OUTEIRAL, José Ottoni. **Adolescer:** Estudos Sobre Adolescência. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

PEREIRA, William Cesar Castilhos. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social:** Teoria, método e prática. Belo Horizonte: Vozes; Minas: PUC 2001.

PERUZOLO, Dani Laura. **Os Processos Educativos para a Construção da Autonomia de Crianças e Adolescentes Institucionalizados.** Dissertação de Mestrado. UNISINOS: 2004.

PORTAL EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ. **Artigos, Teses e Dissertações.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br> Data de acesso: 25 jun. 2008.

PROJETO RAÍZES. **Dados da pobreza no Brasil.** Disponível em: <http://www.projectoraizes.org.br> Data de acesso: 28 dez. 2007.

RIBEIRO, Marlene. **Exclusão e educação social:** Conceitos em superfície e fundo. Educação Social. Jan./Abr. 2006, v.27, n°. 94, p.155-178. ISSN 0101-7330.

SARTI, Cynthia A. **A família como espelho:** Um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo, Campinas: Autores Associados, 1996.

SAWAIA, Bader. et.al.,. **Artimanhas da Exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. 7 ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2007.

SILVA, Édna. **A ética reflete o agir humano.** IN: Mundo Jovem: Um jornal de idéias. fev. 2005.

STOER, Stephen R.; MAGALHÃES, Antonio M.; RODRIGUES, David **Os lugares da exclusão social:** Um dispositivo de diferenciação pedagógica. São Paulo: Cortez, 2004.

STRECK, Danilo R. **Correntes pedagógicas:** uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes; Rio Grande do Sul: CELADEC, 2005.



\_\_\_\_\_. **Educação para um novo contrato social.** Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes; 2003.

\_\_\_\_\_. [org.] **Paulo Freire: Ética, utopia e educação.** Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1999.

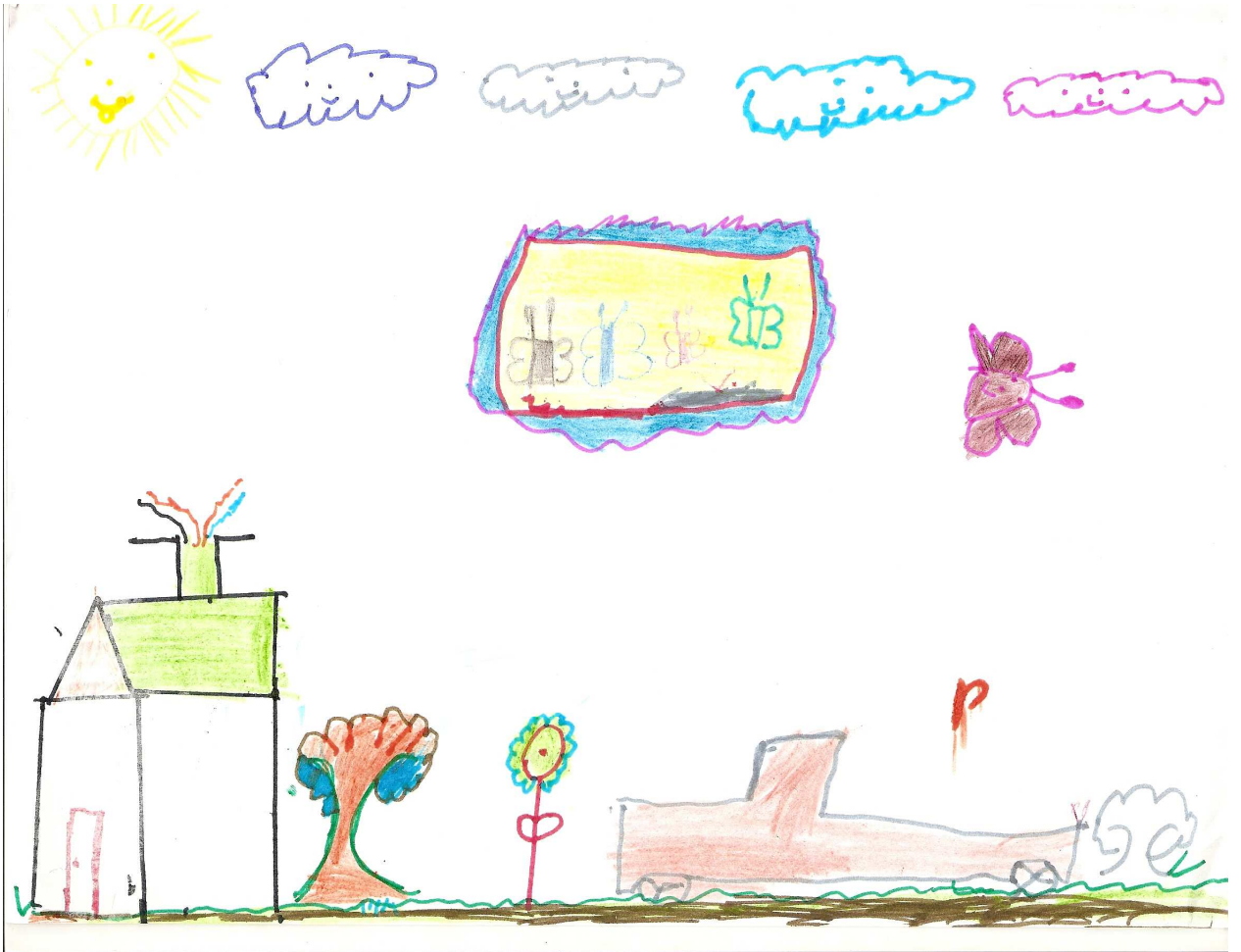
\_\_\_\_\_. **Rousseau & a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Bases Teórico-Metodológicas da Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais:** Idéias gerais para a elaboração de um Projeto de Pesquisa. Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis. 2 ed. Porto Alegre: 2001.

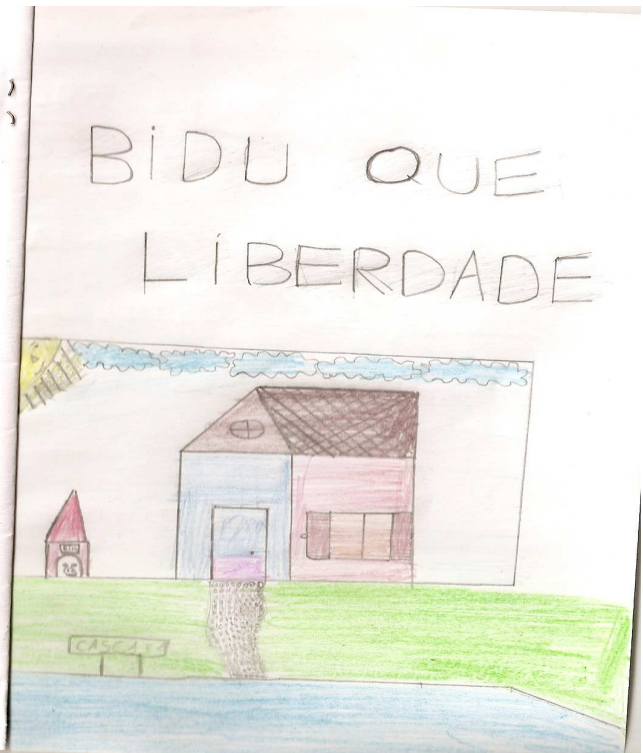
XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão.** Tradução José Gabriel Rego. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

**ANEXOS**

ANEXO A: Desenho realizado por Golf 16V Turbo, em novembro de 2006, ilustrando o livro que havia lido do projeto (coordenadora: Jeanine F. Meyer) de leitura intitulado “Viajar na leitura é o maior barato”.



ANEXO B: Atividade realizada no projeto de leitura “Viajar na leitura é o maior barato”.  
Nesse dia os garotos deveriam ler e resumir um livro.



BIDU QUE LIBERDADE

BIDU SEMPRE SAIA COM O  
SEU DONO, FRANJINHA.

A ONDE O FRANJINHA IA, ELE  
LENAVA O BIDU.

UM DIA BIDU FUGIU, E FOI  
BRINCAR COM OS SEUS AMIGOS,  
BOB E O BILU.

O FRANJINHA INVENTOU DE  
COLOCAR UMA COLEIRA DE

FERRO NO BÍDU PARA ELE NÃO FUGIR.

ENTÃO AONDE O FRANGINHA IA, ELE LEVAVA O BÍDU ATADO NA CORRENTE

UM DIA O FRANGINHA DEICHOU O BÍDU DE QUARDA NO QUINTAL PARA NINGUEM ENTRAR.

ENTÃO BÍDU SE SENTIU SOSINHO PORQUE NÃO TINHA NINGUEM PARA BRINCAR COM ELE.

ENTÃO O BOB PASOU POR LÁ, E O BÍDU CHAMOUELE PARA BRINCAR O BOB DIZ QUE NÃO PODIA PORQUE ELE IA TOMAR BANHO NA CASCATÁ.

O BOB PERGUNTO PARA ELE, PORQUE ELE TAVA ALI PRESO COM A QUELA CORRENTE.

O BÍDU DISE QUE O FRANGINHA TINHA COLOCADO ELE ALI PARA CUIDAR DO QUINTAL.

O BOB PERGUNTOU PARA O BÍDU SE ELE NÃO

QUERIM A LIBERDADE, O BÍDU DISE, COMO A SIM A LIBERDADE, VOCE NÃO QUE SE LIVRAR DESA CORRENTE, O BÍDU DISE EU NÃO, BOB DISE PORQUE VOCE NÃO QUER, O BÍDU DISE, PORQUE ELA É LINDA, BONITA E VE GOSTO DELA.

ENTÃO O FRANGINHA CHECOU E DISE BÍDU IA

JÁ NA ORA DE SAIR,  
 ENTÃO O FRANZINHA  
 TIROU A CORRENTE  
 DO BIDO E DISS AGORA  
 VAI BRINCA COM SEUS  
 AMIGOS.

O BIDO CONVIDOU O  
 BILU PARA IR TOMAR  
 BANHO NA CASCATA

QUE O BIDO TAVA LÁ TOMAR  
 BANHO NA CASCATA

FIM

EDITOR = FABIO PERERA

DIA 20/10/06

NOME = A V.

RESIDENCIA = LAR DO MENINO

CIDADE = SANTO ANGELO

PROFESSORA = JEANINE

ANEXO C: Reportagem apresentada em um dos jornais locais que ilustra a realidade do município.

30 de agosto de 2008

O Mensageiro

Descaso

## O lado oculto de Santo Ângelo

*População vive em "condomínio" à margem do poder público, em meio a esgoto e lixo, sem iluminação e com dificuldade de acesso*

Em uma cidade onde o poder público está mais preocupado com obras intermináveis e de utilidade duvidosa como praças e ginásios, não é de se espantar que na periferia o povo humilde continue sendo tratado com descaso. Esta "face oculta" muitas vezes é ignorada pela grande maioria da população. Justamente para mostrar esta realidade que a reportagem do JOM desceu até o final da rua Catuípe, em frente à antiga "pedreira da Tesche", para conhecer os moradores de um "condomínio" formado ali.

Ao todo são 12 famílias que moram em uma encosta às margens do arroio Thungum e vivem sem assistência e relegados à sorte. Lá, as reclamações são muitas e vão desde a falta de um acesso adequado até a ausência de saneamento básico, como explica o morador João Veiga, 81 anos, que pede apenas que seja colocada uma simples carga de cascalho para melhorar o acesso à sua residência, "quando chove fica difícil de chegar ou sair daqui", lamenta, João diz que já esteve várias vezes na prefeitura, porém, nunca teve o seu pedido atendido, outra reclamação é a ausência de iluminação pública no local, "pagamos a taxa, que aparece na conta, mas aqui não tem lâmpada", estranha.

Bem ao fundo, às mar-



"Vielas" do local não tem as mínimas condições de dignidade, sem calçadas e iluminação pública

gens do arroio vive a família de Irineu Brittes, 26 anos. Ele, a esposa Simone e as duas filhas reclamam muito do mau cheiro que o arroio exala devido à soltura de esgoto em uma usina que existe arroio acima, "quando largam lá em cima temos que fechar a casa e ficar dentro até o cheiro passar", lamenta Irineu, que tem como vizinho o seu irmão Valdomiro, com o qual divide o mesmo drama.

Eles citam que há dez anos o arroio era cristalino e dava até para tomar banho, agora os peixes mor-

reram e o local está cheio de lixo, sujeira e até mesmo móveis, como sofás, cadeiras e outros que são abandonados rio acima e ali vem parar, "já pedimos ao prefeito que colocasse ali até um papa entulho, mas até agora nada", reclamam.

Além deste problema, as famílias vivem o drama da dificuldade de acesso, uma vez que o local é isolado e não tem como descer nem uma ambulância, por exemplo, "estes dias tínhamos um doente e tivemos que carregá-lo no colo até lá em cima", contam. Eles também

manifestam preocupação em relação às crianças que ali vivem e estão sujeitas ao risco de doenças que o local oferece, "a sujeira é muito grande e elas estão sempre brincando ali, temos medo que adoeçam", lamentam.

Eles reclamam e dizem que o que precisam não é muito, "queremos apenas uma escada, iluminação, a limpeza do arroio, uma calçada e uma pequena ponte, só isso", e concluem, "não queremos praças caras no centro da cidade, precisamos mesmo é de melhores condições de vida", reiteram.

ANEXO D: A manchete abaixo é capa do jornal anunciando sobre o descaso das autoridades com a população de baixa renda.



ANEXO E: Segundo o Jornal local O Mensageiro de Sábado 30 de agosto de 2008, revela a realidade das crianças do Campo, conforme os dados do IBGE.

País

## IBGE revela queda de emprego no setor agrícola

A região Centro-Oeste foi a única em que o número de trabalhadores no setor agrícola cresceu. É o que mostram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita no ano passado pelo IBGE e divulgada nesta quinta, dia 18. O número de empregados na atividade agrícola caiu de 17,2 milhões de pessoas em 2006 para 16,6 milhões no ano passado, uma redução de 4%. No Centro-oeste, o crescimento foi dos mesmos 4%.

Outro dado negativo relacionado ao setor agrícola, de acordo com o IBGE, é o de concentrar a maior parte do trabalho infantil. De acordo com a PNAD 2007, 60,7% das crianças com idade entre cinco e 13 anos estavam inseridas em atividades agrícolas. A maior parte no Nordeste e a menor, no Centro-Oeste.

O IBGE revela também que a maioria (83,87%) das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos inseridos em atividades agrícolas no país não recebia contrapartida em dinheiro por suas tarefas.



ANEXO F: Outro Jornal local, A Tribuna também ilustra a miséria que algumas famílias se encontram em nosso município.

Santo Ângelo, **sábado e domingo**, 20 e 21 de setembro de 2008

| A Tribuna Regional | 11

Cidade

**Miséria/** Delice e mais dois filhos vivem em condições sub-humanas há sete anos

## Desempregada mora em casebre no bairro Vera Cruz desprovida de luz e vaso sanitário

Fotos: Eugênio Thomas Neto/AT



**Miserabilidade:** Desempregada e mais dois filhos residem em uma pequena casa com apenas uma peça

**Carência:** Delice leva lata com urina e fezes diariamente para latrina de residência vizinha

Um dos gritantes problemas sociais de Santo Ângelo é o elevado índice de pobreza que atinge uma parcela de famílias que vivem praticamente em condições sub-humanas. É o caso da desempregada Delice Fernande Bordin, de 33 anos de idade. Mãe de dois filhos - um menino de três anos e uma garota com quatro - ela reside em um casebre contendo apenas uma peça na Rua G, fundos da residência de número 1391, bairro Vera Cruz, zona leste da cidade.

Companheira de um apenado que cumpre pena no Presídio Regional em decorrência de brigas na família e inclusive de agressões corporais contra a sua pessoa. O detento foi enquadrado na Lei Maria da Penha, não tinha dinheiro para pagar a fiança e permanece recluso no estabelecimento penitenciário.

Cadastrada no programa Bolsa Família do governo federal há poucos anos, ela recebe mensalmente apenas um abono de R\$ 95,00. Entretanto, o estado de penúria de Delice pode ser traduzido na carência de instalações em sua pequena moradia de

madeira, pois há sete anos reside no mesmo local. A sua casa é desprovida do abastecimento de luz e até de vaso sanitário. Tanto ela quanto seus dois filhos é obrigados a fazer as necessidades fisiológicas em uma lata. Depois, o material é despejado em uma latrina pertencente à uma residência vizinha, onde mora a sobrinha do seu companheiro.

### FOME

Em decorrência de sua situação de miserabilidade, Delice confessou que em determinados dias as crianças chegam a passar fome. Geralmente faltam leite e outros gêneros alimentícios básicos. As dificuldades são imensas, segundo ela, acrescentando que como a sua casa não possui energia elétrica e muito menos geladeira, ela alimenta os seus filhos com leite em pó que é fervido em um fogão a lenha instalado dentro da sua moradia.

A peça foi construída há sete anos após a irmã do seu companheiro ter cedido um terreno para Delice.

### Perigo

## Fogão a lenha é risco iminente de incêndio na moradia da família

Como ganha muito pouco, ela alega que não possui dinheiro nem para comprar um fogão a gás. Delice reconhece que corre o sério risco de incêndio, pois possui um fogão a lenha dentro do próprio lar. Mesmo diante desta situação, ela garantiu que nunca houve princípio de incêndio na moradia. "Tenho sempre o máximo de cuidado quando cozinho os alimentos", admitiu.

Sem luz, Delice sofre muito em época de baixas temperaturas, porque faz a higiene pessoal e toma banho - ela e as duas crianças - com a água que é esquentada no fogão a lenha. Nos dias frios, os seus filhos também sofrem com problemas de doenças respiratórias. Para amenizar essas moléstias, Delice prepara e serve remédio caseiro às crianças, "já que o custo dos me-

dicamentos hoje é muito alto", justificou.

### SOLIDARIEDADE

Outro problema que coloca a residência de Delice em risco de incêndio é de que a sua moradia é iluminada durante a noite com velas. "Como o dinheiro está escasso ultimamente também estamos às escuras, porque não sobra qualquer centavo para adquirir velas", lamentou a desempregada.

Em face deste quadro de exclusão social que vive Delice, ela aguarda pela solidariedade e sensibilidade da comunidade santo-angelense a fim de adquirir uma moradia em melhores condições, que seja abastecida de luz e tenha pelo menos um banheiro, além de outros utensílios domésticos e cesta básica, pelo menos para alimentar seus filhos, clamou..

## APÊNDICES

APÊNDICE A - Entrevista semi-estruturada com as Famílias – Mães/Pais ou responsáveis.

### MESTRADO INTERINSTITUCIONAL – UNISINOS / URISAN

Mestranda: Jeanine Ferrazza Meyer – CRP 07/11226

Orientador: Dr. Danilo R. Streck.

Roteiro / Entrevista

- Motivo do abrigamento do menino
- Reação do garoto ao saber que seria abrigado
- Situação financeira familiar
- Recebem algum tipo de auxílio financeiro – governo federal
- Números de filhos
- Situação matrimonial
- Escolaridade de todos da família
- A concepção de infância da família
- Relacionamento do menino com os irmãos
- Relacionamento/vínculo familiar com o menino
- Rotina do garoto nos finais de semana
- Relação financeira de ajuda do menino – se ele auxiliava na renda
- Relato de um momento positivo do vínculo família – menino
- Frequência escolar do garoto quando residia com a família
- Quem busca o menino às sextas-feiras no Lar
- A concepção do trabalho dos profissionais do Lar para com seus filhos
- Recebem orientações pedagógicas de acolhimento para acolher seus filhos após o desligamento da Casa
- A família está preparada para recebê-lo após o desligamento da instituição
- As expectativas para o futuro do menino.

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista semi-estruturada com os Meninos.

MESTRADO INTERINSTITUCIONAL – UNISINOS / URISAN

Mestranda: Jeanine Ferrazza Meyer – CRP 07/11226

Orientador: Dr. Danilo R. Streck.

Roteiro / Entrevista

- Saber se a criança tem a real noção do seu abrigo
- Relação que o garoto tem com o Lar e o que mais gosta da instituição
- Pontos negativos do Lar
- Relação financeira de ajuda do menino com a família
- Estudava quando estava morando com sua família
- Relacionamento com os outros meninos
- Relacionamento/vínculo com os *pais sociais* - Sra. M. e com o Sr. J.
- Relacionamento com a assistente social,
- Relacionamento com a professora que dá aulas de reforços
- Sentes falta da família e quais as pessoas que mais sente saudades
- As sextas-feiras quem vêm buscar
- Comportamento/vínculo com a família
- Do que gosta de fazer quando está em casa – sente-se feliz
- Gosta de estudar e da escola – como é o vínculo com as professoras
- O que espera ser no futuro – qual a profissão que quer ter
- Recebem orientação pedagógica para o enfrentamento sócio-familiar, após o desligamento da Casa
- As expectativas depois de ser desligado do Lar.

APÊNDICE C – Roteiro da entrevista semi-estruturada com os Pais Sociais.

## MESTRADO INTERINSTITUCIONAL – UNISINOS / URISAN

Mestranda: Jeanine Ferrazza Meyer – CRP 07/11226

Orientador: Dr. Danilo R. Streck.

Roteiro / Entrevista

- Como se relacionam com os meninos – descrever
- As famílias vêm buscar os meninos às sextas-feiras e como vocês se relacionam
- Como percebem os meninos aqui – felizes, tristes, preocupados...
- Há conflitos entre eles, descrever os mais frequentes
- Com vocês, qual (ou quais) o principal comportamento negativo dos meninos que os deixam aborrecidos
- Percebem alguma expectativa dos meninos com o futuro
- Percebem que tipo de sentimento há entre as famílias e os garotos
- A relação/vínculo dos meninos com a assistente social e com a professora que dá aulas de reforços para eles
- Costumam avisar as famílias quando eles necessitam de cuidados médicos
- Quando um dos meninos necessita de médico/dentista, quem os leva
- Como reagem as famílias com a notícia de os garotos necessitaram de cuidados médicos e quando precisam tomar remédios em casa elas cumprem o tratamento,
- As famílias ou algum responsável pelos meninos costumam ligar durante a semana para saber de seus filhos
- Relação com a diretoria do Lar
- As expectativas que têm desses meninos no futuro, quando ocorrer o desligamento dos mesmos
- Recebem notícia de algum menino que passou pelo Lar e hoje está trabalhando

APÊNDICE D – Roteiro da entrevista semi-estruturada com a Assistente Social.

## MESTRADO INTERINSTITUCIONAL – UNISINOS / URISAN

Mestranda: Jeanine Ferrazza Meyer – CRP 07/11226

Orientador: Dr. Danilo R. Streck.

Roteiro / Entrevista

- Em qual Universidade graduou-se e há quanto tempo está formanda
- Sua primeira experiência profissional
- Possui especialização na área que estas trabalhando atualmente
- Qual a carga horária de trabalho no Lar do Menino
- Descrever quais (ou qual) experiências tem com meninos em situação de abrigo determinado por Lei,
- Descrever seus sentimentos em trabalhar com meninos
- Relacionamento/vínculo com os meninos
- Comentar como foram as primeiras semanas de trabalho com eles
- Falar como foi o acolhimento dos meninos consigo
- Como os *pais sociais* a acolheram e como é a relação entre vocês
- Maior dificuldade que enfrenta na prática do trabalho – meninos, *pais sociais*, famílias
- Sua relação com a diretoria do Lar do Menino – recebe apoio no desenvolvimento do trabalho
- Descrever como percebe as emoções dos meninos no Lar
- Atualmente o Lar tem algum projeto que trabalhe com as famílias
- Caso for negativa a resposta acima – porque ainda não desenvolveram um
- As famílias ou o responsável pelos meninos costumam vir no Lar para atendimento
- Descrever sua relação com as famílias
- Percebe algum cuidado/vínculo por parte das famílias para com seus filhos e quais
- Percebe alguma expectativa das famílias com relação a seu filho
- Qual trabalho pedagógico você desenvolve com os meninos
- Descreva a importância do trabalho interdisciplinar numa instituição

- Desenvolve algum trabalho pedagógico de acolhimento com essas famílias para acolherem seus filhos após o desligamento da Casa
- Quais as expectativas em relação ao futuro dos meninos após o desligamento da Casa.

## APÊNDICE E – Foto da estrutura física da Instituição



APÊNDICE F – Foto da Placa de inauguração fixada na entrada do prédio





APÊNDICE G – Foto da horta cultivada pelos meninos para o consumo próprio, e para a venda a comunidade



APÊNDICE H – Foto da cozinha e refeitório



## APÊNDICE I – Foto do pátio



APÊNDICE J – Foto da rotina de limpeza da Casa (Sra. V. e o menino L.)



APÊNDICE L – Foto dos meninos nos computadores que foram objetos de doações da comunidade



APÊNDICE M – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
NÍVEL MESTRADO**

Convido você a contribuir com a nossa pesquisa que tem por objetivo investigar: as ações pedagógicas presentes no acolhimento dos meninos pelas suas famílias no processo do desligamento da Associação Santo - Angolense Lar do Menino.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, com coleta de dados realizada por meio de entrevistas gravadas.

A coleta dos dados da pesquisa está limitada a quatro famílias, pois são desligados apenas quatro meninos por ano, os Meninos, os Pais Sociais que os atendem no abrigo e a Assistente Social que trabalha junto a eles.

Seu consentimento e a contribuição nessa pesquisa não oferecem nenhum risco e não o submeterá a situações constrangedoras. Esse estudo poderá contribuir no entendimento dos problemas relacionados da não permanência dos meninos em suas famílias.

As informações confiadas à pesquisadora são de caráter confidencial e a identidade das famílias e dos demais entrevistados ficarão preservadas, tomando sempre a ética como paradigma no trato com as pessoas.

A recusa em seguir contribuindo com a pesquisa será sempre respeitada, possibilitando que seja interrompido o processo de análise das informações a qualquer momento, se assim você desejar.

***DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO***

Tendo lido as informações acima e tendo sido esclarecida (o), concordo em contribuir livremente com o estudo.

Nome: .....

Assinatura: .....

Data: .....

Município:.....

Bairro: .....

Telefone: .....

---

Mestranda: Jeanine Ferrazza Meyer

Psicóloga CRP 07/11226.

Santo Ângelo/RS.

Contato: (55) 3313-1299 e 91265116

ninemeyer@yahoo.com.br